

João Manuel Almeida Tavares

A Área Industrial Loreto-Pedrulha: o caso da fábrica da cerveja de Coimbra – Perspetiva histórico-geográfica

Uma proposta de exploração pedagógica

Relatório final de Estágio no âmbito do Mestrado em ensino de História e Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Básico, orientado pela Doutora Ana Isabel Sampaio Ribeiro e coorientado pela Doutora Adélia Nunes, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

A área industrial Loreto-Pedrulha: o caso da fábrica da cerveja de Coimbra – Perspetiva histórico-geográfica. Uma proposta de exploração pedagógica.

Ficha Técnica:

| | |
|-------------------------------|---|
| Tipo de trabalho | Relatório de estágio |
| Título | Área industrial Loreto-Pedrulha: o caso da fábrica da cerveja de Coimbra – perspetiva histórico-geográfica. Uma proposta de exploração pedagógica. |
| Autor | João Manuel Almeida Tavares |
| Orientador | Doutora Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro |
| Coorientador | Doutora Adélia de Jesus Nobre Nunes |
| Júri | Presidente: Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes Vogais: 1. Doutor Rui Jorge Gama Fernandes 2. Doutora Adélia de Jesus Nobre Nunes |
| Identificação do Curso | 2º Ciclo em Ensino de História e Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e Secundário |
| Área científica | História e Geografia |
| Especialidade | Ensino de História e Geografia |
| Data da defesa | 7-10-2013 |
| Classificação | 17 Valores |



Agradecimentos

A meus pais,
Às orientadoras científicas deste relatório, Adélia Nunes e Ana Isabel, e a todos os
professores e mestres do meu percurso académico,
Aos professores e inestimáveis amigos Cristina Castela Nolasco e Pedro José da Paiva
Cunha por todo apoio, coragem e motivação concedidos,
Aos funcionários e direção da Escola Básica e Secundária da Quinta das Flores,
À Dona Conceição pelo importante serviço, assistência e apoio sempre prestados,
Aos meus colegas de estágio e amigos Luís Santos, Cláudio Brito e Clotilde Nunes

Resumo

O presente relatório tem como principal objetivo descrever as atividades letivas e extra letivas desenvolvidas no âmbito do Estágio Pedagógico Supervisionado realizado na Escola Básica e Secundária da Quinta das Flores, em Coimbra, ao longo do ano letivo 2012/2013. Pretende-se ainda apresentar os resultados das investigações relativas a dois trabalhos científicos realizados no âmbito dos Seminários de Geografia e História, subordinados ao tema “A área industrial Loreto-Pedrulha: o caso da fábrica da cerveja de Coimbra. Uma proposta de aplicação pedagógica”, bem como a sua respetiva aplicação didática.

Palavras-chave: área industrial, arqueologia industrial, desindustrialização, estágio pedagógico, indústria, industrialização, património industrial, reconversão industrial.

Abstract

The present report is to describe the main goal and extra school activities carried out under the Term Teacher Training Supervised conducted in Primary and Secondary School of Quinta das Flores, in Coimbra, throughout the school year 2012/2013. Another objective is to present the results of investigations on two scientific work within the Seminars of Geography and History, under the theme "The industrial area Loreto-Pedrulha: the case of the brewery of Coimbra. A proposed pedagogical application ", as well as their respective didactic application.

Keywords: industrial area, industrial archeology, deindustrialization, teaching practice, industry, manufacturing, industrial heritage, industrial conversion.

Índice Geral

| | |
|--|--------|
| Resumo..... | p. 2 |
| Introdução..... | p. 5 |
| 1. Análise das atividades desenvolvidas no âmbito do estágio pedagógico supervisionado..... | p. 10 |
| 1.1 Breve caracterização da escola e das turmas envolvidas no estágio pedagógico supervisionado..... | p. 11 |
| 1.2 Avaliação das atividades letivas desenvolvidas no âmbito do estágio pedagógico supervisionado..... | p. 18 |
| 1.3 Atividades extralectivas desenvolvidas ao longo do estágio pedagógico supervisionado..... | p. 24 |
| 1.4 Balanço final do estágio pedagógico supervisionado..... | p. 27 |
| Estudos desenvolvidos no âmbito do seminário científico de Geografia | |
| 2. Breves definições terminológicas..... | p. 31 |
| 3. Importância do estudo da indústria..... | p. 34 |
| 4. Enquadramento geográfico..... | p. 41 |
| 5. Área industrial Loreto-Pedrulha: breve resenha histórico-geográfica..... | p. 43 |
| 6. Planos de urbanização..... | p. 46 |
| 7. Fatores geográficos que influenciaram a implantação da zona industrial Loreto-Pedrulha..... | p. 51 |
| 8. O declínio da área industrial Loreto-Pedrulha: o impacto da desindustrialização..... | p. 57 |
| 9. A reconversão da área industrial Loreto-Pedrulha: obstáculos e desafios.... | p. 65 |
| Estudos desenvolvidos no âmbito do seminário científico de História | |
| 10. A industrialização portuguesa (1890-1926)..... | p. 73 |
| 11. Bloqueios à industrialização portuguesa..... | p. 79 |
| 12. A industrialização coimbrã na transição do séc. XIX para o século XX..... | p. 89 |
| 13. A fábrica da cerveja de Coimbra: nascimento e evolução..... | p. 95 |
| 14. Relevância do estudo do património/arqueologia industriais..... | p. 99 |
| 15. Aplicação didática..... | p. 103 |
| Conclusões..... | p. 111 |
| Bibliografia..... | p. 121 |
| Anexos | |

Introdução

O presente relatório de estágio centra-se no estudo da evolução da industrialização portuguesa, mais especificamente, da área industrial Loreto-Pedrulha tendo como referência o caso da fábrica da cerveja de Coimbra. Ou seja para tentarmos compreender e caracterizar nas suas linhas gerais o processo de industrialização português (ainda que de forma muito sintética), recorreremos ao estudo de caso de uma antiga unidade industrial devidamente inserida na história e contexto socioeconómico locais – a fábrica da cerveja de Coimbra – ao longo das primeiras décadas do século XX.

Explicitado de forma muito sumária o tema em análise é importante referir desde já que estamos na presença de um estudo de cariz histórico-geográfico. Se é certo que os condicionalismos de ordem histórica interferem de forma decisiva e marcante no processo de industrialização de qualquer país, os fatores geográficos não são menos importantes. O caso da área industrial Loreto-Pedrulha, a que dedicamos o presente estudo, como veremos ilustra muito bem o que se acaba de referir. Aqui foi sobretudo a combinação de elementos de caráter geográfico, mais até do que os fatores históricos, que proporcionaram o aparecimento/nascimento da área industrial Loreto-Pedrulha e a posterior fixação/instalação de unidades industriais. Neste caso em particular podemos portanto afirmar inequivocamente que os fatores geográficos precederam os fatores históricos, no que toca ao respetivo processo de industrialização. Acima de tudo estamos na presença de uma pequena investigação com motivações e objetivos eminentemente pedagógicos e didáticos. Aceitando este pressuposto torna-se imperativo concluir, que não foi meu objetivo construir uma história da indústria portuguesa, mas sim avançar com mais alguns contributos para o seu conhecimento, compreensão e divulgação sobretudo a nível local. Isto porque o modelo vigente relativo ao funcionamento dos estágios pedagógicos supervisionados, impede claramente a realização de investigações e pesquisas científicas muito amplas, profundas e alargadas dada a escassez de tempo disponível para a sua preparação e respetiva elaboração. Deste modo saliente que as limitações/constrangimentos temporais assumiram-se como os grandes obstáculos presentes ao longo da elaboração deste relatório de estágio.

A outro nível devo reconhecer as dificuldades sentidas em conhecer e tratar de forma suficientemente exigente e rigorosa, a vastidão de referências bibliográficas existentes sobre a temática da industrialização em geral e o caso da indústria portuguesa

em particular e os seus principais bloqueios, obstáculos e condicionalismos. Estudada por autores clássicos como Joel Serrão, Vitorino Magalhães Godinho, Lucília Caetano, Pierre George e José Maria Amado Mendes, a indústria continua a suscitar/despertar na atualidade bastantes estudos, publicações e investigações sobretudo no domínio do património e arqueologia industriais, fruto também da progressiva democratização e alargamento do conceito de património. Assim sendo é importante reconhecer que a problemática da industrialização continua a assumir bastante relevância, curiosidade e interesse em diversos quadrantes que não apenas o histórico-geográfico. Também nos domínios da arquitetura, urbanismo, engenharia e arqueologia (por exemplo) a temática em análise adquire cada vez maior projeção e protagonismo, sobretudo num contexto indelevelmente marcado pelo declínio/enfraquecimento do setor secundário face ao domínio exercido pelo setor terciário.

A nível local a temática em estudo adquire ainda maior relevância e significado, pois Coimbra assume-se como um bom exemplo de uma cidade que ao longo das últimas décadas tem perdido grande parte do seu tecido industrial, resumindo-se atualmente de forma quase exclusiva, às funções educativa e hospitalar. Num futuro muito próximo, a cidade será confrontada com grandes desafios ao nível da necessidade de revitalização e reconversão dos seus antigos espaços industriais, claramente afetados pelo processo de desindustrialização característico das décadas de setenta e oitenta do século XX. A realidade torna-se ainda mais problemática e preocupante quando verificamos que a generalidade do setor secundário nacional se encontra numa clara situação de enfraquecimento e declínio, não evidenciando capacidade para competir e inovar no quadro europeu e internacional. Neste contexto obviamente que a integração portuguesa na então CEE (Comunidade Económica Europeia) em 1986 e a progressiva inserção num mundo cada vez mais globalizado, trouxeram novos desafios e exigências que a maioria das indústrias portuguesas não conseguiu superar e responder de forma suficientemente eficaz e competitiva, fruto de atrasos, dificuldades, fragilidades e condicionalismos de natureza histórica, crónica e estrutural. Pois bem um dos objetivos do presente trabalho consiste precisamente em tentar conhecer e perceber um pouco melhor o processo de industrialização português desde os finais do século XIX até aos inícios do século XX e as suas principais tendências, dinâmicas, problemas, fragilidades, permanências e evoluções sobretudo porque muitos desses condicionalismos continuam a inviabilizar de forma marcante o atual desenvolvimento do setor industrial e a sua respetiva internacionalização.

Conhecido o panorama industrial nacional, durante o período histórico mencionado, dispomos posteriormente de melhores condições para estudar ainda que de forma muito sintética o desenvolvimento específico da área económica e industrial de Coimbra, tomando como referência o caso da fábrica da cerveja devidamente inserida na área industrial Loreto-Pedrulha. Como se desenvolveu a área económica e industrial de Coimbra na transição do século XIX para o século XX? Como se expandiu? Que problemas/obstáculos condicionaram a sua evolução? Em que contexto histórico e geográfico nasceu a fábrica da cerveja de Coimbra? Que fatores físicos e humanos motivaram/favoreceram o seu desenvolvimento? Estas serão algumas das questões orientadoras do presente relatório.

Mais do que um pequeno trabalho dedicado à fábrica da cerveja de Coimbra e sua integração no contexto e economia locais, o presente estudo visa contribuir para um maior conhecimento da evolução da industrialização portuguesa – tema tão atual e importante no nosso quotidiano dados os reflexos, impactos e contributos exercidos na economia nacional, sobretudo numa conjuntura marcada pela recessão económica e a quebra nos investimentos. Como avaliar o desenvolvimento/evolução da indústria portuguesa nos finais do século XIX, inícios do século XX? Que fatores afastaram Portugal do progresso industrial verificado nos restantes países europeus? Quais as suas principais fragilidades e problemas? Que condicionalismos impediram Portugal de se tornar numa nação verdadeiramente industrializada? Como justificar o crónico atraso económico português? Estas serão outras das questões a que o presente relatório tentará e procurará responder.

Direta e indiretamente a indústria molda comportamentos, hábitos, rotinas, opções, deslocações, mentalidades e culturas assumindo-se como um dos elementos que melhor caracteriza, define e descreve a sociedade e economia contemporâneas. Para além disso a indústria constitui uma alavanca de desenvolvimento de qualquer Estado, nação ou região influenciando o desenvolvimento de infraestruturas, comércio, serviços de água e energia, vias de comunicação bem como a captação de novos investimentos. Num outro plano, a indústria interfere diretamente na distribuição e organização das atividades económicas, no preço dos solos, no planeamento e ordenamento do território, nas formas de povoamento, na configuração/organização do espaço urbano etc. Em suma não faltam motivos que justifiquem a atualidade e relevância do tema em estudo.

O tema adquire ainda maior visibilidade sobretudo pelo impacto e efeitos que o desemprego tem exercido sobre o setor secundário. Diariamente a imprensa dá-nos

conta do encerramento de inúmeras indústrias de diversos ramos, que lançam centenas de operários no desemprego na maior parte dos casos no desemprego de longa duração, do qual dificilmente conseguem libertar-se. A realidade torna-se ainda mais problemática quando o setor terciário não evidencia capacidade para absorver os antigos operários (na sua grande maioria pouco qualificados), lançando-os em situações laborais muito precárias, marcadas frequentemente pelo desenvolvimento de atividades em part-time.

Mais do que analisar a evolução do setor secundário em Coimbra ao longo das primeiras décadas do século XX tendo como referência a área industrial Loreto-Pedrulha, este estudo permitirá também conhecer a expansão e declínio do seu tecido económico, o desenvolvimento dos transportes e das vias de comunicação e o seu impacto na organização e distribuição das unidades industriais, as transformações do espaço urbano e o alargamento/extensão dos seus limites em virtude da influência dos planos de urbanização, o aparecimento de novas funcionalidades etc. No fundo o trabalho tentará demonstrar a forma como uma área de carácter marcadamente rural/agrícola, dedicada ao alojamento de classes sociais de baixos rendimentos, se converteu em poucas décadas num espaço atrativo ao nível da localização e fixação de unidades industriais. Como se processou esta transformação? Que fatores físicos e humanos influenciaram a criação/aparecimento da área industrial Loreto-Pedrulha? Qual o papel exercido pelas vias de comunicação (rodoviária e ferroviária) em todo esse processo? De que forma os sucessivos planos de urbanização (dos anos quarenta e cinquenta do século XX) interferiram na construção, expansão e desenvolvimento da área em estudo? São questões a que a geografia urbana e económica procurará dar uma resposta suficientemente exigente, completa e esclarecedora.

Uma vez que Coimbra é conhecida como a “cidade dos doutores”, ou melhor, a “cidade do conhecimento” contando com um considerável consumo de cerveja sobretudo durante os períodos das festas académicas, penso que faz todo o sentido dedicar um pequeno estudo a esta realidade tão marcante na história, cultura e tradições locais. Para além disso os vestígios da desindustrialização e do abandono/degradação industriais estão bem presentes um pouco por toda a cidade, sendo a fábrica da cerveja um bom exemplo ilustrativo dessa realidade. Logo torna-se importante estudar, conhecer e equacionar o impacto da desindustrialização a nível local (sob o ponto de vista económico, social e cultural) e inventariar um conjunto de possíveis soluções a aplicar de modo a minorar os seus efeitos, sobretudo no que diz respeito à preservação,

conservação e revitalização do património e arqueologia industriais. Trata-se sobretudo de evitar a perda irreversível do património de uma indústria, que à semelhança de tantas outras, em tempos exerceu e desempenhou uma grande importância, impacto e protagonismo na vida económica e social da cidade. Acima de tudo a fábrica da cerveja de Coimbra é parte integrante da memória, identidade e cultura conimbricenses – realidade que é necessário preservar. A que se deveu o processo de desindustrialização, abandono e degradação de que têm sido alvo a área industrial Loreto-Pedrulha (em geral) e a fábrica da cerveja (em particular)? Que fatores concorreram para essa realidade? Que problemas e desafios surgem associados à desindustrialização e quais as suas consequências para as populações, atividades e economias locais? De que forma poderão ser atenuados/minorados os efeitos deste fenómeno? Que futuro(s) poderemos e deveremos dar aos nossos antigos espaços industriais? Que soluções/perspetivas poderão ser aplicadas e desenvolvidas no âmbito da reconversão e requalificação industriais? Que funcionalidades poderão assumir os antigos espaços industriais nos dias de hoje? São questões que incorporarão necessariamente o conteúdo do presente relatório.

E no contexto de sala de aula? Como alertar, despertar, sensibilizar e consciencializar os alunos para a importância e interesse do património e arqueologia industriais? Que papel cabe aos professores? De que modo a história local e o seu património cultural poderão ser devidamente integrados e inseridos nos programas curriculares? Como tratar as questões do património em contexto escolar tendo em conta os diferentes níveis socioculturais dos alunos? Como motivá-los para a importância pedagógica e didática dos museus? Como fazer do património industrial um instrumento de ensino-aprendizagem acessível aos alunos? De forma muito sintética são estes alguns dos desafios, problemáticas e questões a que o presente relatório procurará responder. No fundo são estes pequenos contributos que pretendo dar ao longo das próximas páginas.

Num tempo marcado pelo declínio do setor secundário face à supremacia dos serviços, penso fazer todo o sentido dedicar um pequeno estudo à indústria local e ao seu património pelo menos aquele que ainda nos é possível estudar e conhecer.

1. Análise das Atividades Desenvolvidas no Âmbito do Estágio Pedagógico Supervisionado

Só faz sentido elaborar um relatório de estágio consciente, sério e responsável se nos determos sobre a análise desta experiência e o seu contributo no âmbito da formação de professores. Muito mais do que uma experiência marcante e enriquecedora a vários níveis, o estágio pedagógico supervisionado assumiu-se como o primeiro contato com a realidade escolar – suas problemáticas e dinâmicas. Pela sua intensidade e importância o estágio pedagógico (e as atividades nele desenvolvidas) assumiu-se como uma das etapas mais relevantes de todo o processo de formação e aprendizagem inerente à carreira docente. Pois bem são os inúmeros contributos, resultados e experiências obtidos ao longo da experiência retratada que pretendo descrever no presente capítulo.

Porém antes de partir para esse exercício é necessário ter em conta duas premissas importantes: em primeiro lugar, devo referir que uma análise do estágio acaba sempre por assumir um carácter subjetivo e emotivo, e por isso, pouco rigoroso e objetivo. Em segundo lugar, também é importante referir que a presente reflexão teve em conta o conteúdo e informações presentes em dois documentos fundamentais – os PIFS (Planos Individuais de Formação) de História e Geografia respetivamente bem como o Plano Anual de Formação de Professores da FLUC distribuído aos estagiários no início do ano letivo – documentos orientadores de todo o trabalho desenvolvido no âmbito do estágio pedagógico supervisionado.

Em termos estruturais o presente capítulo subdivide-se em quatro grandes partes. Na primeira parte será elaborada uma breve caracterização da escola onde se desenvolveu o estágio bem como das respetivas turmas envolvidas. A segunda parte consistirá numa descrição muito sintética das atividades letivas, do modo de funcionamento das sessões de seminário e respetivas metodologias de trabalho desenvolvidas ao longo do estágio. Na terceira parte serão enumeradas por sua vez todas as atividades não-letivas realizadas e organizadas pelo núcleo ao longo do ano letivo. Na quarta e última parte do presente capítulo tentarei da forma mais objetiva e consciente possível, elaborar um balanço crítico ou se quisermos uma apreciação crítica final, de todo o trabalho e atividades concretizadas no decorrer do estágio. Em termos gerais é esta a estrutura que seguirei ao longo do presente capítulo.

1.1. Breve Caracterização da Escola e das Turmas Envolvidas no Estágio Pedagógico Supervisionado

Como é sabido o estágio pedagógico supervisionado que realizei ao longo do ano letivo 2012/2013, decorreu nas instalações da Escola Básica e Secundária da Quinta das Flores, no seio do núcleo de trabalho composto pelos elementos Luís António Martins dos Santos e Cláudio Brito. A orientação científica esteve sob a responsabilidade das Doutoradas Adélia de Jesus Nobre Nunes (na área disciplinar de Geografia) e Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro (na área disciplinar de História) respetivamente. No âmbito da orientação da prática pedagógica supervisionada esta foi devidamente coordenada pela Dra. Cristina Castela Nolasco (professora cooperante de Geografia) e pelo Dr. Pedro José da Paiva Cunha (professor cooperante de História). De forma muito sintética foi esta a composição do núcleo de estágio presente na Escola Básica e Secundária da Quinta das Flores, no decorrer do pretérito ano letivo.

Conhecida a composição/organização do núcleo de estágio é momento de descrever de forma muito sucinta o espaço e ambiente da instituição educativa que tornou possível esta experiência – atividade difícil de concretizar de forma suficientemente objetiva e rigorosa uma vez que tive o prazer de frequentar a referida instituição durante o ensino secundário. A Escola Básica e Secundária da Quinta das Flores trata-se de uma instituição de ensino público, situada na rua Pedro Nunes, pertencendo à freguesia de Santo António dos Olivais. Estamos portanto a referir-nos a uma escola que se localiza na zona residencial do Vale das Flores que atualmente divide/partilha o mesmo espaço físico com o conservatório de música de Coimbra – realidade que confere a esta escola características e dinâmicas muito próprias.

Considerada durante várias décadas como uma “escola de periferia”, fruto das suas características/marcas rurais/periurbanas (albergando alunos de níveis socioeconómicos mais baixos, modestos e humildes), a instituição em análise foi beneficiando progressivamente com a fixação de outros serviços e atividades de diferentes funções no seu espaço/área envolvente. Entre eles destacamos o centro comercial *Coimbra Shopping* (dedicado à função comercial e serviços), a Escola Superior de Engenharia de Coimbra (dedicada ao ensino e à investigação científica e tecnológica) e ainda o conhecido “Teatrão” (dedicado à cultura e ao lazer). Em suma o estabelecimento de todos estes serviços e atividades contribuiu para uma maior centralidade e protagonismo assumidos pela instituição em análise.

A Escola da Quinta das Flores iniciou a sua atividade educativa no ano letivo de 1983/1984, dedicando-se nesse momento à formação de alunos do terceiro ciclo do Ensino Básico. O ano letivo 2010/2011 assumiu uma dupla importância para a escola em análise. Por um lado, a instituição começou a receber alunos do segundo ciclo do Ensino Básico, adquirindo dessa forma a sua atual denominação/designação. Por outro lado, foi nesse mesmo ano letivo, que as instalações da escola foram alvo de importantes remodelações por parte da empresa “Parque Escolar”. Dessa intervenção nasceu o atual conservatório de música – um edifício de três andares composto por um auditório com quatrocentos lugares. A inclusão do conservatório de música no espaço arquitetónico da escola, embora tenha sido um processo complexo, foi relevante a vários níveis. Por um lado, conferiu indubitavelmente uma maior reputação e reconhecimento/valorização sociais à instituição educativa, que passou a dispor de espaços mais modernos, dinâmicos e tecnologicamente mais avançados. Para além da modernização das instalações, o estabelecimento do conservatório permitiu a admissão/receção de mais alunos, muitos deles interessados/motivados pela articulação do ensino artístico (música e dança) com o ensino de disciplinas de formação geral.¹ De facto a conhecida modalidade do “ensino articulado” assume-se como uma das maiores potencialidades e mais-valias da presente instituição. Num outro plano a instalação do conservatório veio contribuir para um maior dinamismo em termos da organização e planificação de atividades de diversa ordem (exposições, concertos musicais, peças de dança e de teatro, concursos, atuações musicais) de âmbito nacional e internacional.

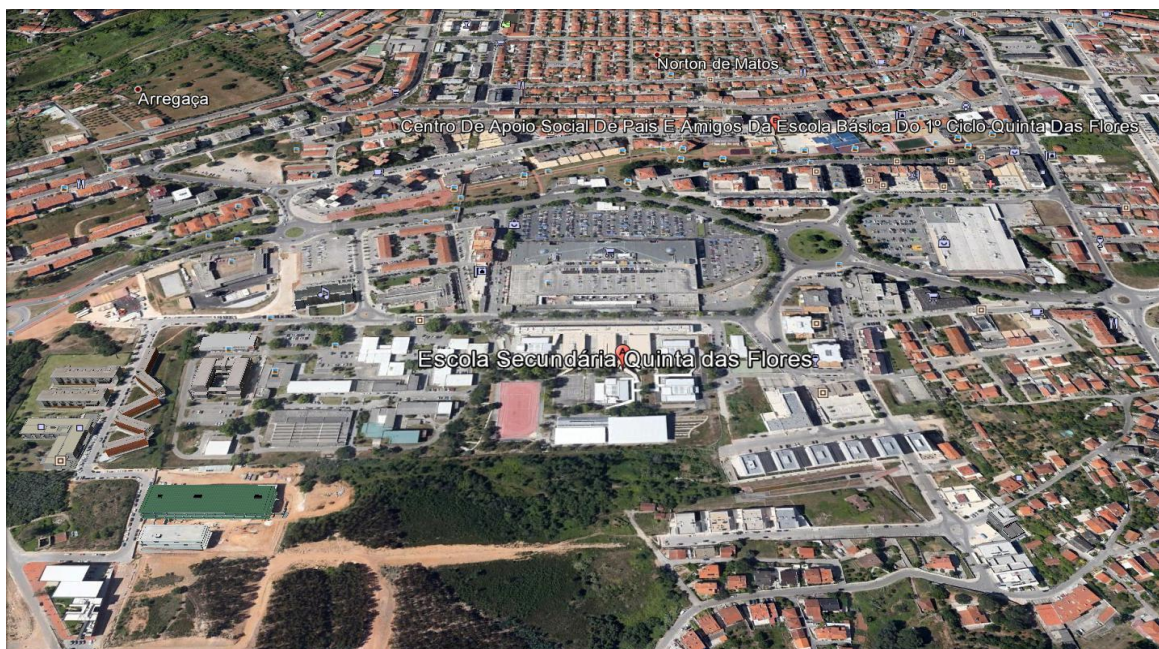
Ao nível dos recursos e apoios educativos, a escola dispõe de opções variadas e diversificadas. Para além da elaboração de planos de trabalho, recuperação e acompanhamento individuais e da existência de projetos de apoio às disciplinas de formação geral, a escola disponibiliza ainda o “Salta-Barreiras” (instrumento de apoio essencial para a superação das dificuldades na área da Matemática), serviços de apoio/acompanhamento psicológico ou ainda a disciplina de Português de Língua Não-Materna (importante ao nível do apoio a alunos estrangeiros). Para além destas estruturas, a escola conta ainda com uma importante mediateca/biblioteca – espaço bastante dinâmico ao nível da promoção/organização de exposições, concursos,

¹ No que se refere à oferta educativa, a escola apresenta um conjunto muito diversificado de propostas entre o Ensino Básico, o Ensino Secundário com variados cursos científico-humanísticos (5) e o Ensino Profissional (2). No passado ano letivo a escola contou sensivelmente com cerca de 1170 alunos (distribuídos por duas turmas do 5º e 6º anos, quatro turmas dos 7º, 8º e 9º anos e, finalmente, onze turmas dos 10º, 11º e 12º anos) e 120 professores (a maioria pertencente ao quadro).

workshops para diferentes faixas etárias etc. De destacar ainda a importância dos serviços de bar, refeitório, secretaria, reprografia bem como do SASE – Serviços de Ação Social Escolar. Em termos de atividades extracurriculares oferecidas pela escola salienta-se a participação dos alunos no clube europeu e no desporto escolar, para além do já referido conservatório de música. A comunidade educativa (professores, auxiliares, técnicos e funcionários) assumiu uma atitude bastante prestável, disponível, receptiva e simpática ao longo do ano letivo colaborando em todas as atividades, projetos e iniciativas dinamizadas/organizadas pelo núcleo de estágio. De um modo geral o núcleo foi muito bem recebido e acolhido por toda a comunidade escolar, dispondo de todas as condições e materiais para o exercício das suas atividades. Neste sentido o núcleo teve a oportunidade de usufruir de uma sala de trabalho, partilhada com os núcleos de estágio de Matemática e de Português-Francês, devidamente equipada com material informático fomentadora/proporcionadora de um bom ambiente de trabalho, troca de ideias, cooperação, colaboração, debate e aprendizagem.

O facto de a escola ter sido alvo de remodelações recentes fez com que todas as salas de aula dispusessem de quadros interativos, computadores e projetores multimédia bem como o acesso à internet. Perante estas condições é possível afirmar com toda a certeza e convicção que o grupo de estágio disfrutou de excelentes condições para a execução de todos os seus projetos, iniciativas e atividades. Complementarmente a escola conta ainda com a existência de um pequeno e grande auditório, modernos pavilhões gimnodesportivos, laboratórios – em suma todo um conjunto de infraestruturas indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem. De forma muito particular são ainda de salientar as preocupações inclusivas da escola, sobretudo com alunos detentores de necessidades educativas especiais.

Uma última referência para destacar a abertura, cordialidade e disponibilidade demonstradas pelo diretor da escola (Prof. Francisco Sobral Henriques) - elemento-chave para a realização de todas as atividades dinamizadas pelo núcleo no seio da comunidade escolar.



Localização Geográfica da Escola Básica e Secundária da Quinta das Flores

Relativamente à caracterização das turmas envolvidas no estágio pedagógico supervisionado, é importante começar por referir que o núcleo esteve inserido no contexto de cinco turmas – três do 9º ano, uma de 11º ano (no caso de Geografia) e outra de 12º ano (no caso de História). Contudo o núcleo só acabou por lecionar no contexto das três turmas de 9º ano nas disciplinas de História e Geografia respetivamente². Em termos pessoais lecionei no contexto das turmas A e B do 9º ano (História e Geografia) e da turma E/F do 11º ano (Geografia). No contexto de História estive afeto à turma do 9ºB, o colega Cláudio Brito ao 9ºA e o Luís Santos ao 9ºD. Estas turmas pertenciam aos respetivos professores orientadores. Após um primeiro contato do núcleo com as turmas citadas, procedeu-se à sua divisão entre os três estagiários através de sorteio. No caso de História, o orientador Pedro Cunha possuía três turmas de 9ºano, que foram atribuídas a cada um dos estagiários respetivamente. Já no caso de Geografia, a orientadora Cristina Nolasco possuía apenas duas turmas de 9º ano que tiveram de ser partilhadas pelos estagiários, de acordo com um sistema rotativo devidamente agendado e calendarizado.

Lecionar no contexto de turmas pautadas por alunos com perfis, ritmos de aprendizagem, níveis culturais, interesses, aspirações, necessidades e exigências tão diversificadas assumiu-se como um dos maiores desafios do estágio pedagógico supervisionado. Uma vez que não é possível descrever de forma profunda todas as

² Por um lado devido à indisponibilidade dos estagiários e por outro devido à existência de compromissos dos professores orientadores com o Ministério da Educação (ao nível da realização das metas curriculares de História e Geografia que obrigaram a uma redução substancial da componente letiva), não foi possível lecionar no contexto das turmas de 12º ano (a História) e de 11º ano (a Geografia).

turmas envolvidas, farei uma caracterização muito superficial e sintética dos elementos referentes às turmas A, B e D do 9º ano (com os quais estivemos mais próximos).

A turma do 9º X composta por vinte e nove alunos pertencia na sua totalidade ao regime de ensino articulado, frequentando desse modo as disciplinas de dança e música ao mesmo tempo que as disciplinas de regime normal. Os alunos detinham na sua grande maioria um perfil socioeconómico médio-alto, vivendo nas proximidades da escola. Em termos de aproveitamento/rendimento escolar, tratava-se de uma turma bastante homogénea – ou seja pautada por elevados níveis de sucesso académico. Em termos de relacionamento, tratou-se de uma turma onde (a nível pessoal) foi necessário algum tempo para conhecer os seus elementos e estabelecer com eles uma relação de confiança, proximidade, amizade e empatia. O facto de se tratar de uma turma muito extensa também não facilitou o desenvolvimento das relações mencionadas anteriormente. Em termos práticos, reconheço que não foi uma turma com a qual me relacionei e identifiquei de forma espontânea e direta. Pelo contrário foi necessário todo um trabalho nesse sentido. Por outro lado, também foi necessário trabalhar um pouco a participação oral, sobretudo com o objetivo de fazer com que os alunos se expressassem e envolvessem mais. Em termos letivos, confesso que nem sempre foi fácil suscitar a curiosidade, interesse e envolvimento dos alunos fruto da sua cultura geral muito rica e completa. De destacar ainda o elevado espírito crítico da maioria dos alunos desta turma em particular, o seu desejo/vontade em aprender e em aplicar/mobilizar os conhecimentos adquiridos a novas situações bem como em aceder a novos conteúdos e conhecimentos. Numa outra perspetiva, é importante sublinhar a elevada preocupação revelada pela grande maioria da turma pelos processos de avaliação e os respetivos resultados académicos. Em termos pessoais, penso que se tratava em suma de uma turma que de um modo geral era bastante interessada, motivada e empenhada nos seus resultados e classificações, embora se movesse por um elevado espírito de competição (que em todo o caso nem sempre se revelou negativo). Para terminar, é importante referir que se tratava de uma turma com elevadas perspetivas, objetivos e aspirações em termos da futura integração profissional.

A turma do 9ºY composta por vinte e nove alunos era considerada uma turma “mista”, pois metade dos seus alunos frequentava o regime de ensino articulado enquanto a outra metade ocupava o regime de ensino normal. Comparativamente com a turma anterior, a presente turma assumiu características muito mais heterogéneas a todos os níveis (culturais, familiares, socioeconómicos etc.) – realidade que resultou numa

experiência de estágio muito mais rica, aliciante e desafiante. Como afirmei anteriormente, foi a diversidade presente nas turmas que se assumiu como uma das mais-valias da experiência de estágio. Embora evidenciando e refletindo resultados académicos mais baixos, a turma em análise revelou maior espontaneidade, interesse, motivação e naturalidade na participação oral³ bem como relações mais intensas/próximas com os professores estagiários. No fundo tratou-se de uma turma motivada, recetiva, interessada, moldável e curiosa pelos conteúdos lecionados pautada por um espírito de amizade, afeto e cumplicidade. Acima de tudo o 9ºY assumiu-se como uma turma movida por uma grande vontade de aprender e também pelo desejo de sucesso do trabalho desenvolvido pelo núcleo de estágio. Apesar destas potencialidades, alguns alunos revelavam alguma desmotivação e desinteresse, em resultado de várias retenções, realidade que a distingue em relação à turma anterior. Para além disso foi necessário trabalhar a expressão escrita da turma solicitando nesse sentido várias atividades escritas ao longo das aulas. É ainda importante salientar que nesta turma existiam duas alunas de nacionalidade russa que necessitaram de um maior acompanhamento ao longo do ano letivo, tendo realizado (por exemplo) testes adaptados. A este nível o grupo de estágio evidenciou uma atitude muito positiva auxiliando e apoiando as referidas alunas ao longo das aulas, prestando algum apoio (por exemplo) no esclarecimento e explicitação de conceitos e dos conteúdos programáticos. De salientar ainda que nesta turma alguns alunos evidenciavam dificuldades de concentração e também de aprendizagem – realidade que a diferencia em relação às características apresentadas e evidenciadas pela turma anterior.

O facto de ter contactado de forma mais próxima com esta turma faz com que os meus comentários, apreciações e pontos de vista sejam mais subjetivos e por isso menos rigorosos. Contudo penso que não é possível dissociar da experiência de estágio os seus aspetos mais emotivos e sentimentais, pois a intensidade das relações humanas e sociais aí estabelecidas não o permite. É certo que se tratou de uma turma ligeiramente menos preocupada com as avaliações e os resultados/classificações académicos. No entanto foi um enorme prazer, privilégio e satisfação ter recebido esta turma para lecionar ao longo do ano letivo.

³ A este nível por vezes ocorreram alguns momentos de maior assertividade por parte do professor, ou seja, frequentemente foi necessário controlar/disciplinar as participações e intervenções da turma de modo a não perturbar o normal funcionamento da aula bem como o clima/ambiente de trabalho e de aprendizagem.

A terceira e última turma (o 9ºZ) era composta por 19 alunos que frequentavam na sua grande maioria o regime de ensino normal e pertenciam a um nível socioeconómico médio-baixo. Em termos pessoais, torna-se bastante difícil caracterizar esta turma uma vez que nunca tive a oportunidade de lecionar no seu contexto. Contudo considero que se tratou de uma turma que inicialmente se mostrou muito reservada, tímida, isolada, introvertida e pouco receptiva sobretudo do ponto de vista do seu envolvimento e participação oral – aspetos que condicionaram de forma marcante e decisiva a prática letiva quotidiana. Dadas estas características, considero que a turma em análise constituiu um verdadeiro desafio para o colega responsável pela sua formação – realidade que se revelou muito complexa sobretudo no contexto de estagiários que estão a iniciar a sua prática letiva. Em termos académicos, foi uma turma que revelou baixo rendimento/aproveitamento e algumas dificuldades ao nível da expressão escrita (concretamente na organização das respostas e ideias), visível sobretudo na realização dos testes de avaliação. Indiretamente foi também visível alguma falta de métodos, técnicas e hábitos de estudo e de organização pessoal – realidade que interferia de uma ou outra forma nos resultados obtidos. Acima de tudo tratou-se de uma turma onde foi necessário desenvolver e aplicar algumas estratégias de motivação (sobretudo ao nível da participação oral), de modo a despertar, suscitar e estimular um maior envolvimento, empenho e interesse da turma – realidade que foi sendo progressivamente alcançada ao longo do processo de ensino-aprendizagem. De salientar ainda que foi dado acompanhamento individual por parte do núcleo de estágio a um aluno com necessidades educativas especiais presente nesta turma em particular.

No final do ano letivo os progressos e conquistas alcançados foram evidentes: a turma manifestava uma atitude no interior da sala de aula completamente diferente – mais descontraída, empenhada, interessada e sobretudo mais motivada – fruto dos esforços empreendidos quer pelo professor orientador quer pelo professor estagiário responsável.

Fazendo uma apreciação global das três turmas envolvidas, penso que a do 9ºZ foi a mais exigente e complexa, mas também a mais desafiante e motivadora, ao nível da prática letiva quotidiana em virtude de todos os obstáculos e condicionalismos que tiveram de ser necessariamente ultrapassados. Apesar das disparidades e diferenças descritas, reforço o enorme sentimento de prazer, gosto e satisfação sentidos pelo núcleo ao lecionar nas referidas turmas, fruto do seu envolvimento, colaboração, interesse e empenho em todas as atividades e iniciativas propostas. Em todos os momentos o

núcleo sentiu-se bem acolhido, estimado, reconhecido e respeitado no conjunto das turmas em que lecionou, em virtude das intensas relações de amizade e confiança estabelecidas.

1.2. Avaliação das Atividades Letivas Desenvolvidas no âmbito do Estágio Pedagógico Supervisionado

Identificadas e caracterizadas as turmas e a escola no qual desenvolvemos o estágio pedagógico supervisionado, é momento de avaliar de modo muito superficial as atividades letivas realizadas ao longo do ano. Assim sendo dedicarei algumas palavras primeiramente à preparação, concretização e respectiva avaliação das aulas lecionadas e em seguida à avaliação das sessões de trabalho dos seminários pedagógicos e respectivas metodologias de trabalho.

O estágio pedagógico teve início em Outubro de 2013. Após conhecermos os respectivos orientadores, procedemos à elaboração do documento orientador da experiência de estágio – o PIF (Plano Individual de Formação) – que depois de confirmado/aprovado pelos orientadores foi entregue aos respectivos coordenadores científicos da faculdade. Acima de tudo o PIF assumiu-se como o instrumento de trabalho mais relevante de todo o ano letivo. Nele foram elencadas/apontadas todas as atividades, propostas, projetos e iniciativas (letivas e não letivas), a concretizar ao longo do calendário escolar. Assim sendo a experiência de estágio deverá ser avaliada e apreciada em função dos compromissos firmados no documento descrito anteriormente. Nesse contexto é importante salientar que cumpri a grande maioria das atividades, projetos e iniciativas avançadas no início do ano letivo. Em termos letivos cumpri muito mais do que os limites mínimos previstos no Plano Anual de Formação, quer ao nível da assistência/observação de aulas das turmas afetas ao núcleo quer ao nível da prática letiva propriamente dita – realidade comum às duas áreas disciplinares de História e Geografia. Portanto assumo que assisti/observei a todas as aulas da turma a que estive associado bem como às aulas das turmas dos respectivos colegas de estágio. Por outro lado, lectionei um número total de aulas (nas duas disciplinas) superior ao mínimo exigido/previsto no PAF. Em suma ao nível das atividades propostas inicialmente no PIF, foram todas integralmente cumpridas, aplicadas e concretizadas.

Ainda em termos letivos saliento a presença em todos os seminários pedagógicos realizados diariamente, a colaboração nos assuntos e tarefas da direção de turma a que

estive associado, a participação nas reuniões de avaliação de final de período, conselhos de turma e reuniões intercalares, a correção e respetiva apreciação crítica dos testes diagnósticos realizados no início do ano letivo bem como de algumas questões dos testes de avaliação sumativa, e por fim, a elaboração da caracterização da turma a que estive associado que foi devidamente apresentada no conselho de turma.

Elaborados e aprovados os PIFS e conhecidas as normas de funcionamento e organização do estágio, procedeu-se à respetiva divisão e distribuição das turmas pelos professores estagiários. A divisão como já referi anteriormente foi feita através de sorteio. Distribuídas as turmas os estagiários foram conhecê-las, e dessa forma, começaram a assistir a uma considerável percentagem de aulas lecionadas pelos orientadores. Este conjunto de aulas assistidas pelos estagiários foi essencial para que estes estabelecessem os primeiros contatos com as turmas e se inserissem no ambiente/contexto específicos de cada uma delas. Tratou-se de facto de um período fundamental para que os estagiários se enquadrassem no contexto da prática letiva e suas metodologias/técnicas bem como nos respetivos programas e conteúdos curriculares. Durante este processo inicial, os estagiários em cada uma das aulas assistidas, foram trocando as primeiras impressões com os alunos tentando criar um ambiente de maior proximidade e menor formalidade. Para além disso, foram retirando vários apontamentos e notas relativos à prática letiva, com vista à sua posterior aplicação no momento em que começariam a lecionar as suas próprias aulas (de forma autónoma e completamente independente).

Pois bem é à avaliação das aulas lecionadas (sua preparação e concretização) que dedicarei algumas palavras durante as próximas linhas.

Avaliação das Aulas Lecionadas (sua preparação, planificação e respetiva concretização)

Antes de proceder a uma análise mais ou menos detalhada e aprofundada das aulas lecionadas, é importante referir que o facto de o núcleo de estágio ter entrado relativamente tarde na escola, impossibilitou-o de participar na elaboração/constituição das planificações a médio e a longo prazo das respetivas disciplinas. Contudo os professores orientadores não deixaram de as apresentar e explicar aos estagiários, de modo a que estes compreendessem a sua importância, centralidade e relevância no contexto da prática letiva.

Conhecidas as planificações a médio e a longo prazo e depois da observação de um conjunto de aulas lecionadas pelos orientadores, começaram então a ser agendadas/calendarizadas as primeiras aulas a lecionar pelos estagiários. A este nível devo referir que sempre se verificou bastante flexibilidade na marcação das aulas a lecionar, de modo a podermos prepará-las com o máximo rigor, cuidado e precisão possíveis. Neste sentido começámos então a preparar/planificar as primeiras aulas a lecionar. A este nível devo salientar que todas as aulas lecionadas foram planificadas com bastante antecedência, sendo alvo de um acompanhamento sistemático e permanente por parte dos respetivos orientadores (quer presencialmente quer via internet), que contribuíram sempre com sugestões, alguns melhoramentos, e enfim, algumas alterações e transformações de modo a melhorar a qualidade da prática letiva.

As atividades inerentes à planificação didática, excluindo a prática letiva, assumiram-se como as tarefas mais exigentes, complexas e desafiantes registadas ao longo da experiência de estágio. Sobretudo pela falta de prática e experiência que caracterizaram o primeiro ano do segundo ciclo. Esta é de facto uma das grandes lacunas, críticas e insuficiências que aponto ao primeiro ano curricular do mestrado – a inexperiência sentida ao nível da elaboração e organização de planificações no contexto das duas disciplinas. Apesar disso com a prática letiva quotidiana e o apoio dos orientadores, foi possível ultrapassar este primeiro grande obstáculo da experiência de estágio. À medida que fomos construindo as primeiras planificações as dificuldades sucediam-se. A seleção de conteúdos programáticos a lecionar bem como das respetivas estratégias de motivação/aprendizagem, a definição dos conceitos-chave, objetivos e finalidades educativas, a criação de um fio condutor lógico, coerente e equilibrado, o tratamento de mapas e cartografia, o domínio de conceitos específicos da Geografia – assumiram-se como algumas das dificuldades que tiveram de ser colmatadas, trabalhadas e aperfeiçoadas ao longo do estágio. Em causa estava a concretização de aulas rigorosas, exigentes e completas do ponto de vista científico, mas ativas, estimulantes, dinâmicas e desafiantes do ponto de vista pedagógico e didático. Responder a todas estas motivações e necessidades num curto espaço de tempo, com o máximo de eficácia, rigor e qualidade possíveis não foi de modo algum tarefa fácil.

A este nível o apoio dos orientadores foi notável e indispensável embora a união, coesão e interajuda do núcleo também tivessem sido fulcrais, determinantes e imprescindíveis. As constantes trocas e partilhas de opiniões, comentários e sugestões bem como a transmissão de recursos, conteúdos e estratégias no seio do grupo de

trabalho resultaram numa melhoria substancial da prática letiva de cada um dos seus elementos, com reflexos notáveis na relação com os alunos e na exposição, transmissão e explicitação dos conteúdos programáticos. A planificação de uma unidade didática (fosse de História ou de Geografia) era feita através de sucessivas tentativas seguidas de sucessivas e intensas reformulações, alterações e correções (quer por parte dos orientadores quer pelos respetivos colegas de estágio). E foi na sequência de frequentes tentativas e erros realizados, aliados a uma atitude de grande esforço, empenho, coragem e determinação que o núcleo conseguiu finalmente planificar uma aula de forma correta, exigente, lógica, coerente e equilibrada. Um dos aspetos mais positivos, construtivos e enriquecedores associado às atividades de planificação didática consistiu no facto do núcleo de estágio aprender com os erros, lacunas e insuficiências cometidas por cada um dos seus elementos. Em termos práticos, as planificações mais do que atividades individuais e isoladas transformaram-se em tarefas coletivas, em que cada um dos estagiários contribuía com os seus comentários e sugestões, de modo a apoiar e a melhorar a prática letiva do colega. Obviamente que (apesar de todos os contributos) cada planificação dispunha de uma organização, estrutura e lógica muito pessoais. No entanto todos os elementos do núcleo contribuía e interferiam de forma direta e indireta nas planificações didáticas de cada um. Deste processo/metodologia de trabalho resultavam contribuições a vários níveis que só melhoraram e enriqueceram a prática letiva, e enfim, a experiência docente.

A tudo isto associava-se a experiência, prática e profissionalismo dos professores orientadores que sempre contribuía com as suas sugestões e comentários preciosos, adequados, úteis e oportunos. Era neste ambiente de troca de experiências e conhecimentos recíprocos e, portanto de grande abertura, que decorriam as atividades inerentes à planificação. Em termos concretos, reconheço ainda algumas dificuldades e limitações ao nível da planificação de aulas no âmbito das duas disciplinas. No âmbito da História, sinto ainda algumas dificuldades ao nível da definição dos indicadores de aprendizagem. Já no domínio da Geografia, reconheço dificuldades ao nível da definição da respetiva finalidade educativa bem como no tratamento de mapas, escalas e cartografia. Enfim algumas fragilidades que espero colmatar e aperfeiçoar ao longo da prática letiva futura. Acima de tudo as maiores dificuldades no domínio da planificação didática, relacionaram-se com a articulação dos diferentes conteúdos programáticos às diferentes estratégias de motivação e de aprendizagem tendo sempre em conta as necessidades, dificuldades e exigências de cada turma em particular. Esta foi aliás uma

preocupação visível na prática letiva de todos os elementos do núcleo ao longo do processo de ensino-aprendizagem.

Com o decorrer do ano letivo o núcleo foi-se tornando progressivamente cada vez mais autónomo e independente ao nível da planificação didática, não necessitando tanto do apoio dos respetivos orientadores, fruto da prática/experiência letiva quotidiana adquirida. Acima de tudo as planificações foram alcançando maior rigor, organização, lógica, coerência e elasticidade – realidade que fez com que algumas das planificações das últimas aulas lecionadas não tivessem sido alvo da supervisão e correção por parte dos orientadores. Confesso que apreciei bastante essa atitude pois para além de uma inequívoca manifestação de confiança, fez com que cada elemento do núcleo adquirisse maior autonomia e independência. De salientar ainda que todas as atividades de planificação didática foram pautadas pelo devido estudo/aprofundamento dos conteúdos científicos, assentes na leitura/consulta de bibliografia especializada – realidade comum a todos os elementos do núcleo. Tal atitude refletiu-se num domínio muito mais profundo, esclarecido, rigoroso e exigente dos conteúdos programáticos bem como numa maior segurança na resposta às questões, desafios e problemáticas colocadas pelos alunos ao longo das aulas. No final do ano letivo, e portanto da experiência de estágio, todos os elementos do núcleo reconheciam a importância e centralidade da planificação no ato de ensinar. Acima de tudo todos reconheciam os benefícios de lecionar a partir da elaboração da planificação, de forma a assumir uma postura mais assertiva, segura e confiante pautada por uma maior clareza, lógica e organização na exposição dos conteúdos. Embora as planificações não consigam prever tudo o que acontece durante uma aula, ela permite-nos uma maior clarificação e maturação das estratégias a aplicar e dos conteúdos a desenvolver – realidade que traz benefícios ao nível da gestão do tempo disponível e do programa curricular, para além de fomentar uma maior distinção entre o “essencial” e o “acessório”.

As atividades associadas à planificação desempenham reflexos/efeitos inevitáveis na prática letiva quotidiana. Em nome da experiência adquirida ao longo do estágio pedagógico, penso que é possível afirmar que uma boa capacidade de planificação dos conteúdos programáticos e das estratégias de aprendizagem, é condição indispensável e imprescindível para uma boa prática letiva.

Se ao nível da planificação didática os progressos registados pelo núcleo no decurso do estágio foram notáveis e significativos, o mesmo se poderá dizer relativamente à prática letiva quotidiana. A este nível senti inúmeras dificuldades e

condicionalismos sobretudo ao nível da gestão eficiente do tempo e dos conteúdos programáticos a lecionar bem como das participações dos alunos, da assertividade, da gestão e organização dos registos escritos presentes no quadro, da colocação e respetiva reformulação de questões, e por fim, ao nível da quantidade de conteúdos presentes no PowerPoint. No fundo foram dificuldades comuns sentidas de forma mais ou menos intensa por cada um dos elementos do núcleo de estágio. À medida que o ano letivo foi decorrendo fui conseguindo superar e colmatar algumas das dificuldades e obstáculos mencionados, tendo para isso contribuído o apoio, sugestões e correções dos colegas e dos professores orientadores bem como a prática e experiência adquiridas a partir da observação/assistência das sucessivas sessões ao longo do ano letivo.

No final de cada aula lecionada pelos elementos do núcleo, seguia-se um momento dedicado à avaliação/apreciação críticas individual e coletiva. No fundo tratava-se de um importante momento de auto e hetero avaliação que era bastante construtivo e enriquecedor, pois cada estagiário analisava individualmente o trabalho realizado/desenvolvido recebendo simultaneamente os comentários, sugestões e críticas dos restantes colegas. Esta atividade embora fosse complexa pois envolvia, pressupunha e exigia a avaliação dos colegas, era dotada de um carácter bastante construtivo e de um ambiente de grande respeito, confiança, sinceridade e responsabilidade permitindo dessa forma a cada elemento do núcleo melhorar, aperfeiçoar e colmatar os aspetos da planificação e execução didáticas menos positivos, sem qualquer tipo de constrangimento. Enfim tratava-se de outro importante momento pautado pela livre troca/partilha de sugestões e comentários tendo em vista o aperfeiçoamento e melhoria das capacidades e potencialidades individuais de cada estagiário. De salientar ainda que as avaliações eram devidamente registadas pelos estagiários individualmente, sendo posteriormente arquivadas na forma de atas no respetivo dossier de estágio – outro importante instrumento de trabalho presente ao longo de toda esta experiência.

O quadro do estágio pedagógico supervisionado só ficará completo se fizermos uma breve referência ao funcionamento/organização das sessões de trabalho dos seminários pedagógicos. A este nível é importante dizer que todas as sessões de seminário foram integralmente cumpridas/realizadas. Normalmente os estagiários reuniam com os orientadores noventa mais quarenta e cinco minutos por semana, de acordo com as necessidades existentes. No entanto na maioria dos casos o tempo despendido pelos orientadores foi bastante superior ao referido, em virtude do volume

de trabalho disponível mas também devido à sua boa vontade, paciência, interesse, empenho, perseverança, disponibilidade e profissionalismo.

Em termos pessoais, considero que as sessões de seminário se assumiam como um complemento aos seminários científicos lecionados na faculdade. Caraterizados por um espírito de intenso trabalho e aprendizagem, os seminários serviam para a elaboração e análise/discussão das planificações e respetiva preparação das aulas lecionadas, para a construção de fichas de trabalho, testes de avaliação e outros materiais de apoio, para a preparação e organização de atividades extralectivas, para a avaliação/apreciação críticas das aulas etc. Em suma as sessões de seminário assumiam-se como importantes momentos de aprendizagem e investigação pautadas por um ambiente de trabalho muito agradável e aberto à troca de ideias e experiências, ao esclarecimento de dúvidas, e enfim, à partilha de conhecimentos, conteúdos, recursos e estratégias. Com este tópico termino a já longa avaliação das atividades letivas desenvolvidas ao longo do estágio pedagógico supervisionado. Seguidamente serão elencadas as atividades extralectivas realizadas ao longo do ano letivo.

1.3. Atividades Extralectivas Desenvolvidas ao longo do Estágio Pedagógico Supervisionado

Avaliadas de modo mais ou menos exigente as atividades letivas realizadas ao longo do ano letivo, é momento de fazer uma referência ainda que muito sucinta e breve às atividades extracurriculares concretizadas no estágio. Serão assim elencadas primeiramente as atividades, projetos e iniciativas que o núcleo dinamizou e organizou, em seguida as atividades em que colaborou, e por último, aquelas em que participou ou em que simplesmente esteve presente.

Acima de tudo as atividades extralectivas foram importantes na medida em que proporcionaram e possibilitaram uma maior integração, enquadramento e adaptação do núcleo de estágio no seio da comunidade escolar e seus respetivos projetos e iniciativas. Em termos concretos estas atividades permitiram-nos conhecer os alunos/turmas noutras perspetivas, dimensões e contextos, não menos importantes para a sua formação. Para além disso possibilitaram um conhecimento mais profundo das realidades, relações e contextos sociais e culturais individuais de cada turma de forma particular. Por outro lado, assumiram-se como um importante complemento aos conteúdos lecionados na sala de aula, alertando e sensibilizando os alunos para questões, temáticas e problemáticas de

cariz/natureza cívica, cultural, ambiental, humanitária etc. Numa outra perspetiva, estas atividades permitiram um maior aprofundamento das relações sociais e humanas entre professores e alunos, criando um clima de maior proximidade e familiaridade. A este nível, devo referir que o núcleo de estágio sentiu uma adesão, participação, envolvimento, colaboração e receptividade muito positivos por parte dos alunos no que diz respeito aos projetos e iniciativas por si desenvolvidos – prova inequívoca de que o seu esforço, trabalho, empenho e dedicação valeram a pena e foram bem sucedidos.

Aceites estes pressupostos passo então a enumerar todas as atividades extracurriculares em que o núcleo de estágio esteve envolvido ao longo do passado ano letivo.

- Atividades extralectivas que o núcleo de estágio dinamizou/organizou:

Exposições:

- “Segunda Guerra Mundial e o Holocausto” – Exposição de cartolinas elaboradas pelos alunos do 9º ano no âmbito da disciplina de História, em homenagem às vítimas do Holocausto. Abril de 2013.

- “25 de Abril” – Exposição requisitada no Centro de Documentação 25 de Abril, inserida nas comemorações escolares do acontecimento histórico em causa. Abril de 2013.

- “Dia Internacional do Ambiente” – Exposição de trabalhos realizados por alunos do 9º ano no âmbito da disciplina de Geografia. Colaboração na seleção e montagem dos respetivos materiais. Maio de 2013.

Conferências:

- “Portugal, o Holocausto e a Segunda Guerra Mundial” – Conferência proferida pela Prof. Doutora Irene Flunser Pimentel, organizada em colaboração com o CEISXX (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX) e o DHAA (Departamento de História, Arte e Arqueologia) da FLUC, no âmbito da disciplina de História para os alunos do 12º ano da escola e os respetivos estudantes da faculdade. Esta iniciativa teve início com a intervenção musical de um aluno da escola. Fevereiro de 2013.

- “O rio Mondego: passado, presente e futuro” – Conferência proferida pelo Prof. Doutor Luciano Lourenço no âmbito da disciplina de Geografia, e mais

especificamente, no âmbito das comemorações relativas ao Ano Internacional da Cooperação para o Acesso à Água para os alunos do 9º ano e restante comunidade escolar. Abril de 2013.

Visita de estudo:

- Barragem de Castelo de Bode e Central Termoelétrica do Pego – Visita de estudo realizada e organizada pelos docentes das disciplinas de Geografia, Físico-Química e Ciências Naturais para os alunos do 9º ano. Abril de 2013.

Outras atividades:

- “Querida Anne Frank” – Concurso de produção escrita de uma carta ou página de diário, dinamizada em conjunto com o núcleo de estágio de Português-Francês e a equipa da biblioteca-mediateca da escola, no âmbito das disciplinas de História e Português para alunos do 9º e 10º anos. No final da atividade a entrega dos prémios e a exposição das cartas/páginas de diário vencedoras foram feitas numa cerimónia formal realizada na biblioteca-mediateca da escola. Fevereiro de 2013.

- “Aristides de Sousa Mendes – o Cônsul de Bordéus” – Organização da assistência, participação e visualização do filme sobre a vida da personalidade mencionada, no âmbito da disciplina de História destinada a alunos do 11º e 12º anos. Novembro de 2012.

▪ Atividades extralectivas em que o núcleo de estágio colaborou:

- “Comemorações do 25 de Abril” – Atividade realizada no âmbito da disciplina de História do 2º ciclo do Ensino Básico aberta a toda a comunidade educativa. Colaboração na montagem da exposição organizada no átrio de entrada da escola e no espetáculo alusivo ao acontecimento histórico referido. Abril de 2013.

▪ Atividades extralectivas em que o núcleo de estágio participou:

- Ação de formação sobre o problema da Trissomia 21 dinamizada/organizada pela Associação “Olhar 21”. Outubro de 2012.

- Ação de formação sobre o problema da diabetes dinamizada por um aluno da escola. Dezembro de 2012.
- Reuniões de avaliação de final de período do Conselho de Turma realizadas ao longo de todo o ano letivo.
- Assistência ao filme “As Linhas de Wellington” no TAGV (Teatro Académico Gil Vicente). Outubro de 2012.
- Assistência à sessão de apresentação das propostas/ideias para discussão/debate no Parlamento Jovem. Janeiro de 2013.
- Conferência “(Des)ordem na escola: mitos e realidades” proferida pelo Prof. Doutor Feliciano Henriques Veiga. Fevereiro de 2013.
- Participação no espetáculo relativo às comemorações da semana da francofonia organizado pelo núcleo de estágio de Português-Francês/Francês-Português em colaboração com o conservatório. Março de 2013.
- Conferência “Riscos e Catástrofes Naturais” proferida pelo Prof. Doutor Fernando Rebelo, realizada na FLUC e dinamizada pelo núcleo de estágio de História e Geografia, da Escola Secundária Infanta D. Maria. Abril de 2013.
- Participação no colóquio internacional “Formação de Professores e Educação”, realizado na FLUC e organizado pelo Conselho de Formação de Professores. Abril de 2013.
- Participação no espetáculo “Matemática nas Flores” organizado/dinamizado pelo grupo de matemática da escola e aberto a toda a comunidade educativa. Junho de 2013.
- Participação na visita de estudo ao Museu da Água e no passeio realizado ao Parque Verde do Mondego – atividades comemorativas do final do ano letivo. Junho de 2013.

1.4. Balanço Final do Estágio Pedagógico Supervisionado

Avaliar uma experiência de um ano de estágio em poucas palavras é tarefa bastante difícil. No entanto esforçar-me-ei por ser o mais sintético e objetivo possível, salientando os contributos mais relevantes.

Em primeiro lugar, devo referir que a experiência de estágio foi bastante enriquecedora, motivante, gratificante e construtiva a vários níveis. Por um lado estabeleci/desenvolvi importantes, sólidas e duradouras relações de amizade não só com os professores orientadores (a quem devo muito mais que um “obrigado”) e os colegas do núcleo, mas também e sobretudo com os alunos e as turmas envolvidas bem como com toda a restante comunidade escolar/educativa. Tratou-se de facto de um excelente regresso à escola que me formou. Acima de tudo a experiência de estágio permitiu-nos conhecer de forma muito mais rigorosa e consciente quer o funcionamento da escola (enquanto instituição), quer os enormes desafios, exigências e expectativas inerentes à carreira/profissão docentes, não apenas em termos científicos e burocráticos, mas sobretudo ao nível do contato com os alunos (suas problemáticas, necessidades, exigências, especificidades etc.)

Fundamentalmente ficou clara a ideia de que ser professor é uma profissão de bastante exigência e responsabilidade, muito para além da mera preparação de aulas e avaliações. Embora a preparação científica seja importante e indispensável, cada vez mais a figura do professor em virtude das exigências da escola, dos encarregados de educação e da própria sociedade, assume funções e responsabilidades que vão muito além do domínio pedagógico, didático e educativo – tendência que parece acentuar-se e intensificar-se. Longe vão os tempos em que o professor se dedicava única e exclusivamente à preparação das suas aulas, recursos, materiais, fichas de trabalho e testes de avaliação. Esse perfil já não corresponde às atuais exigências que se colocam à atividade docente. Hoje os professores recebem cada vez mais responsabilidades e funções no âmbito da gestão/coordenação de órgãos e estruturas escolares (direção, conselho geral, conselho pedagógico etc.), tarefas concedidas pelo Ministério da Educação (metas curriculares por exemplo), entre muitos outros cargos nem sempre devidamente valorizados, reconhecidos e remunerados. Tudo isto faz da profissão docente uma atividade de enorme valor, contributo e importância sociais, ainda que a sociedade em geral pouco valorize e reconheça tal realidade. Tal fenómeno persistirá enquanto as figuras da escola e do professor não recuperarem a sua dignidade,

importância, respeitabilidade e prestígio no interior das sociedades contemporâneas e também enquanto pais e encarregados de educação se recusarem a educar, remetendo para a escola e os professores todas as responsabilidades. Pouco se conseguirá se a educação/formação proporcionada pela escola e os professores não tiver continuidade e for reforçada, completada e consolidada em casa nos respetivos contextos familiares, na presença de pais e encarregados de educação. Enfim problemáticas complexas que naturalmente não podemos desenvolver no contexto do relatório.

Numa outra perspetiva, o estágio pedagógico proporcionou-me importantes progressos não só a nível profissional como também pessoal. Fruto desta experiência adquiri uma maior capacidade para trabalhar em grupo, para reconhecer e aceitar críticas, comentários e opiniões contrárias, para gerir de forma mais eficiente, organizada e equilibrada o tempo disponível e as tarefas/ compromissos e atividades a realizar, e enfim, para aperfeiçoar e adquirir mais algumas metodologias de trabalho, aprendizagem e de organização pessoal. Para além disso, o estágio permitiu-me um notável e considerável desenvolvimento das capacidades de comunicação e argumentação (transmissão do conhecimento), de transposição didática, de assertividade, de seleção e tratamento da informação e dos conteúdos a lecionar, de síntese e objetividade, de rigor científico, de ritmo da aula, de gestão do tempo, da condução dos diálogos, das participações dos alunos e da quantidade de conteúdos programáticos a lecionar, e por fim, ao nível da utilização correta da linguagem e conceitos específicos das duas disciplinas. O desenvolvimento do espírito crítico e de interpretação foi também uma outra importante contribuição do estágio realizado.

Numa outra perspetiva não menos importante, o estágio pedagógico assumiu-se como um importante e derradeiro “ponto de chegada” de todo um percurso académico realizado ao longo de cinco anos de formação. Ou seja assumiu-se como o culminar de todo um intenso e complexo processo de formação e aprendizagem, pautado por inúmeros obstáculos, dificuldades e condicionalismos sobretudo ao nível da Geografia. Por outro lado, a experiência de estágio materializou e concretizou todos os conhecimentos teóricos adquiridos durante o primeiro ano curricular. No fundo foi no estágio que acabámos por aplicar e concretizar muito do que aprendemos no primeiro ano, embora com algumas lacunas e deficiências próprias do atual modelo de formação de professores. A este nível devo reconhecer as enormes dificuldades e obstáculos sentidos em conciliar o estágio pedagógico com as tarefas dos seminários, e em última análise, com a elaboração/redação do relatório de estágio final. A acrescentar a tudo isso

existiu uma calendarização pouco flexível que dificultou ainda mais a realização dos referidos trabalhos, apesar dos sucessivos e frequentes adiamentos e facilidades concedidos pelas respectivas orientadoras científicas ao longo do ano letivo (sobretudo ao nível da entrega dos trabalhos escritos no final dos respetivos semestres).

Relativamente aos conteúdos e atividades desenvolvidas no âmbito dos seminários científicos de História e Geografia desenvolvidos nos dois semestres, devo reconhecer o descontentamento, desilusão e insatisfação sentidos no decorrer do ano letivo. Por um lado, porque não dispõem/usufruem de um plano/programa de atividades específicas a desenvolver (para além de um conjunto de temáticas científico-pedagógicas a debater, analisar e aprofundar), e por outro lado, porque esperava que esses seminários servissem para colmatar e aprofundar lacunas e insuficiências, sobretudo científicas, resultantes de um primeiro ciclo de formação necessariamente curto, e por isso, incompleto e insuficiente (quer no domínio da História quer no domínio da Geografia). É certo que o objetivo principal dos seminários científicos consiste no acompanhamento e coordenação dos trabalhos e atividades desenvolvidos no estágio bem como na orientação dos conteúdos presentes no relatório final. No entanto penso que poderiam ser muito mais úteis, construtivos e enriquecedores se outros conteúdos científicos relevantes para o ensino da História e da Geografia fossem lecionados (de acordo com as especialidades de estudo e investigação dos respetivos docentes), ainda que de forma muito breve e superficial dados os necessários constrangimentos temporais. Apesar disso reforço a importância das experiências e competências adquiridas ao longo do estágio, os resultados, conquistas e contributos alcançados bem como a qualidade, competência, exigência e preparação científicas revelados ao longo do acompanhamento e orientação prestados pelos docentes responsáveis.

Ao nível do funcionamento do estágio, seria desejável que os estagiários usufríssem de mais tempo para a pesquisa científica e a consulta de bibliografia especializada, no âmbito da construção/elaboração do relatório final. Para isso seria importante estabelecer um determinado número de horas semanais reservadas para a realização das referidas atividades. Para além disso as entidades competentes, entre as quais a Universidade, deverão continuar a lutar (entre outros objetivos) pela restituição da remuneração dos estágios ao nível da formação de professores.

Uma última palavra para destacar os importantes contributos do estágio ao nível do desenvolvimento e aprofundamento das relações sociais e humanas e, em suma, ao

nível da tomada de consciência/percepção mais clara da importância da profissão docente nos dias de hoje. Acima de tudo o estágio permitiu-me compreender os inestimáveis e inquantificáveis papéis e funções dos professores num mundo onde a evolução, inovação e transformação tecnológicas, motivadas por razões economicistas, parecem querer substituir as suas atividades e contributos.

Breves palavras para descrever uma experiência que pela sua intensidade ficará para sempre gravada nas memórias e vivências pessoais...

Estudos Desenvolvidos no Âmbito do Seminário Científico de Geografia

2. Breves Definições Terminológicas

Não seria conveniente iniciar um estudo dedicado à atividade industrial sem fazer primeiramente uma breve explicitação dos conceitos em análise. Assim sendo explicitarei de forma muito sintética os conceitos de Área Industrial, Indústria e Zona Industrial respetivamente.⁴

Passemos então à clarificação dos conceitos referidos:

Área Industrial – Área funcional num espaço urbano caracterizado pela função industrial.

Indústria – Conjunto de atividades de transformação que participam na produção de um bem, e que implicam um grande consumo de energia e a ocupação de mão-de-obra qualificada. Podem ser considerados diferentes tipos de indústrias:

- Indústria artesanal;
- Indústria de ponta;
- Indústria ligeira;
- Indústria moderna;
- Indústria pesada.

Já segundo Yves Lacoste⁵, indústria designa o conjunto das atividades económicas que têm por objeto a produção de energia e a transformação das matérias-primas em produtos fabricados, quer se trate de máquinas, de produtos semiacabados ou de bens de consumo. O autor estabelece ainda uma importante diferença entre as chamadas indústrias pesadas (a siderurgia por exemplo) e as indústrias ligeiras.

⁴ Estes conceitos serão definidos de acordo com as informações presentes em: **Garrido**, Dulce e **Costa Rui**, *Dicionário breve de geografia*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, 239 p.

⁵ **LACOSTE**, Yves, *Dicionário de Geografia – da geopolítica às paisagens*, Lisboa, Teorema, 2005.

Consciente das dificuldades inerentes à definição do conceito de *indústria*, deixo portanto a proposta deste autor, pois parece-me que foi a que mais influenciou a realização deste trabalho.

Para Lucília Caetano as **Zonas Industriais** têm sido apresentadas como um meio eficaz para racionalizar a distribuição das implantações industriais e a respetiva expansão das cidades. A nível local estes empreendimentos resolvem problemas decorrentes do congestionamento urbano-industrial. Neste contexto as fábricas abandonam as cidades por razões de controlo de poluição, para possibilitar a expansão das instalações fabris e, por fim, para reduzir os custos sociais em infraestruturas.

Relativamente ao caso português, a autora afirma que *«as zonas industriais, têm surgido regra geral espontaneamente, resultando do mecanismo de forças aglomerativas.»* Na sequência deste processo *«os estabelecimentos industriais adensam-se, e posteriormente, as áreas ocupadas e de expansão são definidas nos planos autárquicos de gestão do espaço como zonas industriais sem, no entanto, as dotarem das infraestruturas de que carecem, nomeadamente um loteamento adequado, rede de circulação rodoviária e de saneamento, incluindo tratamento de efluentes poluentes. Deste modo, e à semelhança de tantas outras, surgiu e cresceu a zona industrial Loreto-Pedrulha, localizada no extremo norte da cidade de Coimbra.»*⁶

Portanto de acordo com as afirmações da autora em estudo, em Portugal o aparecimento e posterior desenvolvimento de zonas industriais, tem ocorrido de forma mais ou menos anárquica – realidade que acarreta graves problemas ao nível da gestão, planeamento e ordenamento do território. A zona industrial Loreto-Pedrulha não foi neste contexto exceção, à semelhança do que se verificou no respetivo contexto nacional.

Relativamente ao conjunto de fatores que à escala local interfere na localização das áreas industriais destaca-se a acessibilidade aos meios de comunicação, a disponibilidade/oferta de terrenos e os respetivos preços, as perspetivas de recrutamento de mão-de-obra qualificada, a presença de indústrias complementares e de infraestruturas bem como a disponibilidade de serviços. Já Lucília Caetano alerta para a necessidade de instalar áreas industriais *«tendo em conta as atividades económicas já existentes, procurando evitar que a escolha recaia em áreas onde a agricultura ou o*

⁶ CAETANO, Lucília de Jesus, “A terciarização das zonas industriais – o caso da zona industrial Loreto-Pedrulha em Coimbra” in *Atas do IV Colóquio Ibérico de Geografia*, Coimbra, 1986, pág. 482.

*turismo, atinjam desenvolvimento e significado na economia local.»*⁷ Para além disso a autora menciona ainda a importância de selecionar locais relativamente afastados dos grandes centros urbanos. Do ponto de vista geográfico Lucília Caetano salienta o papel assumido pelos solos com topografia relativamente plana e não inundável (a fim de evitar trabalhos de terraplanagens e aterros que oneram consideravelmente os custos de construção), a qualidade das rochas tendo em conta o tráfego de pesados e as elevadas pressões exercidas pelas máquinas/equipamentos em laboração, a acessibilidade às redes de comunicação viária, de energia e de telecomunicações bem como a disponibilidade de água e a capacidade de drenagem das águas pluviais e efluentes industriais. Analisados os principais fatores que interferem na construção das zonas industriais, é também importante enumerar as dificuldades e obstáculos associados. Entre eles destacam-se os receios de poluição, a escassez de terrenos disponíveis com condições para a implementação de fábricas, a reduzida dimensão dos lotes, processos negociais morosos relacionados com a aquisição dos terrenos, o isolamento relativamente a transportes públicos e infraestruturas básicas (arrumamentos e acessos por exemplo), a ausência de instalações e serviços de apoio à indústria etc.

Relativamente à prevalência de alguma marginalidade e desorganização na área em estudo, a autora Maria de Lurdes Roxo Mateus refere o exemplo da relevância da expansão residencial a norte da ribeira de Coselhas, centrada na EN 1, envolvendo as áreas do Ingote e da Pedrulha *«marcadas pela presença de diversas unidades industriais e armazéns, onde encontramos um espaço algo desorganizado, com moradias em banda e blocos de prédios sem qualquer ligação entre si, já que nada se procurava relacionar com nada. Cada iniciativa visava apenas a rentabilização do terreno sem qualquer preocupação ou critério.»*⁸

Já segundo a autora Teresa Barata Salgueiro⁹ foi sobretudo depois da Primeira Guerra Mundial, com a importância assumida pelo planeamento urbanístico, que começou a assistir-se à constituição de zonas industriais planeadas tanto nas cidades como nos arredores. São áreas programadas para receber concentrações de fábricas e armazéns, dotadas das convenientes infraestruturas e de boas acessibilidades, tendo em vista disciplinar e racionalizar a implantação dos estabelecimentos. Segundo a mesma

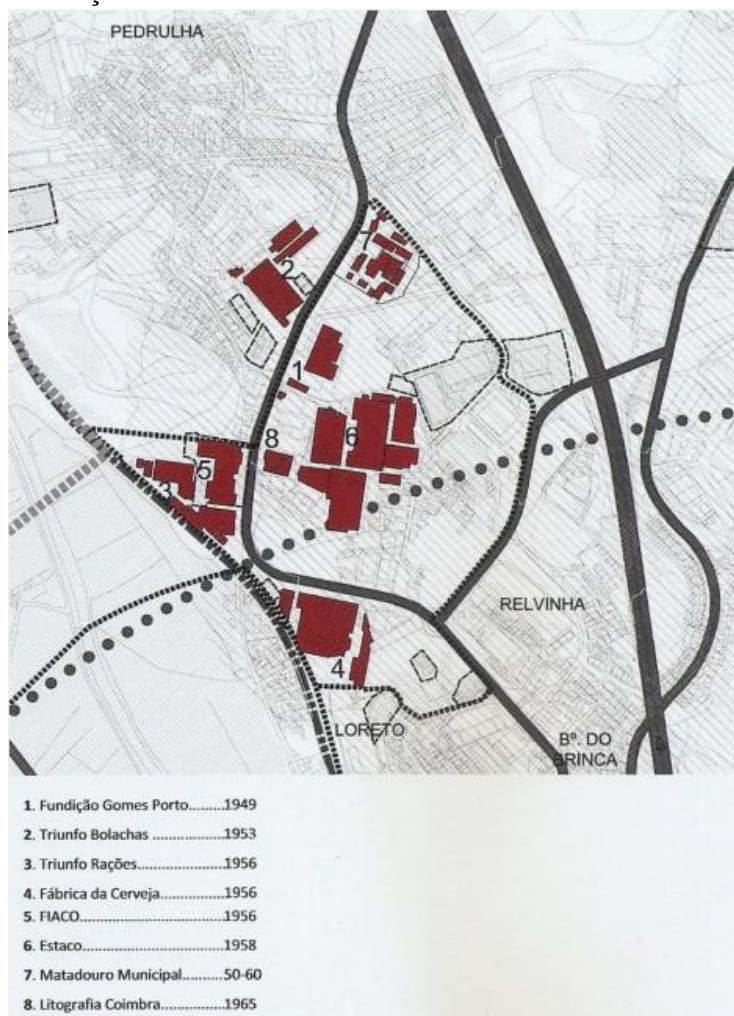
⁷ IDEM, “A promoção pública de solo industrial na região do Baixo Mondego” in *Cadernos de Geografia*, nº 8, Coimbra, IEG, 1989, p. 24.

⁸ MATEUS, Maria de Lurdes Póvoa da Fonseca Roxo, *Campos de Coimbra – do rural ao urbano*, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUC, Coimbra, 2009, p. 215.

⁹ SALGUEIRO, Teresa Barata, *A cidade em Portugal: uma geografia urbana*, Lisboa, Edições Afrontamento, 1992, pp. 264-265.

autora, a tendência registada tem sido no sentido de colocar as zonas industriais fora das cidades, em sítios livres, bem localizados em termos de acessos e onde os terrenos sejam baratos. Nos estudos para a localização das primeiras zonas industriais foi dada muita importância à acessibilidade aos portos e ao caminho-de-ferro. Mais recentemente, porém, com o incremento do transporte rodoviário e a contentorização tem-se privilegiado a acessibilidade rodoviária ou mesmo aeroportuária.

A autora conclui a explicação do tópico em estudo afirmando que grande parte das zonas industriais existentes no país surgiu de forma espontânea, tendo ou não sido objeto de uma ação de loteamento industrial particular, que o planeamento posteriormente sancionou. Deste modo muitos planos de urbanização limitaram-se a considerar como zona industrial os territórios onde já se verificava a localização de fábricas, ampliando quando muito a área afetada e definindo regras para a sua utilização.



3. Importância do Estudo da Indústria

Uma vez que o presente trabalho é dedicado à temática da industrialização tendo como referência o caso da cidade de Coimbra (e particularmente da fábrica da cerveja), penso que faz todo o sentido reservar um pequeno capítulo à análise da importância e interesse do tema em estudo sobretudo no contexto específico das áreas disciplinares de História e Geografia. Por outras palavras podemos apontar as seguintes questões – que razões motivam o estudo da indústria num período claramente marcado pelo domínio dos serviços, e portanto, do setor terciário? Qual a relevância da indústria no interior das sociedades e culturas contemporâneas? De que modo a indústria condiciona as formas de organização e os métodos de trabalho na atualidade? Qual o contributo da geografia industrial para uma melhor compreensão do setor secundário? Estas serão algumas das questões orientadoras do presente capítulo.

Afirma Pierre George que *«(...) embora a produção agrícola seja, na ordem histórica muito mais antiga e no plano geográfico a mais largamente desenvolvida, a chave dos mecanismos da economia contemporânea é fornecida pelo conhecimento das formas e das condições de desenvolvimento da produção industrial.»*¹⁰ Mais à frente prossegue, afirmando - *«o fator fundamental da diferenciação da economia do século XIX é o desenvolvimento da produção industrial. (...) Não se pode tratar, hoje em dia, de um problema de qualquer economia regional, ou da diversidade dos aspetos da produção de um determinado género alimentício ou matéria-prima mineral, sem se levar em conta logo de início, as relações geográficas da distribuição/repartição da população mundial, a repartição da economia industrial e das formas de organização próprias a cada sistema. Todo o estudo económico do globo, todo o ensaio sobre as atuais formas de produção, deve portanto iniciar-se, pelo exame das condições de desenvolvimento, de distribuição da produção e da economia industriais.»*¹¹

As palavras do autor em estudo são bastante esclarecedoras relativamente à pertinência do estudo da indústria na atualidade. Em primeiro lugar, a indústria é indubitavelmente uma das chaves para o estudo, análise e compreensão da sociedade, cultura e economia contemporâneas. Do ponto de vista social, a realidade industrial através das suas múltiplas influências permite-nos compreender comportamentos, hábitos de consumo, padrões, opções e estilos de vida. Ou seja o estudo da indústria proporciona-nos uma interpretação/visão estrutural e multidimensional das sociedades

¹⁰ GEORGE, Pierre, *Geografia económica*, Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1988, p.2.

¹¹ IDEM, *ibidem*, p. 51.

contemporâneas e do modo como estas se organizam, fixam, distribuem e relacionam não apenas no contexto económico, mas também no espaço geográfico. Tudo isto porque as atividades industriais pautam de forma notória o quotidiano das sociedades a nível mundial, bem como as múltiplas relações que estas estabelecem nos espaços onde se encontram/inserem. Por outras palavras podemos afirmar de forma inequívoca, que a indústria determina de modo marcante a organização das sociedades contemporâneas bem como a forma como estas ocupam o espaço geográfico.

Em segundo lugar, o autor em estudo lembra que qualquer problema de índole económica e/ou comercial terá de ser resolvido tendo em conta a organização industrial de um determinado país, região ou território. Tudo isto porque a organização das formas de trabalho bem como a configuração das técnicas de produção atuais, são claramente influenciadas pelo papel das atividades industriais. Todos estes elementos tornam ainda mais clara a ideia de que qualquer estudo económico tem de ter em linha de conta a importância exercida pela indústria, os seus efeitos multiplicadores bem como as dinâmicas espaciais, sociais e económicas desencadeadas.

Max Derruau para além dos fatores mencionados anteriormente, aponta outros que nos permitem entender um pouco melhor o alcance/dimensão da importância da indústria. Nesse sentido afirma, «*a indústria propriamente dita está ligada a técnicas inovadoras e eficazes de produção que implicam toda uma organização social: existe um modo de vida industrial com os seus horários fixos, as suas migrações quotidianas entre a residência e o local de trabalho, a sua independência em relação ao meio físico, as suas relações de vizinhança (...).*»¹² Em suma a indústria não é apenas importante ao nível da regulação e funcionamento das atividades económicas. Ela molda também as relações sociais e humanas, cria rotinas, origina deslocações e migrações, estabelece horários, influencia os transportes, acessibilidades e as vias de comunicação etc. Pelo que ficou exposto podemos afirmar que a indústria e todas as atividades associadas, assumem um papel central no quotidiano das sociedades, ainda que a atualidade se pautar pela decadência/declínio deste setor de atividade. E para a História e a Geografia? Qual a relevância do estudo da atividade industrial?

Afirma Max Derruau que «*a geografia não considera as empresas industriais em si mesmas mas inscritas na economia geral da região, do país, do grupo de nações, da zona económica a que pertencem.*»¹³ Embora a anterior afirmação se centre na

¹² DERRUAU, Max, *Geografia Humana II*, Lisboa, Editorial Presença, 1977, p.29

¹³ IDEM, *ibidem*, p. 38

importância do estudo da indústria no caso específico da Geografia, penso que o seu conteúdo poderá ser perfeitamente alargado e aplicado no domínio dos estudos históricos. Assim sendo podemos afirmar que a indústria ajuda os geógrafos e os historiadores a compreender o funcionamento estrutural da economia de uma determinada região ou país. Ou seja: o estudo da industrialização de um determinado território confere-nos uma visão de conjunto relativamente ao funcionamento e organização das atividades económicas. Ora é precisamente aqui que no meu entender reside a essência/importância do estudo dos processos de industrialização relativos a um espaço geográfico. É que na verdade tratam-se de processos multicausais e multidimensionais, onde os fatores de ordem histórica e geográfica se integram, combinam e relacionam de forma dinâmica, harmoniosa e indissociável.¹⁴

Conscientes desta realidade facilmente compreendemos o significado da afirmação do autor em estudo - «*exista ou não indústria, o geógrafo reporta-se às condições de funcionamento para explicar a origem de determinada indústria e a sua localização, a sua evolução e as suas relações com o meio humano.*»¹⁵ Mais uma vez o conteúdo da anterior declaração poderá ser perfeitamente incorporado no campo dos estudos históricos. Isto porque os historiadores, à semelhança dos geógrafos, por vezes interessam-se muito mais pelas causas/fatores que possibilitaram o aparecimento/nascimento de uma determinada unidade industrial, do que propriamente pelo seu posterior processo de evolução e declínio. Apesar de se tratarem de duas ciências/áreas do saber com metodologias e objetos de estudo completamente diferentes, o certo é que a indústria se desenvolve num determinado espaço geográfico sob determinadas condições históricas, económicas, materiais, políticas, humanas e sociais.¹⁶ Se o geógrafo centra o seu estudo no conhecimento dos antecedentes da fixação de unidades industriais e nas razões espaciais da sua localização¹⁷, ao historiador por sua vez interessa mais saber/analisar as condições estruturais que possibilitaram o desenvolvimento/incremento do setor industrial.

¹⁴ Segundo Raquel Soeiro de Brito «*os interesses das duas ciências convergem num mesmo objetivo: o conhecimento da vida dos homens e suas atividades* [para os historiadores ao longo do tempo, para os geógrafos através do espaço]. (BRITO, Raquel Soeiro de Brito, *Didática da Geografia*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990, p. 165).

¹⁵ DERRUAU, *ibidem*, p. 38

¹⁶ Raquel Soeiro de Brito ilustra esta realidade ao afirmar que «*se a vida dos homens se desenrola sobre o espaço disponível à superfície do planeta, a história dessa vida tem sempre um interesse comum com a geografia – o espaço onde se desenvolve. Isto porque os diferentes tipos de civilização nunca foram indiferentes, antes pelo contrário, ao cenário que as suportou. O espaço é de facto uma charneira entre o trabalho de historiador e o trabalho de geógrafo (...).*» (BRITO, Raquel Soeiro de, *Didática da Geografia*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990, p. 165).

¹⁷ Para os geógrafos, mais até do que para os historiadores, interessa saber sobretudo as múltiplas relações estabelecidas pelas unidades industriais e o meio em que se inserem.

Tendo em conta esta realidade não é difícil interpretar as palavras de Pierre George no momento em que afirma que *«as condições históricas que presidiram à industrialização dos diferentes países da Europa ocidental constituem a base de certas diferenciações.»*¹⁸ Em suma é importante ter em conta que os atuais contrastes espaciais registados na distribuição industrial a nível mundial, têm na sua origem motivações e condicionalismos de natureza histórica e não apenas geográfica.¹⁹ Só assim se justifica a afirmação do autor em estudo quando refere que *«a distribuição das indústrias precede de fatores históricos. As condições naturais intervêm apenas num plano secundário (...). A presença das mais auspiciosas condições naturais não é suficiente para suscitar por si só um desenvolvimento industrial (...). Requer a existência de uma conjuntura económica e social, progresso, avanço e desenvolvimento técnicos, possibilidades e políticas de investimento, existência de fatores/condicionalismos materiais e humanos, fontes de energia e matérias-primas, bem como de população suficientemente numerosa.»*²⁰

Em virtude de tudo o que ficou exposto torna-se clara a importância dos condicionalismos de ordem histórica nos processos de industrialização a nível mundial. Só aceitando este pressuposto se torna possível compreender e analisar os diferentes ritmos, níveis, impactos e intensidades de industrialização ocorridos nos diferentes espaços geográficos. Mas a que nos referimos concretamente quando abordamos os condicionalismos históricos? Não nos referimos apenas às conjunturas políticas e económicas. Pensamos também e sobretudo nos avanços/progressos materiais, no aperfeiçoamento das técnicas e modos de produção, nas inovações tecnológicas etc. Todos estes aspetos compõem enfim o quadro dos referidos condicionalismos históricos.

Ainda sobre a importância dos contextos históricos relativamente ao desenvolvimento industrial a nível mundial, vale a pena mencionar duas afirmações de Beaujeu Garnier. Em primeiro lugar afirma que é sobretudo pela influência dos contextos históricos que *«nem todas as cidades têm o mesmo nível de desenvolvimento*

¹⁸ GEORGE, Pierre, *Ob. Cit.*, p. 52

¹⁹ Apesar da importância dos fatores históricos para a compreensão dos processos de industrialização, Raquel Soeiro de Brito lembra que *«o fenómeno histórico só poderá ser compreendido em toda a sua complexidade, se a participação do espaço for plenamente entendida. Até porque os múltiplos marcos do uso do espaço não desaparecem facilmente ao longo do tempo histórico, funcionando então o espaço como um espelho de civilizações sobrepostas, justapostas e continuadas. Ler no espaço é também ler na história dos homens e explicar a vida de hoje. [Assim como] os espaços históricos condicionam a vida das [atuais] gerações sem que estas tenham consciência plena deste facto, também o espaço urbano de outrora condicionou a expansão de novas cidades e o espaço rural.»* (BRITO, *Ob. Cit.*, p. 165)

²⁰ GEORGE, *ibidem*, pp. 61-62

industrial, nem a mesma gama de especialidades pois não conheceram as mesmas fases de desenvolvimento (...)».²¹ Em segundo lugar e para finalizar, afirma a mesma autora que «*a presença da indústria nos locais da sua implantação (...) não é portanto um facto local simples nem claro, determinado por considerações económicas ou práticas locais, mas antes o emergir de uma sobreposição de fatores que inclui todas as componentes das atividades humanas. É necessário acrescentar que estas combinações estão em perpétuo movimento, embora só com muita dificuldade possa ser eliminada a força da herança do passado. Pode mesmo dizer-se que a repartição das indústrias no tecido urbano depende, de maneira relativamente importante, da relação entre o desenvolvimento histórico da cidade e o da sua industrialização.*»²²

Em suma a industrialização de um determinado espaço geográfico não é um processo estático, simples e uniforme. Da mesma forma também não podemos afirmar que são apenas os fatores históricos que concorrem para o processo em estudo, mas sim a combinação e sobreposição de condicionalismos de natureza/ordem muito diversa. Obviamente que estes condicionalismos terão sempre de ser devidamente articulados com as múltiplas atividades humanas inseridas num determinado espaço geográfico.

Para além dos condicionalismos históricos, que outros fatores possibilitaram o desenvolvimento industrial a nível mundial?²³

Entre eles destacamos as disponibilidades naturais, a existência de matérias-primas e de capitais disponíveis para o investimento, a importância dos custos de localização da unidade industrial bem como das fontes de energia, transportes, maquinaria, equipamentos e mão-de-obra, a possibilidade de recrutar operários qualificados nas áreas geográficas mais próximas, as maiores ou menores facilidades na obtenção de créditos/empréstimos bancários e as taxas de juro aplicadas, as facilidades de acesso aos mercados de venda e ao transporte de produtos acabados, a disponibilidade de espaço para a instalação das infraestruturas, a existência de políticas/incentivos estatais de apoio à industrialização etc. Em suma são vários os

²¹ **GARNIER**, Jacqueline Beaujeu, *Geografia urbana*, 2ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 228.

²² **IDEM**, *ibidem*, p. 231.

²³ De acordo com Beaujeu Garnier são quatro os principais fatores de localização/desenvolvimento industrial – espaço, trabalho, capital e política. O autor Max Derruau, aponta por sua vez quatro outros fatores: técnica, corrente de trocas, capitais e mão-de-obra (quantidade e respetiva qualificação). Já Lucília Caetano aponta a importância do potencial de mão-de-obra, do capital bem como do mercado para além da existência de linhas de crédito, juros bonificados, incentivos fiscais (sobretudo para as pequenas empresas), a existência de um clima favorável ao investimento estrangeiro bem como de políticas regionais de apoio à indústria etc.

fatores que concorrem para o processo de industrialização de um determinado território.²⁴

Uma vez estabelecidas que consequências/efeitos derivam da instalação de unidades industriais?

Em primeiro lugar, é importante referir que a “indústria atrai indústria”, ou seja, a presença de um conjunto industrial constitui uma força de atração para o aparecimento/surgimento de outras criações industriais. Paralelamente este processo é acompanhado pela formação de redes de transportes, vias de comunicação, água, energia e esgotos. Para além disso começam a formar-se progressivamente novas reservas/disponibilidades de mão-de-obra, equipamentos e serviços públicos bem como novos mercados motivados por novos consumidores. Por outro lado, a concentração num só local de várias unidades industriais conduz por sua vez à formação de importantes economias de escala e/ou de aglomeração, pautadas por uma redução significativa dos custos/despesas de produção.²⁵

A curto e a longo prazo a implantação de atividades industriais contribui, no dizer de Pierre George, para a fixação da população em espaços restritos, nomeadamente a concentração de massas mais ou menos importantes de operários.²⁶ Ao mesmo tempo, a construção de instalações industriais é frequentemente acompanhada pela formação de novas aglomerações residenciais, responsáveis direta e indiretamente pelo progressivo crescimento da população urbana e a extensão/alargamento espacial dos limites da cidade. Em termos concretos podemos afirmar que a indústria foi responsável de modo particular pela progressiva integração da mulher no mercado de trabalho (sua formação e qualificação). Em virtude do que ficou exposto, é fácil concluir que a indústria cria novas relações/dinâmicas económicas e sociais no interior dos centros urbanos. No entanto muitos são os efeitos multiplicadores das indústrias para além dos mencionados anteriormente.²⁷

²⁴ Segundo Lucília Caetano «*criar indústria é uma questão fundamental, para a qual, a resposta não é dada pelo simples confronto entre a oferta e a procura. Pelo contrário, a solução resulta da combinação de múltiplos fatores. Entre estes os recursos naturais e os condicionalismos técnicos desempenham um papel significativo.*» (in *Localização da indústria e planeamento regional*, Coimbra, FLUC, 1985, p.20)

²⁵ De acordo com a definição presente no já citado dicionário breve de geografia, economia de aglomeração* consiste nas vantagens de custo de produção conseguidas por uma empresa em consequência da sua localização numa aglomeração (cidade ou vila). Já o conceito de economia de escala* designa a diminuição dos custos médios unitários de produção à medida que esta aumenta, até um limite máximo determinado pela obtenção do custo unitário médio mínimo, a partir do qual ocorre a deseconomia de escala (p. 60).

²⁶ GEORGE, Pierre, *Ob. Cit.*, p. 67.

²⁷ Sobre os efeitos multiplicadores da indústria nas economias regionais ver **anexo I**.

Entre eles destacamos o incremento dos transportes (sobretudo o rodoviário), uma melhor distribuição de energia, um maior desdobramento/cobertura dos serviços públicos, o aumento da circulação de capitais e de captação de investimentos, a ampliação do comércio e das atividades económicas locais (sobretudo em virtude do aumento do número de consumidores e dos valores monetários postos em circulação), uma maior especialização das profissões, transportes, serviços e atividades económicas existentes, e por fim, o aumento da urbanização. Relativamente a este último aspeto afirma Pierre George, que a industrialização foi o grande fator de urbanização na época contemporânea, uma vez que o desenvolvimento industrial foi acompanhado pelo crescimento da população urbana. Em resultado desse processo, ainda segundo o mesmo autor, processaram-se importantes migrações internas que modificaram profundamente as condições gerais de povoamento e de distribuição da população.

Em suma «*sendo difícil uma avaliação global dos fatores de localização industrial*»²⁸, penso que é possível dizer que a industrialização contribuiu de forma marcante para a crescente complexificação e especialização das atividades económicas, trocas comerciais, e sobretudo, das relações sociais e humanas e seus modos de vida no contexto do mundo contemporâneo.

4. Enquadramento Geográfico

A área industrial Loreto-Pedrulha localiza-se²⁹ no extremo norte da cidade de Coimbra, ocupando uma área de 250 ha, limitada a Norte pelo Vale de Eiras, a Sul pela estação de caminho-de-ferro, a Este pela estrada de Eiras e respetiva variante à estrada nacional nº 1 e a Oeste pela via-férrea. De acordo com as informações transmitidas por Lucília Caetano na sua tese de licenciatura, a área Loreto-Pedrulha é uma região constituída por uma série de colinas, no geral separadas por vales pouco profundos, cuja génese morfológica deve estar relacionada com o trabalho erosivo de uma rede fluvial.

Ao nível das riquezas do subsolo, a autora faz uma caracterização que abrange todo o concelho de Coimbra e não apenas a área industrial em estudo. Assim sendo recorrerei novamente às suas informações, destacando aquelas que estão diretamente relacionadas com o espaço em análise.

Na sua caracterização geológica a autora sublinha (entre outros elementos), a existência de grés vermelhos no concelho, que quando apresentam uma grande

²⁸ DERRUAU, Max, *Ob. Cit.*, p. 43

²⁹ Ver **anexo II**.

quantidade de argila, foram utilizados como matéria-prima por algumas fábricas de cerâmica de barro vermelho instaladas na região. Tal realidade refletiu-se no aparecimento de várias indústrias de cerâmica ao longo da cidade de Coimbra, hoje desaparecidas. A autora refere ainda que nos limites do concelho de Coimbra com o de Cantanhede, aparecem afloramentos de calcários brancos de Ançã, que forneceram matéria-prima para a fábrica de polimento de mármore e cantarias, presente na área industrial em estudo.

Lucília Caetano conclui a sua caracterização geológica do concelho de Coimbra afirmando o seguinte, *«como se pode deduzir da análise das aptidões do concelho, não existe uma riqueza do subsolo em jazidas minerais, o que não permite o aparecimento de indústrias de extração de rochas combustíveis, ou mesmo minérios quer metálicos quer não metálicos, e conseqüentemente, a instalação de indústrias pesadas relacionadas com explorações desse tipo»*.³⁰

Face ao que acabou de ser referido uma conclusão se impõe de forma clara: a área industrial Loreto-Pedrulha, à semelhança de outras indústrias existentes no concelho, tinha de importar de regiões, mais ou menos próximas, as suas matérias-primas. Ou seja: as unidades industriais presentes na área em estudo, não dispunham de acesso direto às matérias-primas de que necessitavam, sendo por isso forçadas a recorrer ao auxílio dos transportes ferroviário e rodoviário para esse efeito. Lucília Caetano ilustra muito bem esta realidade ao afirmar que na área em estudo, *«surgiram assim várias indústrias de transformação, designadas por “ligeiras”, mais independentes da matéria-prima fornecida pela região (...)»*, devido ao facto de o concelho, não conseguir satisfazer precisamente, a procura dessa mesma matéria-prima.

Esta problemática levou as unidades industriais nas palavras da autora, *«(...) à necessidade de importar recursos de outras regiões do país, ou mesmo, fora do território português (...)»*. Ao retirarmos estas conclusões torna-se mais fácil compreender a importância que os transportes ferroviários (numa primeira fase), e os rodoviários (posteriormente), exerceram na afirmação económica e comercial da área industrial Loreto-Pedrulha. Com a problemática do acesso às matérias-primas e a respetiva importância da mobilização dos transportes, termino o presente capítulo dedicado ao enquadramento geográfico.

³⁰ CAETANO, Lucília de Jesus, *Zona Industrial Loreto-Pedrulha da cidade de Coimbra*, Tese de licenciatura apresentada à FLUC, Coimbra, 1968, pp. 66 e 67.



5. Área Industrial Loreto-Pedrulha: Breve Resenha Histórico-Geográfica

Estudar a área industrial Loreto-Pedrulha (em geral) e a fábrica da cerveja de Coimbra (em particular), implica conhecer um pouco do seu passado histórico. De forma muito breve e sintética apresentarei alguns elementos históricos (que posteriormente serão mais aprofundados) que conjugados com fatores de ordem geográfica, resultaram na criação da zona industrial em estudo.

Afirma Lucília Caetano que «*sob a denominação de Cervejas de Coimbra Lda. é constituída, em Março de 1922, uma sociedade por quotas que começou a laborar em 1924, com instalações na Avenida Emídio Navarro.*»³¹ Em 1925 existiam a nível nacional seis fábricas de cerveja, que passo a enunciar:

- Companhia de Cervejas Estrela;
- Fábrica de Cerveja Trindade;
- Fábrica de Cerveja Jansen;
- Companhia de Cerveja de Coimbra;
- Companhia da União Fabril Portuense.
- Companhia produtora de malte e cerveja Portugália.

A grande concorrência entre estas fábricas, devido à exiguidade do mercado nacional e à inexistência de possibilidades de exportação (agravadas pela depressão económica de 1929-1932), fez com que a 21 de Junho de 1934 se fundissem todas as

³¹ IDEM, *ibidem*, pág. 99. Ver **anexo III**.

fábricas existentes numa só empresa, surgindo então a *Sociedade Central de Cervejas*, ficando apenas de fora a *União Fabril Portuense*. Após a referida fusão o desenvolvimento da Sociedade Central de Cervejas processou-se em ritmo acelerado. De tal forma que em 1952 a empresa decide adquirir terrenos no Loreto «(...) *para a construção de uma fábrica com dimensões e importância técnica industrial, de longe superior à anterior*», nas palavras de Lucília Caetano.

Após este breve enquadramento histórico é possível retirar duas ilações relevantes: em primeiro lugar, a criação da fábrica da cerveja de Coimbra resultou do fenómeno de concentração industrial horizontal, que consistiu na compra por parte de uma unidade fabril de outras indústrias do mesmo ramo de atividade – elemento importante no contexto da Geografia das Atividades Económicas. A outra conclusão relevante que podemos inferir, é que foi a necessidade de espaço que levou à transferência da fábrica da cerveja das instalações da Avenida Emídio Navarro para a área industrial Loreto-Pedrulha. Afirma Lucília Caetano que «*até ser criada a nova zona industrial, as indústrias [e a fábrica da cerveja em particular], localizavam-se entre a estação nova e a velha de caminho-de-ferro, dispondo-se ao longo da via-férrea (...).*»

Perante esta afirmação fica claro que a “*atração exercida pelo caminho-de-ferro*” (usando uma expressão da autora), foi um fator que sempre influenciou a instalação de unidades industriais, no caso específico da cidade de Coimbra, e não apenas na criação da zona industrial Loreto-Pedrulha. Se quisermos um exemplo concreto da importância do caminho-de-ferro para as unidades industriais a nível local, podemos servir-nos do exemplo da fábrica Triunfo que dispunha de um ramal ferroviário privativo, para o transporte das suas matérias-primas e mercadorias.

Uma vez transferida para o Loreto, quais as características do espaço onde viria a fixar-se a nova fábrica da cerveja de Coimbra?

Lucília Caetano retrata um espaço de carácter marcadamente rural³², dedicado à construção de barracas para alfaias, instrumentos e produtos agrícolas. Em termos muito gerais é assim que a autora caracteriza a área do Loreto onde se veio a instalar a fábrica em análise. Só a partir do momento em que este espaço começou a ser alvo da progressiva instalação de unidades industriais e de habitações operárias, é que foi perdendo a sua feição eminentemente rural/agrícola.

³² Ver **anexo IV**.

A fábrica da cerveja de Coimbra não foi a primeira unidade industrial a fixar-se no Loreto. Foi sim a unidade fabril *Cerâmica Lusitânea* (mais tarde designada *Lufapo*), dedicada ao fabrico de tijolo, azulejo, porcelanas e louças. Esta primeira unidade industrial surgiu em 1926, junto à estação de caminho-de-ferro. Em 1936 surgiria a fábrica *Saturno* dedicada ao fabrico de chumbo de caça e tubos. Assim foi crescendo a zona industrial Loreto-Pedrulha, e com ela, os principais limites da cidade de Coimbra. Inequivocamente a zona industrial em estudo contribuiu de forma muito particular para a ampliação (alargamento) dos limites geográficos da cidade.

Termino esta breve resenha histórico-geográfica elencando as principais unidades fabris existentes na zona industrial em estudo, com a respetiva indicação do número de trabalhadores envolvidos e as atividades a que se dedicavam, relativas ao ano de 1968.


| |
|--|
| |
|--|

| |
|--|
| |
|--|

| |
|--|
| |
|--|

Indústria de impressão e gravação (50 trabalhadores):

Litografia de Coimbra



Todas estas informações foram retiradas da tese de licenciatura da Doutora Lucília Caetano, referida ao longo do trabalho. Relativamente à proveniência (origem) geográfica da mão-de-obra para as diversas unidades industriais, podemos afirmar o seguinte:

- I. **Para a indústria cerâmica** – A maioria provinha das localidades da Pedrulha e do Loreto.
- II. **Para as indústrias dos transportes, metalurgia, litografia, polimento de mármore, calcário e reparação de viaturas** – A mão-de-obra era exclusivamente masculina pois tratavam-se de atividades que exigiam um maior esforço físico. A sua proveniência geográfica é muito mais vasta, dispersa e abrangente, comparativamente com a indústria cerâmica, não se restringindo portanto às áreas próximas das unidades industriais.
- III. **Indústria têxtil e fição** – A maioria da mão-de-obra era feminina e provinha das proximidades das indústrias. A Pedrulha foi a localidade que forneceu a maior percentagem de trabalhadoras.
- IV. **Indústria alimentar (incluindo bebidas e abate de gado e aves):** Cerca de 50% da mão-de-obra era feminina e provinha das localidades da Pedrulha, Ceira, Condeixa, Almalaguês, Penacova, Brasfemes, Souselas, Ançã, S. João do Campo e Bencanta – segundo dados recolhidos pela Doutora Lucília Caetano.

6. Os Planos de Urbanização

Só é possível perceber o modo como surgiu a área industrial Loreto-Pedrulha se conhecermos as alterações urbanísticas de que foi alvo a cidade de Coimbra ao longo do século XX. Não se trata de fazer a evolução histórica da cidade, mas sim, de compreender o impacto desempenhado pelos diferentes planos de urbanização na configuração, distribuição e organização do espaço urbano.

Assim sendo começaremos pela análise das alterações urbanísticas exercidas pelo plano De Gröer, sobretudo a nível industrial.

O Plano De Gröer (Anos 40)³³

Etienne de Gröer (professor do instituto de urbanismo da Universidade de Paris) veio para Portugal em 1938³⁴. A 14 de Setembro de 1945 a Câmara Municipal de Coimbra aprovou o seu “*Anteprojecto de urbanização e embelezamento de extensão da cidade de Coimbra*”.³⁵ Segundo Lusitano dos Santos,³⁶ «*estava então na moda a teoria das cidades-jardim – com origens inglesas inserida num movimento de resistência face à situação provocada pela Revolução Industrial nas cidades industriais inglesas e aos seus efeitos, nomeadamente, o aumento incessante e rápido da densidade populacional, a inexistência de infraestruturas de água, esgotos e lixos, a poluição dos solos utilizados para o abastecimento de água, a acumulação de lixos nas ruas, etc.*»

A primeira cidade-jardim – Letchworth – foi construída em 1903 a 55 km de Londres. Em que consistia o modelo (teoria) das cidades-jardim?

Para Etienne de Gröer a cidade-jardim deveria possuir uma dimensão média, sendo totalmente envolvida por um espaço campestre, cinturão verde ou zona rural, onde não deveria ser autorizado qualquer tipo de empreendimento (construção). Este espaço verde na perspectiva do autor, serviria como reservatório de ar puro e como proteção relativamente à aproximação de outros aglomerados urbanos. Seria ainda importante ao nível do fornecimento de produtos agrícolas/alimentares. Se a população tivesse tendência para ultrapassar a dimensão média da cidade, ter-se-iam de constituir (construir) uma ou mais cidades-satélite, localizadas para além do cinturão verde, ligadas à cidade-mãe por meio de transportes urbanos coletivos (que se apresentavam mais rápidos e cómodos). Cada uma destas cidades-satélite deveria ser igualmente protegida por um cinturão verde. Caberia aos futuros municípios adquirir previamente todos os terrenos necessários à construção das novas cidades. Por último, o autor afirma que a cidade-mãe deveria possuir indústria.

³³ O horizonte de concretização do plano foi de 30 a 50 anos e a população total da cidade de Coimbra prevista de 100 000 a 110 000 habitantes. O esquema representativo do plano em estudo encontra-se no **anexo V**.

³⁴ Apresentando o seu plano a 31 de Dezembro de 1940.

³⁵ Entre os principais objetivos do plano contavam-se, segundo De Gröer, dotar os habitantes da cidade com lugares de trabalho e residenciais saudáveis e agradáveis, garantindo-lhes transportes fáceis e cómodos. Em termos gerais o objetivo final do seu plano de urbanização, consistia em melhorar a saúde pública e moral dos habitantes da cidade e aumentar o rendimento do seu trabalho.

³⁶ **SANTOS**, Lusitano dos, *Planos de urbanização para a cidade de Coimbra*, Coimbra, Museu Nacional Machado de Castro, 1983, pág. 9

Em suma o plano De Gröer propunha, para a cidade de Coimbra, um modelo urbano em que a cidade-mãe se encontrava ligada a cinco aldeias-satélite, e a urbanização seria feita através da construção de habitações unifamiliares isoladas (em contraste com a construção em altura dominante na época). Esta forma de habitação, era aos olhos do autor, a mais saudável para as famílias uma vez que estas poderiam dispor de pequenos jardins/quintais para distração e lazer. A construção em altura, contrariamente, era desfavorável para Etienne de Gröer dada a sua disposição que no seu entender, contribuía para o enfraquecimento dos laços e relações familiares.

Outra base em que assentou o plano De Gröer foi a do *zonamento*, ou seja, a divisão da cidade em zonas fixas que nunca se confundiam. No entender do autor o *zoning*³⁷ ou *zonagem* seria a única maneira possível de proteger os habitantes e os seus lugares (espaços) de repouso contra os ruídos, fumos, maus cheiros e poeiras. Em último caso o objetivo dos *zonamentos* consistia em fixar a densidade e a proporção das construções dos quarteirões, segundo as necessidades dos diversos bairros.

O plano De Gröer dividiu a cidade de Coimbra em diversas *zonas*.³⁸ Sendo impossível, e inviável analisá-las na sua totalidade, deter-me-ei sobre as *zonas residenciais* e *industriais*, uma vez que são as que assumem maior importância nesta fase específica do relatório, tendo em conta o objeto de estudo principal.

Relativamente às zonas residenciais, De Gröer projetou quatro zonas de extensão na cidade (a sueste, nordeste, noroeste e em Santa Clara) e cinco nas aldeias-satélite de Coselhas, Tovim, Chão-do-Bispo, Carvalhosa (hoje Portela) e Várzea (hoje Lages), perfazendo um total de setenta e cinco hectares. A comunicação entre estas aldeias-satélite seria assegurada através de autocarros. As habitações operárias localizar-se-iam a noroeste da cidade numa extensão de 150 hectares, situada fora dos limites da cidade, mais concretamente sobre as encostas do vale de Coselhas – informações confirmadas por Lucília Caetano na sua tese de licenciatura.

A zona industrial foi localizada a norte da cidade ocupando os terrenos do vale de Coselhas e a faixa entre a Estrada Nacional Porto-Lisboa, o rio Mondego e a nova estação ferroviária central. De acordo com as orientações do plano De Gröer, não foi

³⁷ **Zoning** – Termo de origem anglo-saxónica utilizado pelos urbanistas desde o período entre guerras para estabelecer planos com vista à distribuição num conjunto urbano de diversas atividades que, pelas suas necessidades ou pelos seus inconvenientes, é preferível separar entre si e dos espaços habitacionais. (in LACOSTE, Yves, *Dicionário de Geografia – da geopolítica às paisagens*, Lisboa, Teorema, 2005, 411 págs.)

³⁸ Entre elas contavam-se as zonas: industrial, comercial (central e local), residencial (habitações individuais, operárias, coletivas), universitária (excluída do plano de urbanização), arqueológica e turística, de espaços livres, públicos e rural.

permitida a instalação em Coimbra de indústrias perigosas, incómodas ou insalubres de 1ª classe (dedicadas por exemplo à produção de amoníaco, cloro, gases asfixiantes, ácidos sulfúrico e nítrico e de explosivos etc.). As indústrias perigosas e insalubres de 2ª classe localizar-se-iam na parte norte da zona industrial (mais especificamente no vale de Coselhas). Exemplos destas indústrias eram os matadouros, as fábricas de transformação de matérias orgânicas, de curtumes etc.

Apesar destas orientações demoraria ainda algum tempo até que fosse oficialmente criada a zona industrial Loreto-Pedrulha – tema a que dedicamos o presente estudo. Analisadas de forma muito sumária e parcial as principais orientações do Plano De Gröer, é importante continuar a estudar a sua evolução, em termos da organização da cidade de Coimbra. Assim sendo deter-me-ei sobre o plano do professor Almeida Garrett, sucessor do projeto de Etienne de Gröer.

O Plano Regulador de Almeida Garrett (Anos 50)³⁹

A 13 de Agosto de 1953 a Câmara Municipal de Coimbra recebeu uma carta do professor Almeida Garrett, com a proposta de revisão do Plano de urbanização De Gröer, uma vez que este se tinha mostrado (revelado) inadequado às condições reais da cidade. Em termos concretos, o Plano De Gröer não teve em consideração as características topográficas de Coimbra, que não permitiam a construção de uma cidade-jardim, dado o facto de o seu território ser muito acidentado bem como a respetiva escassez de terrenos adequados à construção desse modelo urbano. Por outro lado, Etienne de Gröer não teve em conta as características socioeconómicas da população coimbrã, que na sua grande maioria, não conseguia suportar os custos inerentes à construção de habitações unifamiliares (naturalmente mais dispendiosos em comparação com os da construção em altura). É ainda importante salientar que o Plano de Gröer não contemplava a zona universitária.

Apoiando-me nas palavras de Lusitano dos Santos, «*faltou ao Plano de Gröer a análise da sua viabilidade económica face à realidade da cidade.*»⁴⁰ Face a estas fragilidades do Plano De Gröer, um dos principais objetivos de Almeida Garrett vai consistir precisamente na urbanização de extensões do território da cidade onde as atividades e habitações de todas as classes sociais pudessem ser inseridas, de acordo

³⁹ O esquema ilustrativo do plano em estudo encontra-se no **anexo VI**.

⁴⁰ **IDEM**, *ibidem*, pág. 12

com as suas condições económicas. Para que isso fosse possível impunha-se a intervenção camarária ao nível da preparação de terrenos edificáveis.

A questão do *zonamento*⁴¹ marcou de forma clara a diferença entre o Plano De Gröer e o Plano Regulador de Almeida Garrett, sobretudo ao nível residencial. Se o primeiro defendia a existência de *zonas* de habitação para os operários, para as classes médias e, por fim, para as classes abastadas, Almeida Garrett por sua vez, vai propor uma mistura das diferentes classes sociais. O horizonte de concretização do seu plano foi fixado no ano de 1990.

Uma das grandes “novidades” trazidas pelo Plano de Almeida Garrett, esteve relacionada com as direções de expansão da cidade de Coimbra. O urbanista, aceitando as direções de expansão propostas pelo arquiteto De Gröer, considerou a existência de seis zonas para a extensão da cidade⁴². Entre elas destaca-se a zona do Loreto-Coselhas, que correspondia à extensão noroeste, proposta por De Gröer no seu Anteprojeto. O reconhecimento por parte de Almeida Garrett desta zona de extensão da cidade de Coimbra, fez com que progressivamente esta área começasse a crescer, primeiro através da fixação de classes sociais com baixos rendimentos, e depois, através da progressiva instalação de unidades industriais.

Relativamente às *zonas industriais*, o Plano De Gröer tinha apenas previsto as zonas industriais norte e de Coselhas. O engenheiro Almeida Garrett propôs, por sua vez, seis zonas industriais. Entre elas destacamos: para a localização da indústria média – o vale de Coselhas – apenas com instalações fabris na parte alta defendendo os terrenos agrícolas, e o Loreto, a norte da estação, prolongando-se até ao matadouro e à variante da Estrada Nacional nº 1 (via Eiras).

Era a primeira vez, que do ponto de vista urbanístico, aparecia devidamente delimitada (representada) a zona industrial Loreto-Pedrulha, embora por esta altura já existissem unidades industriais a laborar neste espaço. Se não podemos afirmar que a zona industrial do Loreto “nasceu” do Plano Regulador dos anos 50, não será totalmente falso, se admitirmos que foi o plano de urbanização de Almeida Garrett que oficializou a zona industrial em estudo (uma vez que esta já aparecia representada, ainda que de forma discreta, no plano anterior).

⁴¹ O Plano Regulador de Coimbra considerou a existência das seguintes zonas: residenciais, comerciais, industriais, ferroviárias, portuárias, desportivas, arqueológicas e turísticas e ainda universitárias.

⁴² Para a indústria pesada considerou a área de Bencanta, para a indústria média considerou o Vale de Coselhas, o Loreto, Cheira, Arregaça e Portela. Estas áreas foram assim distribuídas de forma a atenderem às necessidades crescentes da procura industrial em Coimbra, e por outro lado, para se localizarem próximo das residências operárias.

Foram as necessidades crescentes da procura industrial em Coimbra associadas à expansão da cidade, no dizer de Lusitano dos Santos, que direta e indiretamente influenciaram o aparecimento da zona industrial do Loreto e o seu posterior alargamento. A este nível deverá também ser referida a importância crescente assumida pela EN 1 e a sua respetiva ligação à capital e ao Porto – realidade que influenciou positivamente o desenvolvimento industrial da área em estudo. Consciente desta realidade assim termino o capítulo dedicado à análise das influências exercidas pelos planos de urbanização, no caso específico da zona industrial Loreto-Pedrulha.

7. Fatores Geográficos que influenciaram a Implantação da Zona Industrial Loreto-Pedrulha

Como é que uma área de carácter marcadamente rural, se transformou num curto intervalo de tempo, num espaço propício à implantação de unidades industriais? Que fatores motivaram a criação da zona industrial Loreto-Pedrulha? Serão estas algumas das questões que orientarão o presente capítulo do relatório.

Num tempo em que Coimbra se encontrava em expansão (anos 50 e 60 do século XX), o centro da cidade revelava-se cada vez mais incapaz de albergar as indústrias no seu interior. Em suma, escasseavam espaços para a implantação/fixação de unidades industriais. É neste contexto, de saturação do CBD e respetiva falta de espaço disponível para construções industriais, que a área do Loreto-Pedrulha se começou a destacar no contexto da cidade de Coimbra. Em primeiro lugar, pela grande disponibilidade de espaço que oferecia, indispensável para a fixação da indústria. Mas não era só a existência de grandes espaços disponíveis que tornava a área em estudo atrativa, aos olhos dos industriais. Também os preços locativos exerciam grande interesse junto dos investidores, e sobretudo, dos construtores.

Lucília Caetano na sua tese de licenciatura ilustra muito bem esta realidade, ao afirmar que em 1968 os preços locativos no centro da cidade eram de 1000\$ por m², enquanto na área em estudo, os preços baixavam para os 150\$ por m² – realidade decisiva para o incremento da construção civil no Loreto.⁴³ Portanto a existência de preços mais acessíveis na periferia, comparativamente com o centro da cidade, foi um fator que influenciou decisivamente a fixação da indústria na zona do Loreto-Pedrulha. Mas não foi apenas a indústria que se sentiu “atraída” por estas condições...

⁴³ Já em 1998, segundo a mesma autora, o preço de terreno por m² desprovido de mais-valias localizado na zona industrial Loreto-Pedrulha, oscilava entre os 1500 e os 2000 escudos.

Afirma Lucília Caetano que a partir de 1941, a zona foi progressivamente perdendo o seu carácter eminentemente rural, para tomar uma feição de zona residencial de classes economicamente mais débeis com a construção de bairros.

As classes operárias atraídas, não só pelos baixos preços dos terrenos por m² mas também pelo facto de haver comunicação assegurada com o centro da cidade mediante carreiras de transporte coletivo e do elétrico que iam até à estação de caminho-de-ferro, foram progressivamente ocupando a área em estudo alterando de forma significativa as suas características. Com base no censo de 1960, Lucília Caetano ilustra de forma muito clara esta ideia referindo que, «(...) a população residente na área em estudo deixou de ser constituída exclusivamente por rurais, começando a aparecer uma população ligada a atividades essencialmente secundárias da cidade, e que numericamente, se tornou muito superior à primitiva, o que acabou por dar uma feição urbana de tipo residencial à área considerada. Ao mesmo tempo, e por influência das indústrias instaladas na região, alguns rurais passaram a procurar uma ocupação nas fábricas (...).»⁴⁴

De facto à medida que se foram fixando classes sociais com menores recursos económicos, a área em estudo adquiriu uma feição urbana, perdendo muito do seu carácter agrícola e rural. As mudanças começaram a verificar-se desde logo no aumento do número de carreiras de transporte coletivo, de modo a responder ao crescente aumento da população na área industrial Loreto-Pedrulha.

Relativamente ao aumento dos quantitativos populacionais, as informações de Lucília Caetano revelam-se mais uma vez preciosas. Neste sentido afirma que «no espaço de tempo que vai de 1911 a 1940, correspondente a 29 anos, o crescimento do lugar do Loreto foi notório, pois de 28 fogos correspondentes a 117 habitantes em 1911, passou para 115 fogos correspondendo-lhe a população de 369 habitantes em 1940 (...).»⁴⁵ Perante estas realidades, penso que não são necessários mais dados que atestem o extraordinário crescimento de que foi alvo a área do Loreto-Pedrulha, nos períodos de tempo considerados.

O crescimento populacional registado na área em estudo, vai ser um elemento decisivo para a posterior fixação de unidades industriais, pois proporcionará uma importante fonte de mão-de-obra, sobretudo feminina (tópico que analisarei posteriormente). Em suma, as unidades industriais ao fixarem-se na área Loreto-

⁴⁴ CAETANO, *Zona industrial (...)*, pág. 12

⁴⁵ IDEM, *ibidem*, pág.15

Pedrulha, beneficiaram de importantes fontes de mão-de-obra, que se foram integrando (inserindo), à medida que estas se foram expandindo e alargando.

O aumento da população residente na área em análise foi acompanhado pelo respetivo incremento da construção de imóveis, sobretudo a partir de 1955. Segundo Lucília Caetano, foi no ano de 1957 que se registou o maior número de construções, através da edificação de cerca de oitenta empreendimentos.

Recuperando a questão da grande disponibilidade de espaço no Loreto – qual a importância deste fator na instalação de unidades industriais? Desde logo pela necessidade que as indústrias evidenciam de espaços bem arejados e com grande capacidade para a concretização de operações de carga e descarga de produtos e matérias-primas. Tendo em conta o tipo de indústrias que se fixaram na área em estudo, podemos concluir que os fatores anteriormente mencionados, foram claramente decisivos e determinantes. De facto a fábrica da cerveja de Coimbra, à semelhança de tantas outras indústrias, necessitava de grandes espaços (por exemplo) para a circulação da camionagem. Por outro lado, as indústrias sentiam a necessidade de se fixar de modo relativamente afastado de outras unidades fabris, de forma a contornar os problemas associados à poluição atmosférica, sonora etc. Pois bem, a fábrica da cerveja também sentiu estas necessidades específicas – prova de que a Geografia exerce grande influência na localização/fixação das atividades económicas.

Ainda sobre a problemática da poluição afirma Lucília Caetano, que a localização ideal para a zona industrial em estudo seria a NE ou a SW da cidade de Coimbra, devido sobretudo à menor frequência do vento, e em suma, à menor probabilidade de expansão (difusão) de gases para o espaço urbano. No entanto a zona industrial encontra-se com uma orientação rumo NW, onde se verifica uma maior frequência/intensidade do vento, e por isso, uma maior probabilidade de poluição atmosférica – realidade que no atual estado da área industrial em estudo não desempenha qualquer importância, dado o seu abandono e degradação.

O acesso às principais vias de comunicação foi outro fator que influenciou de forma marcante, a criação da zona industrial Loreto-Pedrulha, sobretudo porque Coimbra assume uma posição central (estratégica) a nível nacional. Neste contexto foi importante a proximidade da Estrada Nacional e da linha ferroviária⁴⁶. Relativamente à expressividade assumida pela linha ferroviária, penso que a expressão utilizada por

⁴⁶ Ver **anexo VII**.

Lucília Caetano é bastante elucidativa. Assim sendo a autora fala da “*atração exercida pelo caminho-de-ferro*”.⁴⁷

De facto o transporte ferroviário (dadas as suas potencialidades) foi extremamente importante para a fixação de unidades industriais na zona Loreto-Pedrulha, sobretudo ao nível do fornecimento de matérias-primas, do escoamento da produção e respetivo abastecimento dos mercados consumidores. Tendo em conta que as unidades industriais necessitavam de grandes quantidades de matérias-primas, de carácter volumoso e pesado, obviamente que o transporte ferroviário apresentava grandes vantagens a este nível. Neste contexto não é difícil explicar o surgimento de armazéns e depósitos ao longo da via-férrea. Segundo a autora em estudo «*à época, este modo de comunicação era o mais económico, uma vez que transportava uma tonelagem enorme e a baixo preço e ainda pelo facto de a camionagem ser ainda insuficiente, um pouco rudimentar e um meio de transporte caro.*»⁴⁸ Portanto num tempo em que o transporte rodoviário ainda se encontrava pouco desenvolvido, foi o caminho-de-ferro que exerceu grande “atração”, ao nível da fixação de unidades industriais.

Pouco a pouco com os avanços tecnológicos a rodovia, nas palavras da Doutora Lucília, passou a ter uma importância crescente na zona industrial dada a maior flexibilidade de horários e de itinerários, a possibilidade de realizar entregas ao domicílio, e devido ao facto de não necessitar de realizar transbordos, contrariamente ao que se verificava no caso do transporte ferroviário. Neste contexto o transporte por caminho-de-ferro foi-se tornando mais caro relativamente ao rodoviário. As suas vantagens só eram visíveis quando as unidades fabris possuíam armazéns instalados junto à linha férrea, e eram servidos por ramais (como acontecia no caso específico da fábrica Triunfo). Assim sendo o transporte ferroviário passou a ser utilizado unicamente para pequenos volumes de carga, que permitiam realizar transbordos fáceis e rápidos. Perante estas condições “o rodoviário foi progressivamente tomando o lugar do ferroviário”.

A nível local é de salientar a importância outrora exercida pela empresa de transportes Jaime Dias, atualmente encerrada. A fábrica da cerveja, por exemplo, foi responsável pelo surgimento de uma empresa de transportes – a Unacel – agência comercial de serviço privativo de camionagem, que segundo contrato de exclusividade com a sociedade central de cervejas, colocava nos mercados consumidores a sua

⁴⁷ Ver **anexo VIII**.

⁴⁸ **IDEM**, *ibidem*, pág. 70

produção. Em suma a zona industrial Loreto-Pedrulha beneficiou da presença de diferentes meios de transporte – prova de que os transportes influenciam de forma determinante a localização e respetiva fixação das atividades económicas.

A zona industrial em análise foi ainda favorecida pela situação privilegiada criada pela Estrada Nacional nº 1 – responsável pela ligação de Coimbra às cidades de Lisboa e Porto respetivamente. Tal realidade foi muito positiva uma vez que permitiu o alargamento do mercado consumidor, o desenvolvimento dos serviços de camionagem, e em última análise, uma maior capacidade de escoamento da produção das unidades industriais presentes na área em estudo.

O último fator de implantação da zona industrial em estudo que analisarei será a disponibilidade de mão-de-obra.

Só é possível compreender a expansão da área industrial Loreto-Pedrulha se, a todos os fatores mencionados anteriormente, juntarmos a grande quantidade de mão-de-obra disponível para integrar as atividades desenvolvidas nas unidades industriais.

Segundo Lucília Caetano, *«o maior número de operários estava ligado à indústria cerâmica (cerca de 32%), seguido de muito perto pelo número de operários ligados à metalurgia (cerca de 27%). A indústria alimentar, incluindo bebidas e abate de gado e aves, absorvia cerca de 20% da mão-de-obra disponível, enquanto os restantes 21% estavam dispersos pelos outros ramos industriais – transportes, fiação, têxtil etc.»*⁴⁹

Este quadro de distribuição da mão-de-obra por ramos de atividade é importante para se perceber a importância económica assumida pela área industrial em estudo. Qual era o panorama relativamente à integração da mão-de-obra feminina nos diferentes ramos de atividade? Refere Lucília Caetano que, *«a mão-de-obra feminina vamos encontrá-la apenas na indústria cerâmica, alimentar (incluindo bebidas e classificação de ovos), têxtil e fiação, já que as outras indústrias por tradição ou por se tornarem mais pesadas, não ocupavam os seus braços. A indústria alimentar representava cerca de 50% da mão-de-obra feminina, seguida da indústria têxtil e cerâmica com cerca de 20% cada.»*

Contudo a autora reconhecia igualmente que num futuro próximo, os valores indicados anteriormente iriam sofrer alterações significativas, dada a natural e inevitável evolução das técnicas e modos de produção tendentes à automatização total do trabalho

⁴⁹ IDEM, *ibidem*, pág. 103

fábrica. De facto à medida que as técnicas produtivas foram evoluindo, no caso concreto da fábrica da cerveja de Coimbra, apenas uma operária bastava para a verificação do funcionamento da máquina complexa que se destinava a lavar, esterilizar, engarrafar a cerveja, e finalmente, colocar as respetivas cápsulas.⁵⁰ Lembremos contudo que num tempo marcado pela política conservadora e autoritária do Estado Novo, que reservava às mulheres o espaço da casa e a ocupação da família, era muito difícil a sua integração no respetivo mercado de trabalho nacional bem como o exercício de profissões remuneradas fora do domicílio. Assim sendo os valores apontados relativos à integração da mão-de-obra feminina nas diferentes unidades industriais, não deverão ser generalizados. Tratam-se na minha perspetiva de dados que apenas demonstram a lenta e tímida inserção feminina no mercado de trabalho, visto que nesta altura a maioria das mulheres portuguesas continuava a exercer atividades de carácter essencialmente doméstico (familiar), sem direito a qualquer tipo de remuneração.

Relativamente à área de proveniência geográfica desta mão-de-obra feminina é importante fazer referência às localidades da Pedrulha, Ceira, Condeixa, Almalaguês, Penacova, Brasfemes, Souselas, Ançã, S. João do Campo e Bencanta. Em termos de mobilidade é relevante destacar que a grande maioria destes trabalhadores se deslocava para as fábricas através de bicicletas, motas, autocarros, carros elétricos e comboios.⁵¹

Num tempo em que o uso do automóvel particular era ainda bastante restrito, é interessante analisar o modo como as populações se deslocavam para os seus locais de trabalho. Gostava ainda de salientar o facto de a maioria dos operários daquela época levar almoço para os respetivos empregos – hábitos que em pleno século XXI parecem esquecidos e ultrapassados mas que, numa conjuntura de recessão económica, adquirem novos significados...

Em termos gerais foram estes os principais fatores que motivaram a criação e posterior fixação da zona industrial Loreto-Pedrulha.

⁵⁰ Ver **anexo IX**

⁵¹ Ver **anexo X**

8. O Declínio da Área Industrial Loreto-Pedrulha: o Impacto da Desindustrialização

Que fatores contribuíram para o declínio e posterior encerramento da fábrica da cerveja de Coimbra? Se quisermos podemos colocar a questão de outro modo: Como justificar o declínio da indústria portuguesa verificado ao longo das últimas décadas?⁵²

No meu entender foram três os fatores que contribuíram para as realidades acabadas de mencionar: a desindustrialização⁵³, o impacto da globalização acompanhado da respetiva internacionalização da economia portuguesa, e por último, a existência de deficiências crónicas na estrutura da indústria nacional.

Relativamente à problemática da desindustrialização afirma Lucília Caetano, que *«a generalidade das antigas regiões industrializadas da Europa, tem assistido a partir da segunda metade dos anos 1970, a um decréscimo do setor industrial traduzido pelo declínio do emprego, encerramento de fábricas e extinção das firmas (...). O fenómeno da desindustrialização não é atual, nem exclusivamente europeu. Com efeito toda a alteração estrutural e tecnológica tem conduzido ao longo da História económica de um território, ao declínio de indústrias e empresas tornadas obsoletas, enquanto outras emergem e progridem.»*⁵⁴ As palavras da autora em estudo são muito claras: a desindustrialização não é um processo recente nem exclusivamente europeu, tendo vindo a intensificar-se ao longo das últimas três décadas do século XX. Perda/destruição de empregos, encerramento de empresas, declínio/enfraquecimento do setor secundário, aumento dos níveis de desemprego – são as manifestações mais visíveis e mais dramáticas de uma problemática que afeta de modo mais intenso as economias mais débeis e menos dinâmicas, inovadoras, qualificadas, competitivas e flexíveis (como a portuguesa).

Ainda sobre o conceito de desindustrialização afirma Margarida Gomes, que este processo ocorreu principalmente nos centros/áreas que primeiro experimentaram a Revolução Industrial e se caracterizaram por apresentar as suas estruturas produtivas baseadas em setores/ramos de atividade atualmente mais frágeis. A este nível a autora

⁵² Segundo Lucília Caetano o problema do desenvolvimento industrial não pode ser encarado isoladamente. Pelo contrário, deve integrar-se num plano regional e nacional onde simultaneamente se conjuguem fatores económicos e sociais.

⁵³ De acordo com a definição presente no dicionário breve de geografia, desindustrialização* designa a perda de importância da indústria transformadora, sofrida pela maior parte das economias industriais avançadas, desde meados da década de 60 (p.55).

⁵⁴ CAETANO, Lucília de Jesus, “Desindustrialização, reconversão e terciarização: algumas reflexões” in *Atas das II Jornadas de Geografia Humana – Terciarização e Desenvolvimento*, Coimbra, IEG, FLUC, 1991, p.61

destaca de forma particular as indústrias “herdeiras” da Revolução Industrial – indústrias pesadas (minas de carvão, siderurgia e naval) e ainda as indústrias têxteis. Em termos concretos como podemos caracterizar a problemática em estudo?

Margarida Gomes defende que a desindustrialização se associa a «*uma exurbanização parcial ou total, isto é, à transferência dos estabelecimentos produtivos para as áreas de periferia assim como ao surgimento de novas áreas dinâmicas e atrativas, marcadas na maior parte dos casos, por novas formas de organização industrial.*»⁵⁵ Em suma a desindustrialização pressupõe um complexo processo de transferência, deslocalização e desconcentração das unidades de produção das áreas centrais para as áreas periféricas, proporcionadoras de mais espaço para a construção, preços mais acessíveis e melhores acessibilidades, vias de comunicação e redes de transportes.⁵⁶ Em termos concretos podemos afirmar que foi a necessidade de expansão para a periferia que motivou a desindustrialização das áreas centrais. Ou seja foi a expansão das atividades industriais, fruto do aumento dos volumes de produção e da complexificação dos seus métodos produtivos, que desencadeou o processo de desindustrialização dos espaços centrais. A autora em estudo ilustra muito bem a referida transferência das atividades industriais dos centros urbanos para as periferias, afirmando que a «*a desindustrialização é um processo que afeta o setor industrial encaixado no tecido urbano no qual armazéns, oficinas, edifícios e chaminés desaparecem progressivamente. A antiguidade do equipamento industrial constitui uma das causas da desindustrialização pois a (...) inadaptação dos locais produtivos e a incapacidade para melhorar a sua acessibilidade torna frágeis as empresas, levando-as a procurar uma localização mais funcional. Com a política de descentralização dos anos setenta, muitas empresas transferiram-se em direção à periferia.*»⁵⁷ Face ao que ficou exposto penso que ficou bem claro o significado e origem do processo de desindustrialização característico dos anos setenta e oitenta do século XX. No fundo a desindustrialização acabou por refletir de forma clara as alterações/transformações de que foi alvo a geografia urbana ao longo das últimas décadas.

Que fatores concorreram diretamente para a desindustrialização?

⁵⁵ **GOMES**, Maria Margarida Reis, *A reconversão de antigos espaços industriais – estudo da área central de Coimbra*, Coimbra, FLUC, 1995, p. 23.

⁵⁶ A este nível é importante saber distinguir o fenómeno da desindustrialização do da deslocalização industrial que também se traduz pelo encerramento de empresas.

⁵⁷ **IDEM**, *Ob. Cit.*, p. 23.

Segundo Lucília Caetano entre as causas mais relevantes contam-se a perda de competitividade em relação a novos produtos postos no mercado concorrencial (não só em qualidade como também na relação preço/custo da mão-de-obra), a existência de estruturas tradicionais fracas e antiquadas comportando métodos e processos de produção inadequados/obsoletos, produtos pouco adaptados às exigências dos mercados, o envelhecimento das firmas e a sua incapacidade em inovar, a existência de edifícios fabris envelhecidos e desajustados à tecnologia moderna, a escassez de espaço para a expansão, os preços elevados dos solos, as deficientes condições de circulação criadas a veículos de carga de grandes dimensões, obstáculos criados ao nível do estacionamento e circulação automóveis, e por fim, a ausência de novas estratégias vocacionadas para novos mercados/consumidores. De forma muito resumida, foi a conjugação de todos estes fatores que foi responsável, por um lado pelo declínio do setor secundário, e por outro, pelo incremento do setor terciário. De salientar que ao longo das últimas décadas tem sido também bem visível o fenómeno da deslocalização industrial, para países onde os custos de produção e de mão-de-obra são mais baixos e que oferecem melhores condições em termos fiscais/tributários.

Para além dos fatores referidos anteriormente, Margarida Gomes salienta outros igualmente relevantes. Entre eles destacamos a descentralização/desconcentração das cidades, serviços e atividades económicas, mais concretamente a substituição das tradicionais cidades monocêntricas por outras de carácter policêntrico, a progressiva afirmação das periferias, transportes⁵⁸ e comunicações, a incorporação de novas técnicas nos processos produtivos etc. A juntar a estes fatores a autora refere ainda o impacto exercido por grandes operações de urbanismo (por ex. a construção de grandes artérias), que conduziu muitas vezes ao encerramento das empresas. Por último teremos ainda de sublinhar o impacto exercido pela crise petrolífera dos anos setenta, que afetou sobretudo as unidades industriais mais dependentes desta fonte de energia.⁵⁹ Tal realidade associada à desconcentração/deslocalização das unidades industriais, permite-nos compreender de forma clara os fatores responsáveis pela desindustrialização.⁶⁰

⁵⁸ Relativamente às alterações ocorridas no domínio dos transportes destaca-se a substituição dos transportes ferroviários e fluviais por rodoviários e aéreos – realidade que contribuiu decisivamente para o obsoletismo dos antigos espaços industriais.

⁵⁹ Margarida Gomes associa às crises petrolíferas dos anos setenta e oitenta do século XX, o declínio das velhas economias industriais urbanas, caracterizadas pelo progressivo abandono das suas áreas centrais.

⁶⁰ As causas da formação de espaços industriais desativados poderão ser consultadas de forma mais resumida no esquema presente no **anexo XI**.

Pelo que ficou exposto é fácil enumerar as principais consequências da desindustrialização. Entre elas destacamos a desagregação da atividade industrial, degradação, ruína e posterior abandono das antigas instalações industriais e respetivos bairros operários, desemprego, diminuição da população jovem, aumento da mobilidade laboral (movimentos pendulares), poluição dos solos, degradação das paisagens a vários níveis etc. Acima de tudo a desindustrialização promove uma verdadeira transformação da paisagem, organização e funções urbanas. Direta e indiretamente o fenómeno da desindustrialização exerce também os seus efeitos/impactos negativos ao nível do equilíbrio da biosfera, contribuindo de forma significativa para a poluição dos solos, contaminação dos recursos hídricos e a degradação das paisagens. A este nível é importante destacar o exemplo de antigas indústrias extrativas, que apesar de encerradas e desativadas, continuam a influenciar negativamente os habitats e ecossistemas envolventes.

No entanto surgem outros problemas mais específicos, mas não menos importantes, de que Lucília Caetano nos dá conta. Entre eles destaca-se a incapacidade geral do setor terciário em absorver os postos de trabalho da indústria. Em termos práticos esta problemática conduz, na generalidade dos casos, a uma maior precariedade em termos salariais e contratuais sobretudo para todos aqueles antigos operários que não conseguem inserir-se no respetivo setor terciário. Direta e indiretamente a desindustrialização poderá lançar os antigos operários fabris no desemprego de longa duração, do qual dificilmente conseguirão libertar-se – realidade bem evidente nos nossos dias.⁶¹ A autora ilustra esta realidade, acrescentando outros dados importantes: *«(...) após a desindustrialização uma percentagem crescente de empregos criados no setor terciário está sujeita a regime part-time, contratos de curta duração e baixos salários.»*⁶²

Para além das consequências mencionadas, Margarida Gomes menciona outras igualmente importantes. Por um lado, o processo de desindustrialização é responsável pela criação de novas reservas de solo com grande potencial por exemplo, para a construção de novas edificações de certa magnitude. Assim sendo a desindustrialização promove direta e indiretamente a expansão e reconfiguração do espaço urbano. Por outro lado, a criação de novas reservas de solo desperta *«(...) o interesse de*

⁶¹ A situação torna-se ainda mais problemática quando estes trabalhadores dispõem de baixas qualificações académicas, que não lhes permitem uma rápida reintegração num mercado de trabalho cada vez mais especializado e exigente.

⁶² CAETANO, *Ob. Cit.*, pág. 91

determinados organismos públicos e privados, pois encontram espaços urbanisticamente equipados e respectivas infraestruturas, onde os preços dos terrenos são inferiores aos praticados nas cidades. Desta forma as empresas podem não só adquirir uma superfície considerável para as suas extensões futuras, como também realizar reservas prediais, muitas vezes tendo em vista uma futura especulação do terreno.»⁶³ Em suma as consequências do processo em estudo são muito complexas, diversificadas e abrangentes.⁶⁴ No entanto todas elas acabam por demonstrar/evidenciar, nas palavras de Margarida Gomes, «a dificuldade que o espaço urbano apresenta em alcançar um padrão estável e em equilíbrio do uso do solo.»⁶⁵

No momento em que Portugal aderiu à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, e progressivamente ao mundo da globalização, obviamente que muitos dos problemas mencionados anteriormente se agravaram e intensificaram.⁶⁶ Rui Gama ilustra esta realidade ao afirmar que «os anos oitenta corresponderam a mudanças no contexto geral, constatando-se que as grandes empresas apresentavam uma capacidade de criar novos empregos inferior, ao mesmo tempo que se destacou neste processo, o papel das pequenas e médias empresas. A crescente internacionalização da economia portuguesa e a emergência de novas tecnologias, conduziram à necessidade de renovação das estruturas económicas, que se traduziram quer no aumento do número de desempregados quer na instabilidade das estruturas produtivas. O fenómeno da globalização da economia acentuou as alterações estruturais ocorridas nos anos oitenta (...).»⁶⁷ Das palavras do autor em estudo conclui-se que apesar dos condicionalismos provocados pela inserção portuguesa no mundo da globalização, os anos oitenta do século passado corresponderam a um período importante ao nível da afirmação das pequenas e médias empresas – unidades atualmente bastante afetadas pela conjuntura de recessão económica.

⁶³ GOMES, *Ob. Cit.*, p.26.

⁶⁴ As consequências do processo de desindustrialização poderão ser consultadas de forma mais resumida no esquema presente no **anexo XI**.

⁶⁵ IDEM, *Ob. Cit.*, p. 26.

⁶⁶ Relativamente a este aspeto em particular, Lucília Caetano salienta a falta de esclarecimento e ajustamento dos agentes económicos portugueses diretamente envolvidos no processo de adesão europeu. Para além disso menciona ainda a atitude de alheamento da maioria dos industriais durante as negociações bem como o desconhecimento das implicações e consequências económicas sobre os seus negócios e atividades, fruto da longa permanência num espaço económico protecionista, característico do Estado Novo. Tal realidade refletiu-se no receio face à liberalização inerente à adesão ao mercado comum. No fundo a adesão à CEE constituiu um sério desafio à capacidade dos industriais portugueses para se adaptarem rapidamente às regras de uma economia de mercado.

⁶⁷ FERNANDES, Rui Gama, *Dinâmicas industriais, inovação e território: abordagem geográfica a partir do centro litoral de Portugal*, Tese de doutoramento em Geografia Humana apresentada à FLUC, Coimbra, 2002, p. 110.

A internacionalização da economia portuguesa, e a sua entrada no “mercado global”, exigiam uma modernização, competitividade, flexibilidade, inovação e capacidade de investimento de que esta não dispunha, pelo menos em níveis satisfatórios. Portanto a desindustrialização conjugada com o difícil enquadramento da economia portuguesa nos circuitos económicos mundiais, agravou de forma notória a debilidade do setor industrial nacional.

Em termos locais/regionais, as problemáticas retratadas também foram bem sentidas. Rui Gama ilustra esta realidade recorrendo ao exemplo das três maiores aglomerações urbanas (Coimbra, Aveiro e Leiria) que no conjunto perderam 6,6 % dos seus ativos industriais entre 1986 e 1997, comparativamente com os concelhos de Águeda, Anadia, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga, Vagos, Cantanhede, Condeixa-a-Nova, Mira, Montemor-o-Velho, Soure, Batalha, Leiria, Pombal e Porto de Mós que registaram por sua vez um aumento do emprego industrial, durante o período assinalado.⁶⁸

Relativamente ao processo de desindustrialização e respetiva perda de emprego industrial registados em Coimbra na sequência dos anos oitenta e noventa do século passado, afirma Rui Gama que «*o concelho de Coimbra não tem mostrado capacidade para iniciar novos processos de industrialização, assentes preferencialmente em fatores mais competitivos (inovação), através do estabelecimento de relações com outras atividades nas quais se tem especializado (por ex. com as ciências da saúde) não valorizando dessa forma os elementos imateriais (conhecimento), que decorrem das atividades de investigação e desenvolvimento realizadas nas instituições de ensino superior.*»⁶⁹ O caso de Coimbra do ponto de vista industrial é claramente contraditório: sendo uma das cidades com maiores apostas em investigação e desenvolvimento, beneficiando do papel exercido pela universidade, continua mesmo assim a não revelar capacidade para iniciar um novo ciclo de industrialização, capaz de contrariar a tendência verificada até ao momento. Por outras palavras, podemos afirmar que Coimbra atualmente continua a não saber aproveitar o potencial científico e tecnológico presente nas suas instituições, de modo a promover uma recuperação eficaz do seu tecido industrial. Rui Gama ilustra muito bem esta realidade ao afirmar que «*a região*

⁶⁸ Sobre a natureza do processo de desconcentração industrial que tem vindo a ocorrer desde a década de setenta em Portugal, Rui Gama lembra a importância de distinguir as situações que corresponderam a processos de desindustrialização daquelas que se relacionaram com evoluções no sentido de reindustrialização/industrialização ou da reconversão/modernização industrial dos espaços.

⁶⁹ **IDEM**, *ibidem*, p. 265.

*Centro detém um conjunto de recursos territoriais (capital produtivo, capital natural, capital social e capital intelectual) que colocados em rede e em perfeita ligação com o tecido económico nacional, potenciarão a transferência de saberes e de inovação e, deste modo, o desenvolvimento da região.»*⁷⁰ Podemos até inclusivamente questionar até que ponto a cidade se confinou exclusivamente à função educativa e hospitalar, em detrimento da função industrial. Terão existido interesses neste sentido?

A médio e a longo prazo a desindustrialização e a inserção da economia portuguesa no mercado global, vieram acentuar as crónicas e históricas, senão mesmo seculares, fragilidades/deficiências do setor secundário. Entre elas destacamos o baixo nível tecnológico geral, a dificuldade de colocação de produtos no exterior, a fraca qualificação dos recursos humanos, a fraca abertura empresarial à inovação e ao reforço de parcerias internacionais, a dependência da estrutura industrial de ramos de tecnologia débil (indústrias da alimentação, têxteis, vestuário, madeira e cortiça) pouco qualificados, a falta de aposta generalizada por parte das empresas em investigação e desenvolvimento etc. No fundo continuam a verificar-se grandes dificuldades por parte dos decisores políticos em praticar uma estratégia/política industrial nacional, com objetivos claros e uma calendarização exequível – posição partilhada por Lucília Caetano.

Que soluções/medidas poderão ser inventariadas para resolver/atenuar alguns dos problemas anteriormente apontados relacionados com a desindustrialização?

Ainda que se tratem de problemáticas estruturais, e portanto de difícil e lenta resolução, Rui Gama propõe na sua tese de doutoramento algumas das seguintes medidas:

- Estabelecimento de um quadro institucional favorável assim como o incentivo à partilha de conhecimentos realizada através de projetos comuns de investigação e desenvolvimento, que incluam parceiros de diversos campos (mundo empresarial, associações, ensino);

- Desenvolvimento de projetos/iniciativas comuns no domínio da inovação (com centros de investigação, empresas, centros tecnológicos);

- Necessidade de incentivar a utilização de serviços específicos nos domínios do design, marketing, publicidade, desenvolvimento do produto, consultoria e gestão financeiras etc.;

⁷⁰ GAMA, Rui e CAETANO, Lucília, “Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento – a indústria na região Centro” in *Cadernos de Geografia*, nº 21/23, Coimbra, FLUC, 2002-2004, p. 265.

- Estímulo ao reforço das parcerias entre empresas e instituições públicas ou público-privadas, no que respeita ao desenvolvimento dos sistemas de ensino e de formação profissional e à valorização dos recursos humanos regionais;

- Procurar criar/atrair infraestruturas tecnológicas que permitam valorizar a capacidade industrial instalada e ao mesmo tempo possibilitem o aparecimento e/ou desenvolvimento de novas especializações;

- Incentivar o aparecimento de lógicas de complementaridade entre os sistemas produtivos locais e as regiões, valorizando a capacidade de investigação (por ex.) das Universidades de Aveiro e de Coimbra;

- Incentivo ao desenvolvimento/envolvimento das empresas em parcerias internacionais, procurando limitar os efeitos perversos da excessiva dependência de algumas empresas;

- Necessidade de definir políticas industriais claras com objetivos e metas previamente estabelecidos, permitindo a articulação entre os diversos agentes/atores e o Estado;

- Reforço do papel/dinamismo industrial das cidades médias bem como dos seus efeitos polarizadores;

- Aposta na criação de economias de escala responsáveis pela diminuição dos custos de transação e o desenvolvimento dos recursos territoriais;

- Procura de novos compromissos entre os poderes locais e o Estado;

- Necessidade de constante atualização, investigação e formação profissional;

- Aposta na inovação e na construção de vantagens competitivas;

- Grande capacidade de adaptação/flexibilização das estratégias de desenvolvimento, métodos produtivos e dos meios/atores locais.

Apesar de todas estas medidas poderem ser aplicadas e implementadas, o autor em estudo lembra que estas *«devem ser entendidas apenas e só como sugestões, uma vez que o sucesso de uma política de desenvolvimento depende sempre do grau de envolvimento, participação e predisposição que os destinatários manifestam. [Assim sendo] torna-se também indispensável procurar conciliar os diversos interesses em presença, objetivo que nem sempre é possível atingir. É neste contexto que deve ser equacionado o papel a desempenhar pelos diferentes agentes e atores com responsabilidades no desenvolvimento.»*⁷¹

⁷¹ GAMA, Rui, *Dinâmicas industriais (...)*, p. 353.

De forma muito sintética ficaram expostos os principais fatores responsáveis não só pelo declínio da área industrial Loreto-Pedrulha, mas também pela decadência da indústria portuguesa ao longo das últimas décadas do século XX, tendências que se prologam na atualidade.

9. A reconversão da área industrial Loreto-Pedrulha: Obstáculos e desafios

Analisados os principais fatores responsáveis pelo declínio da área industrial em estudo, é importante pensar num conjunto de possibilidades e soluções tendentes à sua respetiva reconversão. Nesse sentido questionamos: que obstáculos/condicionalismos se colocam ao processo de reconversão industrial? Que resistências (económicas, políticas, sociais) se opõem à aplicação deste processo a nível nacional? Que tipo de funcionalidades pode o processo de reconversão industrial promover/potencializar para os antigos espaços industriais desativados? Que fatores intervêm no difícil e complexo processo de reconversão industrial e de que forma o condicionam? Estas são algumas das questões que orientarão o conteúdo do presente capítulo.

Quando um estabelecimento industrial (seja ele qual for) encerra, que possibilidades/oportunidades se colocam à sua revitalização? Que novas funcionalidades poderá adquirir tendo em conta as suas características? Que tipo de atividades poderá receber? Relativamente a estas questões afirma Margarida Gomes, que *«se até aos anos 70 a reconversão consistia [essencialmente] na recuperação física do espaço industrial, o que implicava problemas [eminentemente] económicos, financeiros e tecnológicos, na atualidade a reconversão constitui uma excelente oportunidade não só para urbanizar esses espaços, mas igualmente refletir a sua reinserção no conjunto urbano, conferindo-lhe uma nova imagem. As possibilidades de reconversão e as formas de reutilização dos espaços industriais desativados são de natureza muito diversa (...). Não existe uma receita milagrosa nem uma conceção única de reutilização destas áreas. Contudo as experiências levadas a cabo, em matéria de reconversão desses espaços, depreendem a transformação para novos usos nomeadamente as atividades comercial, serviços, escritórios, armazéns, estacionamento, habitação, hotel e similares de hotelaria.»*⁷²

⁷² GOMES, *Ob. Cit.*, p. 55.

As informações transmitidas pela autora em estudo são fulcrais para uma compreensão e análise estruturais da problemática da reconversão industrial. Primeiramente fica clara a ideia de que os paradigmas associados ao processo de reconversão industrial se alteraram e transformaram profundamente ao longo das últimas décadas. Assim, se no contexto específico da década de setenta do século passado, reconverter um espaço industrial desativado consistia essencialmente em remodelar/melhorar unicamente o seu aspeto físico/arquitetónico, atualmente o conceito em estudo é indubitavelmente muito mais amplo, complexo e abrangente. A este nível afirma Lucília Caetano que a *«reconversão física dos espaços industriais desativados tem sido, predominantemente, orientada para funções urbanas mais especulativas.»*⁷³

Admitindo estes pressupostos torna-se fácil concluir que em pleno século XXI, o processo em análise assume-se como um importante e determinante instrumento de coesão, organização e planeamento territorial. Ou seja, nos nossos dias a reconversão industrial mais do que transformar o aspeto físico das antigas unidades industriais, preocupa-se em reintegrá-las no espaço, atividades e serviços urbanos (da forma mais harmoniosa e equilibrada possível), conferindo-lhes desse modo novas funcionalidades. Portanto aquela visão limitada e redutora do processo de revitalização industrial, com que iniciámos o presente capítulo, está claramente ultrapassada e desatualizada. Acima de tudo é importante ter consciência de que o abandono de áreas centrais, por parte dos estabelecimentos industriais, cria simultaneamente consideráveis espaços marginais na cidade, cuja revitalização é frequentemente polémica uma vez que, segundo Margarida Gomes, envolve *«(...)interpretações que podem tornar-se confusas e controversas quando incluem questões tão diversas como sejam a situação da economia local, o funcionamento do mercado do solo urbano, as orientações e o exercício do poder local, as razões que levam ao encerramento das empresas, ou ainda os motivos particulares de cada empresário (...).»*⁷⁴

Se quisermos ser ainda mais objetivos relativamente à importância do processo de revitalização industrial, podemos afirmar que este desempenha um papel relevante ao nível da gestão, uso, equilíbrio e organização do espaço urbano.⁷⁵ Em suma a

⁷³ CAETANO, *Ob. Cit.*, p. 59.

⁷⁴ GOMES, *Ob. Cit.*, p. 41.

⁷⁵ Segundo Lucília Caetano no contexto da reorganização de um território desindustrializado, a reconversão tem por objetivos reestruturar o tecido industrial em conformidade com a nova ordem da economia, solucionar o desemprego e o relativo despovoamento (sobretudo de população jovem) e melhorar a qualidade de vida das populações através da beneficiação dos equipamentos e infraestruturas. Para além disso, deve ainda criar um ambiente agradável para empresários, investigadores e cientistas, de modo a que se instalem na região em causa. Por último, a reconversão industrial deve promover a adaptação da população ativa (sobretudo os mais jovens) às novas exigências das

reconversão industrial assume-se como uma excelente oportunidade/possibilidade para a revitalização/reconfiguração do tecido urbano bem como das suas atividades.

Apesar das suas potencialidades o processo em análise afigura-se difícil de aplicar, dada a diversidade de interesses, perspetivas e conceções existentes em torno da matéria. Tal facto no dizer da autora em estudo faz com que «*a reconversão de antigos espaços industriais não se efetue de forma pacífica.*»⁷⁶ Que obstáculos se colocam à recuperação e revitalização de espaços industriais desativados? Apesar de ser difícil avaliar e enumerar todos os condicionalismos em causa, Margarida Gomes enuncia três grandes obstáculos à reconversão, a saber – as características reais dos espaços industriais, as suas particularidades físicas, técnicas e arquitetónicas bem como a sua respetiva localização/enquadramento no tecido urbano.

Apesar disso podem ainda ser apontados condicionalismos de natureza pessoal, familiar, de saúde e psicológicas que direta e indiretamente poderão inviabilizar de forma significativa o processo de reconversão industrial. Dentro do conjunto dos condicionalismos de carácter pessoal, psicológico ou familiar poderá indicar-se por exemplo a atitude revelada pelos proprietários dos solos. De acordo com a autora em estudo os proprietários constituem um dos principais intervenientes no mercado dos solos, intervindo decisivamente no processo geral de produção imobiliária. Mais concretamente os proprietários podem assumir uma posição mais ativa ou mais passiva, por exemplo relativamente à possibilidade de venda dos seus terrenos. No caso de se verificarem atitudes de maior resistência e relutância a expansão, desenvolvimento e reconversão dos espaços industriais podem ficar claramente comprometidos, dificultando e inviabilizando ainda possíveis intervenções municipais bem como a aplicação de certos instrumentos urbanísticos. Perante estas realidades obviamente que aumenta consideravelmente o período de desuso dos solos, realidade que acarreta claros prejuízos para o planeamento e ordenamento territoriais. Esta realidade torna-se ainda mais problemática quando a propriedade dos solos se concentra muitas vezes nas mãos de grandes grupos financeiros ou de promotores imobiliários.

Para além das atitudes dos proprietários,⁷⁷ poderão ainda acrescentar-se os obstáculos associados à dimensão dos terrenos que suportam antigos espaços

atividades económicas. Em todo o caso afirma a mesma autora, que a reconversão deve ser realizada em função do ordenamento e do desenvolvimento económico.

⁷⁶ **IDEM**, *Ob. Cit.*, p.43

⁷⁷ Ainda neste domínio podem verificar-se problemas associados à transmissão e preservação de património e heranças, a pressão exercida por familiares relativamente à manutenção de terrenos e propriedades em detrimento da sua venda, etc.

industriais. Sobretudo no caso da presença de propriedades muito fragmentadas – realidade que poderá suscitar problemas ao nível do prolongamento da desocupação/inutilização do espaço. Para além disso o elevado estado de degradação dos antigos edifícios industriais inviabiliza de forma determinante eventuais operações de reconversão.

Ainda dentro da análise dos obstáculos de natureza psicológica, Margarida Gomes salienta o facto de a «*maior parte dos empresários/investidores não desejam instalar-se/fixar-se em áreas onde abundam edifícios abandonados. [Para além disso] a falta de informação sobre o património imobiliário industrial constitui igualmente uma contrariedade à reconversão.*»⁷⁸ Aliado a estas problemáticas, a autora destaca ainda o frequente desconhecimento por parte das entidades interessadas (proprietários, construtores, promotores, clientes) dos espaços a serem reconvertidos.

Pelo que ficou exposto é fácil concluir que um dos maiores obstáculos à revitalização de antigos espaços industriais se encontra no seu carácter repulsivo, ou seja, tratam-se de espaços que dadas as suas atuais características de abandono, degradação e marginalidade não têm capacidade para conseguir cativar e atrair novos investimentos, bem como para fixar novas unidades, população e atividades industriais.⁷⁹ Se é verdade que a “indústria atrai indústria” também não é menos certo que a desindustrialização promove o abandono, degradação e inutilização dos solos.⁸⁰ No caso da área industrial Loreto-Pedrulha parece-me que a conjugação dos fatores anteriormente mencionados se manifestou de forma bem notória e determinante.

Ora se os antigos espaços industriais se assumem como áreas repulsivas, em parte essa responsabilidade deverá ser atribuída aos responsáveis e decisores políticos, pois pouco ou nada fazem para valorizar, revitalizar e potencializar os espaços em questão.⁸¹ Este manifesto desinteresse é notório por exemplo na ausência de dados e informações detalhados relativos aos espaços industriais desativados que necessitam de operações de reconversão e revitalização. No meu entender tal realidade comprova o

⁷⁸ **IDEM**, *Ob. Cit.*, p. 45.

⁷⁹ Para além destes problemas a autora em estudo refere que o declínio industrial exerce importantes efeitos ao nível da oferta e procura do solo. Assim sendo torna-se claro que a desindustrialização afeta de modo significativo a dinâmica dos solos. Mais concretamente o desenvolvimento de espaços industriais abandonados suscita importantes problemas ao nível da gestão, uso, ocupação, organização e equilíbrio dos solos, sendo por isso necessário reajustar os padrões da sua utilização. Em último caso, o declínio industrial contribui para o desenvolvimento de um ambiente pouco atrativo à chegada de novas unidades industriais, acentuando o seu carácter repulsivo, que poderá contribuir a médio e a longo prazo para a desterritorialização desses espaços.

⁸⁰ Relativamente à unidade industrial em estudo, os efeitos da desindustrialização poderão ser constatados através das imagens presentes no **anexo XII**.

⁸¹ Segundo Max Derruau, a indústria exige dos poderes públicos um esforço dirigido ao ordenamento de todo o território, que o setor privado é incapaz de realizar inteiramente.

desinteresse político face às questões relacionadas com a geografia, o planeamento e o património industriais – realidade que poderá ser perfeitamente alargada à sociedade em geral. Apesar dos esforços feitos no sentido de valorizar e salvaguardar o património industrial, sobretudo a nível académico onde surgem cada vez mais estudos e publicações, a verdade é que este assunto continua a não fazer parte das prioridades políticas. Assim sendo obviamente que a nível nacional continua a existir uma grande necessidade de estratégias e políticas tendentes à reconversão dos espaços industriais abandonados, tendo em conta as especificidades, particularidades e necessidades das populações e atividades económicas locais.

Do ponto de vista técnico e arquitetónico, a reconversão industrial confronta-se com obstáculos de outra natureza. Por um lado, Margarida Gomes lembra que *«as ações de reconversão envolvem dispêndios financeiros que se relacionam principalmente com os custos das demolições (totais ou parciais), da conservação/remodelação e do valor dos terrenos.»*⁸² Numa conjuntura marcada pela recessão económica e a quebra nos investimentos, obviamente que os obstáculos mencionados adquirem maior expressividade e importância. De facto as operações de reconversão industrial envolvem custos muito elevados que as autarquias isoladamente não podem suportar. Perante este cenário o fenómeno mais comum é o abandono e posterior degradação dos antigos espaços industriais⁸³, sem que se equacionem soluções e novas perspetivas tendentes à sua revitalização.⁸⁴ Por outro lado é importante ter em conta o valor de mercado dos terrenos⁸⁵ que suportam antigas unidades industriais, que muitas vezes também não favorecem a captação/atração de novos investimentos/indústrias e assim sendo de novas procuras. A autora em estudo ilustra muito bem esta problemática ao afirmar que *«as possibilidades de reconversão dependem do dinamismo do mercado financeiro e imobiliário, no qual se confrontam as ofertas e as procuras.»*⁸⁶ Lucília Caetano reforça esta ideia ao afirmar que *«as estratégias de reconversão dos espaços*

⁸² **IDEM**, *Ob. Cit.*, p.44

⁸³ Para além do abandono e degradação, a existência/formação de espaços industriais desativados gera outros problemas que poderão ser analisados nas notícias presentes no **anexo XIII**.

⁸⁴ Segundo Margarida Gomes, por vezes o setor público adquire velhos espaços industriais com a finalidade de criar reservas prediais para operações urbanísticas posteriores ou para a construção de eixos de transporte ou de infraestruturas básicas. Ao nível da reconversão, os casos mais frequentes e rentáveis pertencem ao setor privado enquanto o Estado se ocupa das intervenções mais longas e demoradas.

⁸⁵ De acordo com Margarida Gomes, o preço dos solos relaciona-se com a intensidade da sua utilização, sendo tanto mais elevado quanto maior for a sua ocupação. Apesar da importância dos solos depender indubitavelmente do que sobre eles se pode construir, a autora afirma ainda, que para além do tipo de uso é também importante a imagem social, sustentada em processos de marketing, que contribui claramente para a valorização dos solos. Em último caso, o preço dos solos suscita o aparecimento de importantes mecanismos especulativos.

⁸⁶ **IDEM**, *Ob. Cit.*, p.44

desindustrializados são ditadas, regra geral, pela capacidade de absorção do mercado local (...), pelas dinâmicas de investimento do mercado imobiliário e pelas normas dos planos de ordenamento urbanístico no que respeita ao uso dos solos.»⁸⁷

Em suma os espaços industriais desativados são também claramente influenciados pela especulação imobiliária⁸⁸ através das relações entre a oferta e a procura e as condições estruturais do próprio mercado.⁸⁹ No fundo estes espaços acabam também por sofrer os efeitos de uma maior ou menor valorização do solo por parte de entidades públicas e privadas. Num outro plano não menos importante, o processo de reconversão industrial debate-se com obstáculos de natureza arquitetónica/patrimonial, uma vez que naturalmente não se pode conservar e recuperar tudo.

No meio de todos estes obstáculos torna-se fulcral saber selecionar os espaços e edifícios dotados de valor patrimonial, suscetíveis de serem alvo de operações de reconversão e revitalização. Contudo este processo é muitas vezes extremamente complexo dada a diversidade de critérios utilizados, as conceções dominantes, as entidades envolvidas etc. Margarida Gomes dá conta de alguns destes problemas recorrendo ao exemplo da reconversão de espaços mais densos e compactos associados às indústrias mineiras/extrativas, siderúrgicas, químicas e têxteis. Aqui as operações tornam-se mais difíceis pois os vários estabelecimentos encontram-se dispersos, gerando-se assim problemas essencialmente ao nível da reconversão individual e particular dos diferentes edifícios. Para além disso a própria heterogeneidade e diversidade dos edifícios, dadas as suas características, particularidades e especificidades, implicam a realização de operações específicas e individualizadas uma vez que existe a necessidade de selecionar os imóveis a conservar ou a demolir.

Em suma o processo de reconversão de edifícios industriais dotados de valor cultural, patrimonial e arquitetónico é muito complexo e exigente. No entanto todas as operações feitas nesse sentido devem ter em conta o respeito pelos traços originais desses edifícios bem como as funções/atividades outrora aí exercidas em estreita

⁸⁷ CAETANO, *Ob. Cit.*, p.79.

⁸⁸ Atualmente a forma mais corrente de promoção dos antigos espaços industriais corresponde à venda de empresas industriais a sociedades imobiliárias (detentoras de grandes recursos económicos), encarregando-se estas de promover a mudança e substituição do velho uso industrial num curto espaço de tempo. Na maior parte dos casos as sociedades imobiliárias revelam especial interesse pela promoção de grandes superfícies (dados os capitais envolvidos). No fundo os interesses das imobiliárias centram-se no melhor aproveitamento urbanístico dos solos que urbanizam e promovem, procurando aumentar a intensidade da sua ocupação/utilização, reduzindo ao máximo a existência de espaços não lucrativos (estradas, zonas verdes) etc.

⁸⁹ Para além destes fatores atuam outros de natureza física e socioeconómica que se assumem como elementos diferenciadores do espaço urbano e interferem desse modo na sua dinâmica, crescimento e desenvolvimento.

articulação com as características do meio urbano e as exigências, desejos e necessidades das populações e comunidades locais.

Que soluções poderão ser aplicadas no âmbito das operações de reconversão de antigas áreas industriais? Segundo Margarida Gomes os terrenos abandonados permitem ultrapassar carências de serviços, equipamentos escolares, infraestruturas, espaços verdes e de lazer, alojamentos, instituições museológicas e culturais etc.⁹⁰ Num outro plano poderão dar lugar a bibliotecas, arquivos, auditórios, galerias de arte e restaurantes (por ex.). Contudo de acordo com Lucília Caetano, a tendência da reconversão de espaços industriais orienta-se no sentido da terciarização. Se por ausência de capitais, interesses e sensibilidades não for possível conservar, salvaguardar e proteger o património original de antigos espaços/unidades industriais, ao menos apliquem-se algumas das soluções anteriormente apresentadas, tendo em vista a fixação/concentração de população jovem, empresas, atividades e investimentos nos centros urbanos. Só assim se poderá evitar e contornar a (quase inevitável e irreversível) desterritorialização inerente ao processo de desindustrialização e abandono de antigos espaços industriais. Para que seja possível praticar algumas destas medidas é inevitável e mesmo indispensável o papel exercido pelo poder estatal⁹¹ bem como de políticas e estratégias atuais de intervenção e requalificação urbanas. A este nível, porque não investir na elaboração de uma base de dados de âmbito nacional capaz de reunir/aglomerar os espaços industriais com maior necessidade e urgência de operações de reconversão e revitalização? Porque não elaborar um cadastro nacional do património industrial de modo a conferir/disponibilizar mais informações/dados às entidades públicas e privadas responsáveis pela sua promoção, salvaguarda e venda? Porque não apostar na criação de uma cartografia de âmbito nacional de espaços industriais abandonados dotados de valor arquitetónico, cultural e patrimonial tendo em vista a sua recuperação, revalorização e quem sabe o seu aproveitamento turístico? Porque não dinamizar parcerias entre o poder central e os municípios com o objetivo de reaproveitar e revitalizar antigos espaços industriais? Porque não dedicar uma parte das verbas/orçamentos municipais para a valorização deste tipo de património, tentando

⁹⁰ Algumas soluções inerentes ao processo de reconversão industrial poderão ser consultadas de forma mais resumida no esquema presente no **anexo XI**.

⁹¹ Segundo Margarida Gomes, além de coordenar e fiscalizar a aplicabilidade dos instrumentos urbanísticos o setor público pode, em determinados espaços industriais desativados, intervir através de ajudas técnicas e financeiras privilegiando no entanto os setores prioritários a converter assim como as áreas que participam de forma decisiva no ordenamento e desenvolvimento urbanos. De salientar ainda que poderão ser aplicados fundos comunitários nos processos de reconversão em estudo.

desse modo promover a história, economia e o turismo locais? Porque não mobilizar inclusivamente fundos comunitários para este tipo de atividades? Porque não criar uma carta arqueológica do património industrial a nível nacional? As propostas sucedem-se embora a sua concretização seja difícil de aplicar e de conceber...

Termino o presente capítulo com uma afirmação de Margarida Gomes que penso que sintetiza muito bem os desafios que atualmente se colocam aos processos de reconversão industrial - *«em suma as reutilizações associam-se a um campo considerável de possibilidades (...). Cada vez mais se realizam operações integradas, coexistindo num mesmo edifício diferentes usos. Todavia, seja qual for a solução adotada, o importante é que a adequação da nova função ao espaço seja a mais perfeita possível, quer para o novo empreendedor quer para a população em geral. Com efeito, as atividades não adaptadas às construções podem levar à degradação e à subutilização de certos espaços, ou a transformações dispendiosas que por vezes resultam desfavoráveis, não só localmente como para o meio urbano envolvente. A escolha da nova afetação impõe sempre um estudo sério e uma solução específica em função das características singulares de cada caso.»*⁹² Já Lucília Caetano relativamente à eficácia da aplicação de políticas de reconversão, afirma que *«os casos de sucesso demonstram que as políticas de reconversão territorial (regional e local) têm de valorizar o terciário superior (financeiro, comercial e I&D), os recursos locais (criando uma nova imagem de marca) e os recursos humanos (apostando na instrução e formação profissional adequada às novas tecnologias e novas formas de gestão). O êxito destas ações reside na capacidade multiplicadora da economia, e naturalmente, da criação de oportunidades de emprego sustentado.»*⁹³

Em suma sempre que se abordam questões relacionadas com a reconversão industrial impõem-se soluções adequadas, integradas e concertadas tendo em conta os interesses dos investidores e das populações, assentes/sustentadas em estudos sérios, rigorosos e atentos às especificidades e particularidades individuais de cada caso. Acima de tudo os processos de reconversão devem ter em conta as potencialidades e necessidades de cada região, de modo a criarem as melhores condições para a integração, desenvolvimento e bem-estar das comunidades e atividades económicas locais.

⁹² IDEM, *Ob. Cit.*, p. 57.

⁹³ CAETANO, *Ob. Cit.*, p. 95.

Em Portugal é possível encontrar bons exemplos de reconversão industrial. Entre eles contam-se a conversão da Real Fábrica dos Panos da Covilhã na Universidade da Beira Interior (UBI) e a recuperação das antigas salas de tinturaria para o museu dos lanifícios, a conversão da antiga central térmica dos HUC num espaço para conferências designado “Casa das Caldeiras” bem como do museu da eletricidade em Lisboa. A nível local, mais concretamente no contexto da área industrial em estudo, poderá apontar-se por exemplo a conversão de um antigo pavilhão industrial localizado na Pedrulha, num complexo desportivo, conhecido por “N 10 Futebol Indoor”.

Estudos Desenvolvidos no Âmbito do Seminário Científico de História

10. A Industrialização Portuguesa (1890-1926)

Para compreender o processo de evolução da indústria coimbrã, mais concretamente o contexto que deu origem à construção da fábrica da cerveja é importante recuar um pouco em termos cronológicos/temporais, e estudar a evolução da industrialização portuguesa. Ou seja para entender o contexto em que se constituiu a indústria em estudo, é determinante conhecer os traços/aspetos mais marcantes da industrialização nacional. Muito resumidamente o tópico de análise que orientará o presente capítulo é o seguinte: avaliar a evolução registada pela indústria portuguesa nas últimas décadas do século XIX e inícios do século XX,⁹⁴ para dessa forma se compreender melhor a industrialização ocorrida no caso particular da cidade de Coimbra.

Afirma José Maria Amado Mendes que *«após o lançamento dos primeiros alicerces (1851-1870), a industrialização portuguesa vai prosseguir a ritmo mais acelerado (...) registando-se algumas inovações como a substituição de número considerável de rodas hidráulicas por máquinas a vapor, a introdução de nova tecnologia de moagem (cilindros) em substituição das tradicionais mós, a instalação de novas indústrias como a do cimento, de modernas fábricas de cerâmica, e finalmente, o incremento da indústria do vidro (...).»*⁹⁵

⁹⁴ Dados os limites formais inerentes à estrutura do relatório, optei por concentrar o estudo da industrialização portuguesa nas últimas décadas do século XIX e a sua respetiva evolução até ao final da Primeira República (1926). Dado que a fábrica da cerveja de Coimbra começou a laborar no ano de 1924, com instalações na Avenida Emídio Navarro, faz todo o sentido conhecer as tendências registadas pela indústria portuguesa, ao longo das primeiras décadas do século XX.

⁹⁵ MENDES, José Maria Amado, “Etapas e limites da industrialização” in *História de Portugal*, (Dir.) José Mattoso, vol. V, O Liberalismo, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp.314-315.

Compreender os tímidos progressos registados na industrialização portuguesa nas últimas décadas de oitocentos, implica recuperar a importância e contributo da política da Regeneração (1851-1868), que teve como protagonista Fontes Pereira de Melo (1819-1867). A Regeneração - “nome português do capitalismo” como a designou Oliveira Martins – ao optar por uma política de grandes melhoramentos materiais, visível na edificação de estradas, pontes, vias ferroviárias e desenvolvimento dos transportes e comunicações, acabou por contribuir para a instalação de um período de relativa estabilidade, que marcaria a transição para o capitalismo, que só terminaria com a crise registada nas últimas décadas do século XIX.⁹⁶ Apesar de todos os progressos registados durante este período, Vitorino Magalhães Godinho recorda que «em 1864 ainda os ocupados na agricultura representavam 72% do total da população ativa, e em 1890 essa percentagem baixou apenas para 61,1%, mantendo-se até 1900. Entretanto a população ocupada na indústria cresceu tão-só de 18,4% para 19,4% na última década do século XIX».⁹⁷

Recuperado ainda que de forma muito breve o contexto histórico que possibilitou o titubeante progresso da indústria portuguesa a partir da segunda metade do século XIX estamos agora em condições de compreender José Maria Amado Mendes, no momento em que afirma que «ainda que com algumas reservas, pode inferir-se que só nas últimas três décadas de oitocentos, Portugal se aproximou do take-off (descolagem) industrial, ainda que com um considerável desfasamento, pois ao tempo já alguns outros países (líderes) – Alemanha, França e EUA se encontravam em plena Segunda Revolução Industrial.»⁹⁸ Também Pedro Lains reforça esta ideia do desfasamento da industrialização portuguesa face aos demais países europeus, afirmando que «quando a experiência da industrialização em Portugal começou, esta já se tinha estabelecido noutros países (...)».⁹⁹ Conhecida a forma como se processou a industrialização portuguesa no final do século XIX comparativamente com o restante contexto internacional, é importante construir um retrato ainda que muito sucinto do panorama industrial desse período.

⁹⁶ Apesar do Fontismo ter inaugurado uma época de relativa estabilidade e desenvolvimento, terminando com o período turbulento das guerras liberais, o certo é que a prosperidade trazida pela Regeneração se processou através da contração de avultados empréstimos externos e do lançamento de uma forte política fiscal sobre a sociedade civil – realidades que a longo prazo conduziram Portugal à situação de bancarrota, nas últimas décadas do século XIX.

⁹⁷ **GODINHO**, Vitorino Magalhães, *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Editora Arcádia, 1975, pp. 144-145.

⁹⁸ **MENDES**, *ibidem*, p. 315

⁹⁹ **LAINS**, Pedro, “Os impasses do desenvolvimento” in *Portugal Contemporâneo*, (Dir.) António Reis, vol. I, Lisboa, Publicações Alfa, 1996, p.547

A principal referência utilizada pelos historiadores para analisar a situação da indústria portuguesa durante o período em estudo é o Inquérito Industrial de 1881¹⁰⁰ – considerado o marco mais significativo e completo das estatísticas industriais da época. Como se caracterizava o panorama industrial português nas últimas décadas do século XIX? Que indústrias detinham maior importância em termos nacionais? Serão estas algumas das questões orientadoras das próximas linhas.

De acordo com o Prof. Doutor José Maria Amado Mendes «*o surto industrializante dos anos 1880 foi notório, sobretudo nas indústrias típicas da primeira Revolução Industrial, com destaque para as ligadas aos têxteis e à alimentação. Em meados dos anos 1890, aquelas continuavam a desempenhar um papel relevante.*»¹⁰¹ Ainda sobre a mesma realidade Pedro Lains afirma que «*(...) por volta do início da segunda metade do século XIX, o peso da indústria tradicional no valor do produto industrial português era na ordem dos 50 a 75%.*»¹⁰² Em seguida na mesma linha de pensamento de Amado Mendes refere que «*na segunda metade do século XIX, o comportamento de todo um segmento constituído por indústrias tradicionais (ligadas essencialmente a artigos de consumo como a cerâmica, vestuário, as ferramentas e utensílios, ou a bebidas e outros produtos alimentares transformados), determinava em grande medida a evolução da indústria nacional, dominada por um carácter essencialmente agrícola.*»

As descrições de Amado Mendes e Pedro Lains acerca da composição/caracterização da indústria portuguesa nos finais do século XIX, poderão ser comprovadas através da análise de um quadro relativo à situação da “Indústria em Portugal em 1896”.¹⁰³ Da análise do quadro podem retirar-se as seguintes conclusões:

- A indústria têxtil (algodoeira e dos lanifícios) e a dos curtumes (eminentemente associada ao calçado) concentravam grande parte do número de estabelecimentos (429) e empregavam no seu conjunto 21 492 operários;
- Atendendo ao número de fábricas salientavam-se ainda os setores das conservas (76), a fundição de metais (74), a cortiça (70) e as faianças (64);
- Entre os ramos industriais que pelos finais do século XIX se encontravam em franca evolução contavam-se a indústria vidreira e a dos tabacos. Embora o número de

¹⁰⁰ Segundo o Inquérito Industrial de 1881, existiam em Portugal 1350 instalações industriais que empregavam 91 000 pessoas.

¹⁰¹ RODRIGUES, Manuel Ferreira e MENDES, José Maria Amado, *História da indústria portuguesa: da Idade Média aos nossos dias*, Porto, Publicações Europa-América, 1999, p. 243.

¹⁰² LAINS, “Os impasses do desenvolvimento”, pp. 543-544.

¹⁰³ Ver Anexo XIV.

estabelecimentos não fosse elevado (sete e quatro respetivamente), já a média de operários por estabelecimento era de 90 (no primeiro caso) e de 1194 no das tabaqueiras. A importância e o desenvolvimento destas indústrias de acordo com Amado Mendes, viriam a acentuar-se nas décadas seguintes.

Os dados analisados anteriormente permitem-nos avançar desde já algumas das principais características da industrialização portuguesa ocorrida nos finais do século XIX, e que a longo prazo se assumiram como obstáculos/bloqueios à modernização do país. Entre elas destaco a predominância das pequenas e médias indústrias (algumas de base artesanal desenvolvendo-se em pequenas oficinas ou instalações domésticas, que geralmente não empregavam mais de dez operários) concentradas em Lisboa e no Porto, a existência de atividades industriais pouco exigentes em termos de qualificação/especialização da mão-de-obra (que geralmente era de carácter familiar incluindo sobretudo crianças), e a incapacidade dos principais produtos portugueses em competir em qualidade, quantidade e preço com as mercadorias estrangeiras dada o seu reduzido valor e importância. Pedro Lains na obra citada reforça algumas das problemáticas da industrialização portuguesa finissecular já adiantadas, acrescentado outras igualmente relevantes, como a necessidade de importação de matérias-primas e maquinaria, a exiguidade do mercado nacional e a relativa ausência de recursos naturais suscetíveis de exploração, a produção em pequena escala, o reduzido valor das exportações¹⁰⁴ e a ausência de capacidade de atração dos grandes políticos e comerciantes estrangeiros. A curto e a médio prazo estas fragilidades da indústria portuguesa agravar-se-iam com uma grave crise internacional que marcou o início dos anos de 1890.

Como evoluiu a industrialização portuguesa dos finais do século XIX para o século XX? Amado Mendes afirma que na última década de oitocentos e princípios de novecentos «(...) com a consolidação dos progressos em domínios típicos da primeira fase da industrialização – difusão da energia a vapor e mecanização de indústrias como a têxtil, a moagem e a cerâmica de construção entre outras – começam a chegar ao país inovações e tecnologias características da segunda Revolução Industrial (...). As repercussões dos desenvolvimentos inerentes a uma nova fase de industrialização, além de se terem feito sentir em indústrias já existentes – como na tinturaria, nos têxteis ou nos curtumes com a utilização de novos produtos químicos entretanto

¹⁰⁴ Por exemplo na década de 1860 as manufaturas atingiram uns meros 4% do valor total das exportações portuguesas.

*disponibilizados – tornaram-se evidentes em novas indústrias, que entretanto se instalaram em Portugal. Merecem destaque a este propósito as do cimento (artificial) e dos produtos químicos, com destaque para a dos adubos e a da produção e distribuição de eletricidade.»*¹⁰⁵

Portanto na abertura das primeiras décadas do século XX, Portugal assistiu não só ao fortalecimento de indústrias já existentes mas também ao surgimento/afirmação de novos ramos, que foram beneficiando a pouco e pouco de novas tecnologias e novas fontes de energia.¹⁰⁶ Relativamente aos ramos industriais já existentes que se fortaleceram durante as primeiras décadas do século XX, destacam-se o caso dos lanifícios e da cerâmica de construção. Outros mantiveram a importância que já detinham como o algodão, a alimentação, a cortiça, o tabaco e a metalurgia. Em relação aos lanifícios, afirma Amado Mendes que «(...) era considerada, em 1916, a mais importante indústria portuguesa depois da de algodão (...)» - importância que se prolongaria durante a ditadura militar e os primeiros anos do Estado Novo.¹⁰⁷ A cerâmica de construção (onde estava incluído o fabrico de telhas, tijolos e outros acessórios em barro assim como louça vulgar), registou um desenvolvimento assinalável de 1890 ao final da década de 1920. Para isso contribuíram segundo Amado Mendes, o crescimento demográfico e urbano – e o conseqüente aumento da procura de produtos cerâmicos -, o aperfeiçoamento da tecnologia e a melhoria da rede de transportes. Também a abundância e a dispersão de matéria-prima – a argila – possibilitou a instalação de unidades um pouco por todo o país, particularmente no caso da cidade de Coimbra. O crescimento deste ramo industrial prolongar-se-ia durante o período posterior à Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Para além dos lanifícios e da cerâmica de construção também a indústria das conservas se fortaleceu durante as primeiras décadas do século XX, sobretudo no período da Grande Guerra.¹⁰⁸ Este ramo industrial viria contudo a entrar em crise no período do pós-guerra, sobretudo a partir de meados de 1920, devido à diminuição do volume de exportações.

¹⁰⁵ RODRIGUES e MENDES, *História da indústria em Portugal*, pp. 252-253

¹⁰⁶ Esta realidade poderá ser constatada através da análise dos dados presentes no quadro “Estrutura da indústria Portuguesa” (cerca de 1910), relativamente ao número de trabalhadores e valor acrescentado presente no **Anexo XIV**.

¹⁰⁷ Segundo Amado Mendes calcula-se que eram 160 as fábricas de lanifícios existentes em 1916. Em 1934 esse número subira para 414 empregando cerca de 14 000 pessoas.

¹⁰⁸ Segundo Amado Mendes se em 1912 existiam apenas 116 fábricas que empregavam 9453 operários, em 1917 já o número de fábricas ascendia a 188, empregando 14 679 operários.

Relativamente aos novos ramos industriais que se destacaram em Portugal nas primeiras décadas do século XX, há que fazer referência à indústria do cimento artificial, à indústria química (adubos no qual a CUF – Companhia da União Fabril - viria a desempenhar um papel importante) bem como ao incremento da energia elétrica no país. Relativamente ao incremento da eletricidade, o autor em estudo refere que «*em Portugal, excluindo algumas experiências esporádicas ocorridas nas últimas décadas do século XIX, foi na transição do século e na primeira década deste, que a eletricidade começou a ser utilizada com certa regularidade na tração elétrica (...), na iluminação (...), em aparelhagem doméstica, e também, em certas indústrias.*»¹⁰⁹ Se até às vésperas da Primeira Guerra Mundial os avanços na eletrificação do país foram relativamente limitados, na década imediata (1917-1927), verificou-se um surto considerável no mesmo sentido.

Apesar de todos os progressos realizados na indústria portuguesa na transição do século XIX para o século XX, Rui Ramos recorda que «*em 1900 a indústria em Portugal empregava 455 300 pessoas, o equivalente a 19% da população ativa total*». ¹¹⁰ Pedro Lains reforça esta ideia da lentidão da industrialização portuguesa afirmando que «*cerca de 1910 as coisas não se teriam alterado drasticamente: o valor das indústrias mais modernas – entre as quais as ligadas aos tecidos de algodão, à metalurgia, ao tabaco, à moagem, à produção de papel e às conservas de peixe – atingia um máximo de 60% do valor total do produto industrial nacional. Portugal era ainda um dos países menos industrializados do velho continente, com um produto industrial que ascendia (...) a apenas metade do produto agrícola e com um operariado que perfazia pouco mais de 1/3 da população ativa rural.*»¹¹¹ No mesmo sentido e para termos uma visão ainda mais completa e objetiva, afirma Hermann Lautensach que em 1910 existiam 47 000 operários fabris em Lisboa e 25 000 no Porto. Pelos testemunhos apresentados torna-se fácil compreender que não se tinham processado alterações significativas no processo de industrialização português, na transição do século XIX para o século XX. Já Amado Mendes ilustra esta realidade afirmando que por volta de 1910-14 o número de estabelecimentos no país não chegaria aos 6000 (seriam mais precisamente 5693), enquanto o número de operários andaria pelos 112 862. Tratava-se

¹⁰⁹ IDEM, *ibidem*, p. 260

¹¹⁰ RAMOS, Rui in “Introdução”, *História de Portugal*, (Dir.) José Mattoso, vol. VI, A Segunda Fundação, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.32

¹¹¹ LAINS, Pedro, *Ob. Cit.*, p.544

efetivamente do domínio da pequena indústria enquanto as grandes ou até as médias unidades seriam exceção.

Apesar de todos os progressos realizados na indústria portuguesa, esta no início do século XX continuava a evidenciar uma evolução lenta, desigual, difusa e tardia. Só a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) viria a contribuir para uma maior aceleração, passando o número de fábricas de 6000 para 8425 e o número de operários de 112 862 para 142 000, de acordo com os dados da Estatística Industrial de 1917.¹¹²

Apesar da evolução registada durante o período da Grande Guerra a indústria portuguesa sofreria uma crise ligeira em 1921, e outra mais grave, em 1924-26. Estes dados são importantes pois permitem-nos evitar fazer generalizações relativamente ao processo de industrialização português durante o período da Primeira República (1910-26). Apesar de entre 1924-1930 o número de estabelecimentos industriais ter aumentado para o dobro, o certo é que durante o período republicano como lembra Amado Mendes, Portugal continuava a ter uma economia atrasada em que 60% da população ativa trabalhava no setor primário e 70% era analfabeta.

Traçado de forma mais ou menos exigente o rumo da industrialização portuguesa dos finais do século XIX aos inícios do século XX e as suas características mais relevantes, é importante conhecer os principais bloqueios/constrangimentos que condicionaram e afetaram o processo em estudo. Será este o tema do próximo capítulo.

11. Bloqueios à industrialização portuguesa

Analisada a evolução da industrialização portuguesa entre 1890 e 1926 é importante compreender e procurar explicar porque é que este processo descolou de forma relativamente lenta e tardia. Será este o tema que desenvolverei ao longo do presente capítulo.

Acerca do atraso no processo de industrialização português da segunda metade do século XIX, vale a pena uma análise mais ou menos profunda das teses defendidas por Jaime Reis¹¹³ e Pedro Lains¹¹⁴ sobretudo pela revisão que fizeram nalguns aspetos da historiografia portuguesa. Para o autor Jaime Reis o atraso económico de Portugal tem as suas raízes na segunda metade do século XIX, tendo sido avançadas pela

¹¹² Esta realidade poderá ser constatada através da análise dos dados contidos no quadro “Crescimento industrial acelerado (1914-1930)”, presente no **Anexo XV**.

¹¹³ **REIS**, Jaime, “O atraso económico português em perspetiva histórica (1860-1913)” in *Revista Análise Social*, vol. XX, 1984, pp. 7-28.

¹¹⁴ **LAINS**, Pedro, *Os progressos no atraso: uma nova história económica de Portugal, 1842-1992*, Lisboa, ICS, 2003.

historiografia várias teses explicativas desse fenómeno ao longo das últimas décadas. Jaime Reis recupera-as para em seguida apresentar os seus argumentos e pontos de vista sobre a validade das mesmas. Muito resumidamente são três as teses que têm sido avançadas para justificar o atraso económico e industrial português durante o período em estudo:

1. A dependência externa do país (nomeadamente ao nível da importação de matérias-primas);
2. A estrutura fundiária herdada do Antigo Regime¹¹⁵ – Muito dispersa nos grandes latifúndios do Sul (realidade que fomentava o absentismo), e pelo contrário, muito fragmentada nos minifúndios do Norte (realidade responsável por problemas como a baixa produtividade, os fracos rendimentos e dificuldades na modernização agravados pela ignorância, a escassez de capitais e a ausência de investimentos, a fragilidade das economias domésticas e os baixos níveis de vida);
3. Estruturas sociais e mentais da época “avessas” às Revoluções industrial e agrícola – assentes na rigidez da sociedade de Antigo Regime, na fragilidade, divisão e indecisão da burguesia (que investia em terras e títulos e não na indústria), na escassez de inovação e empreendedorismo e no Estado, que sendo dominado pela burguesia, não propiciava o desenvolvimento económico.

Embora não questione a validade destas teses, Jaime Reis apresenta alguns argumentos que propõem outras análises e interpretações bastante interessantes que vale a pena registar, e que contribuem para um maior esclarecimento acerca dos verdadeiros motivos que contribuíram, para o designado atraso económico e industrial português.

Relativamente à segunda tese o autor advoga que a pequena exploração camponesa em Portugal não era inevitavelmente ineficiente, nem as grandes propriedades rústicas absentistas do século XIX se mostravam incompatíveis com crescentes níveis de produtividade, dando o exemplo concreto da situação ocorrida em Inglaterra. Para Jaime Reis as causas que mais impediram os portugueses de participar na Revolução Industrial, foram as difíceis condições do solo e do clima e a fraca dotação de terras por agricultor (que nem sempre

¹¹⁵ Das três teses apresentadas o autor afirma que embora não existindo contradições entre elas, a mais robusta é a da “estrutura fundiária”.

primavam pela qualidade, ao contrário do que acontecia em outros países, como por exemplo na já mencionada Inglaterra). Quanto à terceira tese, Jaime Reis coloca várias questões que no seu entender a historiografia ainda não conseguiu clarificar. Entre elas a necessidade de saber as razões justificativas da falta de interesse e investimento da burguesia. Seria a mera descrença no progresso? Ou a escassez de oportunidades de investimento na indústria?¹¹⁶

Outra questão igualmente relevante colocada pelo autor em estudo, é saber em que medida o crescimento da economia portuguesa foi prejudicado pela falta de empenho do Estado na promoção de um modelo de desenvolvimento. Quanto à rigidez das estruturas sociais e mentais da época, Jaime Reis diz tratar-se de um processo normal e natural no contexto de sociedades pré-industriais ou de transição, fortemente marcadas/arraigadas pelo passado.

Depois de avaliar a validade das teses anteriormente apresentadas, Jaime Reis reafirma a necessidade de reformular e rever algumas abordagens e de analisar alguns fatores normalmente desprezados ou sobrevalorizados pela historiografia convencional acerca da ideia do atraso económico português, relacionados com a dotação nacional de recursos naturais, a dimensão da economia e a sua localização geográfica bem como a configuração do mercado internacional. Jaime Reis propõe assim uma hierarquização das causas do atraso económico português, destacando o valor da predominância de atividades primárias de exportação que conseqüentemente “desviavam” os talentos e capitais do setor secundário, a deficiente dotação de recursos naturais com impactos nos baixos rendimentos *per capita* e no reduzido número de consumidores no mercado interno que era verdadeiramente exíguo, a especialização portuguesa em manufaturas que não colocaram a economia numa posição de *take-off*, e por fim, a problemática do analfabetismo resultante do deficiente investimento educativo/educacional.

No final a conjugação das deficiências de capital humano aliadas à fragilidade das condições naturais, técnicas e comerciais do país, no dizer do autor, tornavam difíceis resultados muito superiores (ou diferentes) aos

¹¹⁶ Segundo alguns autores como Joel Serrão apesar do crescimento da indústria urbana, o capitalismo português preferiu apostar nas estáveis certezas agrárias, assim como em África, do que lançar-se a uma política de efetivo e integrado desenvolvimento económico, no qual à indústria teria de caber um papel decisivo, onde, porém os riscos de toda a ordem (desde os económico-financeiros aos sociais) eram bem maiores.

efetivamente verificados. Remata este cenário ao afirmar que a escassez de oportunidades reais determinadas pela base de recursos naturais, tecnologia e configuração dos mercados externos, tiveram muito mais influência no processo de industrialização, do que propriamente, a ausência de políticas fomentadoras e a falta de talento empresarial.

Apesar de todas estas problemáticas, diz Jaime Reis que o atraso económico poderia ter sido combatido por exemplo com uma elevada especialização produtiva numa gama restrita de manufaturas para exportar, de modo a evitar a dispersão de talentos e capitais escassos – tese também defendida por Pedro Lains. Apesar da fraca dotação de capital humano, Portugal possuía contudo dois setores manufatureiros – o corticeiro e o conserveiro – com uma forte vocação exportadora que era suficiente para assegurar um lugar de destaque, capaz de competir no comércio internacional desses produtos. Jaime Reis termina a sua tese com duas ideias fundamentais acerca da análise da problemática do atraso crónico da economia portuguesa que vale a pena recuperar:

- A) Em primeiro lugar afirma que a inserção portuguesa na economia internacional, longe de ter sido excessiva, não atingiu o nível adequado para produzir de forma sustentada e intensa o desenvolvimento.
- B) Em segundo lugar alerta para a necessidade de rever as razões do atraso tendo em conta o potencial económico da época, partindo de elementos importantes como a dotação de recursos naturais, a configuração dos mercados externos, a tecnologia disponível e o *stock* de capital humano existente.

Já Pedro Lains na linha de pensamento de Jaime Reis, alerta para as disparidades das condições estruturais portuguesas no contexto internacional, durante o período histórico em estudo. Relativamente à tese da dependência externa como fator justificativo do atraso económico português, Pedro Lains defende que era insuficiente a oferta de exportações até para aproveitar as poucas dinâmicas oportunidades da procura internacional de produtos portugueses. Desta forma o autor reforça o deficiente comportamento do setor exportador português aliado à reduzida dimensão do mercado interno bem como à fraca capacidade negocial do governo e exportadores portugueses

nos mercados internacionais. Segundo o autor a conjugação destes fatores justifica o designado atraso económico português.

Embora Jaime Reis e Pedro Lains concedam uma visão muito clara dos principais obstáculos e constrangimentos da industrialização portuguesa, Amado Mendes acrescenta mais alguns aspetos que convém ter em linha de conta. Entre eles a dificuldade de acesso ao crédito (que praticamente não existia) e a existência de juros frequentemente elevados, que no seu entender, se situariam entre os 6 e os 12%. As dificuldades de acesso ao crédito eram agravadas pela fragilidade da rede de agências bancárias a nível nacional.¹¹⁷ Face a estes constrangimentos é fácil compreender a preferência dos investidores pelo recurso ao autofinanciamento, durante o período em estudo.

Relativamente à problemática da escassez de riquezas naturais e matérias-primas e o seu respetivo impacto no atraso económico português, Amado Mendes sublinha algumas especificidades que convém salientar. Em primeiro lugar, este argumento não se pode generalizar pois se algumas matérias-primas escasseavam (como por exemplo o algodão e alguns minérios), outras abundavam (como as argilas e madeiras) podendo atenuar as lacunas existentes. Em segundo lugar, terão de ser analisadas não só a forma como as matérias-primas eram exploradas, ou seja, se as suas potencialidades eram inteiramente aproveitadas ou se, pelo contrário eram subaproveitadas, e quem eram os agentes responsáveis por essa atividade (se nacionais ou estrangeiros). Para além da problemática da disponibilidade de riquezas naturais e matérias-primas, Amado Mendes alerta também para a debilidade dos sistemas de transportes e comunicações, bem como para os já salientados, impactos negativos da concorrência externa protagonizada não só pela Inglaterra, mas também pela França e Alemanha, e a exiguidade do mercado interno motivada por uma débil procura interna, resultante de um baixo rendimento *per capita* – posições também defendidas por Magalhães Godinho e Joel Serrão.

Por último e não menos importante, o autor relembra a importância da deficiente preparação dos recursos humanos a diferentes níveis (gestores, técnicos e operários) – como um dos grandes obstáculos à industrialização e modernização portuguesas – surgindo por isso a necessidade de recorrer a técnicos, mestres e gestores do estrangeiro. A falta de preparação do capital humano devia-se essencialmente à ausência de

¹¹⁷ Segundo Amado Mendes só a partir de 1918 foi instituído o crédito industrial bancário inicialmente a cargo da Caixa Geral de Depósitos. No dizer do autor a institucionalização tardia deste tipo de crédito especializado, não deixou de se repercutir negativamente, na utilização de capital pela indústria.

instrução básica, traduzida em elevadas taxas de analfabetismo. Contudo para Amado Mendes «(...) os bloqueios não provinham só da deficiente educação mas também de um certo tipo de mentalidade.»¹¹⁸ Esta realidade retratada pelo historiador consistia numa certa resistência por parte de alguns setores da sociedade portuguesa da época em desempenhar tarefas/atividades manuais. Os baixos níveis de escolaridade refletiam-se por sua vez em reduzidos graus de especialização.

Joel Serrão, na mesma linha de pensamento dos autores citados, associa as tentativas portuguesas de arranque industrial a um movimento basculante, cheio de intermitências e sucessivos adiamentos. No dizer do autor, um dos grandes obstáculos à industrialização portuguesa foi a manutenção/persistência das forças socioeconómicas ligadas à posse da terra, típicas de Antigo Regime. Nesse sentido afirma «o capitalismo português preferiu apostar nas estáveis certezas agrárias, assim como em África, do que lançar-se a uma política de efetivo e integrado desenvolvimento económico, no qual à indústria teria de caber por natureza papel decisivo, onde porém, os riscos de toda a ordem (desde os económico-financeiros aos sociais) eram bem maiores.»¹¹⁹ Em suma o caráter arcaico, rural e agrário da sociedade portuguesa oitocentista era incompatível com o espírito, iniciativas, projetos e experiências industriais assumindo-se como um obstáculo à modernização, evolução e desenvolvimento nacionais. No fundo a terra, segundo o autor em estudo, continuou a assumir-se como o “símbolo português da estabilidade social”, condicionando e inviabilizando novos esforços industrializadores. Acima de tudo foram as constantes estruturais da economia e sociedade portuguesas, que dificultaram de forma determinante o arranque da industrialização. Associado a tudo isso, Joel Serrão acrescenta ainda que «faltavam em Portugal condições económicas e financeiras capazes de permitirem o desencadeamento rápido de um processo capitalista [capaz de interligar] agricultura, indústria e o comércio internacional. Onde estavam os capitais necessários ao investimento? A riqueza pré-existente? Onde existiam os “inovadores” agora (...) mais abertos à iniciativa e à criatividade (...)?»¹²⁰. Das palavras do autor em estudo compreende-se que o processo de industrialização português foi acompanhado de perto pelo desenvolvimento/integração do capitalismo no país. Portanto para além dos problemas estruturais da economia e sociedade portuguesas, a falta de capitais para o

¹¹⁸ RODRIGUES e MENDES, *História da indústria em Portugal*, pág. 274

¹¹⁹ SERRÃO Joel, *Da indústria portuguesa: do Antigo Regime ao Capitalismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, p. 24.

¹²⁰ IDEM, *ibidem*, p. 28.

investimento assumiu-se como um obstáculo que dificultou de forma decisiva a industrialização nacional – tese também defendida por Amado Mendes.

Do ponto de vista social (incluindo o complexo campo dos valores, crenças e mentalidades dominantes), Joel Serrão defende que «(...) *jamais uma sociedade dominada pela nobreza, carrilada por valores teológico-católicos, na qual as burguesias mal se consentem alguma vez (...) foi capaz de lançar-se, com afoiteza e continuidade, à produção de bens industriais em escala efetivamente significativa.*»¹²¹. Mais do que os condicionalismos de natureza política e económica foram as mentalidades e valores sociais dominantes, que condicionaram de forma notável a difícil e tardia industrialização portuguesa. De que forma? Sobretudo porque a sociedade oitocentista era ainda claramente orientada, moldada, modelada e influenciada por valores, referências e atitudes de natureza aristocrático-clerical. Que valores/referências pautavam esta sociedade dominada pela aristocracia e o clero? Entre outros destacavam-se a posse e usufruto de vastas extensões de terras de onde provinham inúmeros rendimentos, a manutenção dos privilégios, isenções e imunidades, a conservação do status quo, a resistência à mudança e à inovação, a conservação da ordem e estabilidade sociais dominantes etc. Em suma as mentalidades do clero e da aristocracia terratenente e latifundiária oitocentistas e as próprias estruturas sociais e económicas da época, eram completamente “avessas” e contrárias ao espírito de industrialização e às suas respetivas mudanças. Tratavam-se claramente de interesses bastante divergentes e antagónicos. Acima de tudo as classes dominantes estavam unicamente interessadas na manutenção e estabilidade do sistema/estrutura social existente, não estando por isso recetivas a quaisquer transformações e mudanças estruturais.

Afirma Joel Serrão que «*a lógica do sistema, imposta pela dinâmica aristocrático-eclésiástica da estrutura social, impunha assim, a desnecessidade de progressos no campo da exploração agrária [e da industrialização].*»¹²² Em suma a força e rigidez da dominação aristocrático-eclésiástica na sociedade portuguesa foi um fator que impossibilitou de forma determinante o processo de industrialização, sobretudo porque este impunha e pressupunha mudanças, transformações e processos que esbarravam diretamente com os interesses e posições sociais dominantes. Acima de tudo o processo de industrialização exigia condições económicas, materiais, e sobretudo, mentais de que o Portugal arcaico, rural, agrário e analfabeto não dispunha,

¹²¹ IDEM, *ibidem*, p.30

¹²² IDEM, *ibidem*, p.32

fruto de problemas de natureza histórica e estrutural. Perante estas condições era quase impossível o sucesso e avanço da industrialização nacional e das suas iniciativas e contributos inovadores e modernizadores. Só assim é possível justificar e compreender o crónico atraso económico e industrial português e as suas repercussões, efeitos e resultados, ainda hoje visíveis na atualidade.

A rigidez e imobilismo típicos da sociedade de Antigo Regime condicionaram igualmente a afirmação e consolidação de uma burguesia suficientemente forte, dinâmica e empreendedora¹²³ (tese já defendida por Jaime Reis). Joel Serrão ilustra tal realidade ao questionar que *«nessa sociedade tão “ordenada” quanto dominada pela aristocracia de mãos dadas com o alto clero, que papel ou papéis poderiam caber à burguesia e às suas atividades (...)? Só em condições muito singulares (...) a burguesia pôde desenvolver-se e imprimir, conjunturalmente, um novo dinamismo socioeconómico (...). Todavia, desde pelo menos até aos finais do terceiro quartel do século XIX, a burguesia não teve força para subverter de todo a velha, a arquitradicional ordenação social portuguesa que, embora em mudança, era capaz ainda de impor muitos dos seus cânones.»*¹²⁴ Assim como o processo de industrialização se debateu com inúmeros obstáculos e condicionalismos, de natureza sobretudo mental e normativa, o mesmo aconteceu com a burguesia que viu a sua liberdade e iniciativa coartadas pelo Estado e classes dominantes, fortemente arreigados aos seus interesses e valores. Portanto no Portugal oitocentista fracassou a única força social capaz de fomentar e dinamizar/desenvolver a industrialização – a burguesia. Nestas condições mais uma vez se tornou extremamente complexa a modernização nacional, pois o que verdadeiramente interessava era a conservação da tradicional e dogmática estrutura social com todos os seus benefícios e privilégios. Neste contexto afirma Joel Serrão, *«(...) os burgueses virtuais ou não conseguiram medrar, movendo-se em limites bem apertados, ou a despeito de todos os obstáculos, vingaram aqui ou ali. Em última alternativa (...) o burguês aspirou à aristocracia, que o acolheu, absorvendo-o no pequeno mundo dos seus próprios interesses e valores.»*¹²⁵ Tais testemunhos reforçam a ideia de que as forças e dinâmicas sociais do Portugal oitocentista, eram claramente adversas à industrialização e suas mudanças e

¹²³ Segundo Magalhães Godinho (na obra citada) a burguesia oitocentista era necessariamente restrita, pois em 1864 existiam em Portugal só dezanove cidades, sendo que apenas doze delas possuíam entre 4000 e 10 000 habitantes, cinco entre este limite e 20 000 e nenhuma entre 20 000 e 50 000.

¹²⁴ **IDEM**, *ibidem*, p.34

¹²⁵ **IDEM**, *ibidem*, p.36

transformações, pois esta viria questionar a “ordem” dominante. No fundo o processo de industrialização confrontou-se com interesses, mentalidades e concepções claramente contrários à inovação.

Se a fragilidade e inexpressividade da burguesia foi um fator que inviabilizou a indústria nacional, Joel Serrão recorda que o século XIX português pautou-se pela abundância de títulos nobiliárquicos que se refletiram num certo “aburguesamento” da sociedade, contrário ao espírito e dinâmica industriais e inovadores. Para esse fenómeno concorreu também (segundo o autor em estudo), a influência do estilo barroco sobre as classes dominantes fazendo com que estas se dedicassem ao luxo e à ostentação e não aos valores do trabalho, investimento e poupança, e indiretamente, aos processos produtivos e à industrialização. Penso que tais fatores, mais até do que os condicionalismos económicos e materiais, explicam muito do falhanço, fracasso, atraso e impossibilidade da industrialização nacional distinguindo-nos claramente dos demais países europeus onde o processo em estudo vingou. De facto foram sobretudo as mentalidades e valores dominantes que comprometeram o avanço e industrialização nacionais – realidade que ainda hoje é perceptível em múltiplas atitudes e resistências face à inovação e ao desenvolvimento.

Por último o autor salienta um outro fator histórico que direta e indiretamente condicionou o processo em análise – a “desnecessidade” da criação científica – visível desde o final do período da expansão ultramarina. Ou seja Joel Serrão afirma, que o fraco desenvolvimento científico nacional e as reduzidas apostas na ciência, inovação e conhecimento remeteram o país a um papel secundário e subalterno no panorama europeu e internacional, fazendo com que este sentisse a necessidade de importar tudo o que necessitava do exterior (produtos alimentares, técnicos qualificados, mestres e maquinarias) não fomentando e investindo na produção interna, e assim sendo, no incremento/fomento das indústrias nacionais. Em suma o Portugal oitocentista não fomentou e dinamizou as suas estruturas económicas e produtivas – realidade que acarretou claros prejuízos no domínio específico da industrialização. Joel Serrão encerra a problemática em estudo com três grandes conclusões, que considero que resumem e sintetizam muito bem o conjunto de obstáculos e condicionalismos que comprometeram e inviabilizaram o processo de industrialização português:

- I. Não se geraram oportunamente os condicionalismos não só socioeconómicos, mas também culturais e mentais, que tivessem

permitido a “adoção cumulativa da inovação”, e portanto, a industrialização;

- II. Os esforços industrializadores não se conseguiram implantar senão sectorialmente ou regionalmente (portanto de forma difusa);
- III. Os mecanismos protocapitalistas existentes foram marginais e não afetaram senão de “raspão” a essência do processo de industrialização, que era de natureza senhorial, ou até, feudal.

Ainda sobre a problemática da difícil industrialização nacional vale a pena registar os testemunhos de dois geógrafos, Orlando Ribeiro e Carlos Alberto Medeiros, que condensam de forma bastante satisfatória a informação avançada no presente capítulo. Por um lado, Orlando Ribeiro afirma que *«a Revolução Industrial veio a repercutir-se tardiamente nos países do sul da Europa, não como um produto natural do solo mas como uma corrente universal de civilização, que acabou por insinuar-se com carácter de uma influência estranha, entre as suas velhas estruturas agrárias. Este atraso inicial nunca foi compensado, e um país como Portugal figura no conjunto dos estados europeus, entre os que possuem equipamento económico menos desenvolvido (...). Dentro desta estrutura antiquada o traço dominante da economia portuguesa continua a ser a importância da agricultura.»*¹²⁶ Já Carlos Alberto Medeiros remata a temática em estudo, afirmando que *«em Portugal, como na maior parte dos países mediterrâneos, o desenvolvimento industrial é um fenómeno recente. Desprovido das fontes de energia tradicionais e de estruturas sociais dinâmicas, pela preponderância duma minoria de senhores da terra (...), o país ficou à margem das grandes transformações que acompanharam noutros territórios a Revolução Industrial (...).»*¹²⁷

Termino o presente capítulo com uma esclarecedora afirmação de Amado Mendes que resume muito bem os constrangimentos sofridos pela industrialização portuguesa: *«(...) mais do que a escassez de recursos naturais foi a falta de recursos humanos (operários, técnicos e dirigentes) devidamente preparados e atualizados, que (...)travou o ritmo da industrialização em Portugal.»*¹²⁸ Nestas condições não é difícil compreender o carácter tardio, descontínuo e lento do processo industrializador

¹²⁶ RIBEIRO, Orlando *et alii*, “A vida económica e social” in *Geografia de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1991, pp. 1181-1182.

¹²⁷ MEDEIROS, Carlos Alberto, *Portugal – Esboço breve de geografia humana*, Lisboa, Editora Terra Livre, 1976, p.79.

¹²⁸ MENDES, *ibidem*, pág. 275

português, que no dizer de Joel Serrão, *foi o que pôde ser* a partir dos condicionalismos herdados e dos meios de ação de que pôde dispor.

12. A industrialização coimbrã na transição do séc. XIX para o séc. XX

Analisada a forma como se processou a industrialização portuguesa na passagem do séc. XIX para o século XX, centremos agora o nosso estudo na evolução da indústria no caso particular da cidade de Coimbra, para dessa forma compreendermos melhor, o contexto em que surgiu a fábrica da cerveja. Como se processou a industrialização coimbricense na transição entre séculos? Que estruturas económicas caracterizavam o contexto local nesse período? Como e quando se processou a verdadeira “descolagem” industrializadora na cidade em estudo e quais os problemas que condicionaram o seu desenvolvimento? Como e quando se instalou a indústria moderna¹²⁹ em Coimbra? Estas serão algumas das questões a que procurarei responder ao longo do presente capítulo, que será particularmente interessante, pelas inúmeras semelhanças e pontos de contacto que estabelece com o conteúdo do capítulo anterior, sobretudo ao nível da caracterização do processo industrializador português.

Relativamente ao contexto específico da cidade de Coimbra, afirma Amado Mendes que *«após um primeiro surto de industrialização no último terço de oitocentos – nos ramos do sabão, da têxtil de lanifícios e, embora menos marcadamente na cerâmica -, decorre a primeira década e meia do século XX sem que se tivessem verificado progressos sensíveis na indústria coimbricense. Algumas das antigas atividades artesanais – funilaria, correaria, sapataria, carpintaria e outras já à escala industrial -, aguardava o impulso que as modernizasse ou, em alguns casos, mesmo a sua introdução em Coimbra.»*¹³⁰ Pelo que se compreende das anteriores palavras do autor em estudo, o panorama industrial de Coimbra na passagem do séc. XIX para o século XX, não era assim tão diferente comparativamente com o que então se passava no restante contexto nacional, ou seja, marcado pela presença de atividades eminentemente ligadas aos têxteis e à cerâmica, pouco exigentes em termos de qualificação/especialização da mão-de-obra. Assim sendo impõe-se a questão: como se

¹²⁹ Afirma Amado Mendes que em Coimbra, certamente devido ao menor desenvolvimento industrial, o uso do termo *indústria* só nos anos de 1860 se terá tornado relativamente comum, apesar dos progressos registados nessa área não serem ainda muito significativos. Em Portugal segundo Joel Serrão, o mesmo conceito alcançou o sentido que hoje lhe concedemos nas décadas de 1830 e 1850.

¹³⁰ MENDES, José Maria Amado, “Coimbra no primeiro quartel do século XX (aspectos económico-sociais)” in *Revista Biblos*, vol. LX, Coimbra, 1984, pp. 385-394.

caracterizava o tecido económico e industrial de Coimbra no final do século XIX e quais as atividades predominantes?

Relativamente a este período, a tese de doutoramento do Prof. Doutor Amado Mendes revela-se mais uma vez preciosa. Nela o autor afirma que «o *artesanato e a manufatura* (como formas pré-industriais) e a *pequena indústria* – dominavam o panorama industrial da área coimbrã, nas últimas décadas de oitocentos¹³¹ (principalmente entre 1860 e 1880), tanto em relação ao número de estabelecimentos como à respetiva mão-de-obra. Tratava-se de uma *produção em pequena escala*, destinada fundamentalmente ao mercado local e regional. A esmagadora maioria das atividades dizia respeito a funções do quotidiano – alimentação, vestuário, calçado e alojamento – tendo a fraca concorrência e o tardio desenvolvimento dos meios de transporte contribuído para a sua manutenção, em percentagem considerável, até aos finais do século XIX.»¹³²

Predomínio da pequena indústria, produção em pequena escala com vista ao autoconsumo e ao comércio local/regional, fraca concorrência, domínio de atividades económicas pouco exigentes em termos da qualificação e especialização da mão-de-obra (manufaturas e artesanato), fraco desenvolvimento dos meios de transporte e vias de comunicação – eram estas as características mais marcantes da indústria conimbricense nos finais do séc. XIX, que como ficou exposto no capítulo anterior, não diferiam muito do que se verificava no resto do país. Se no capítulo anterior caracterizámos o processo industrializador português, como tendo sido predominantemente lento e tardio, o mesmo podemos afirmar relativamente à evolução industrial da cidade de Coimbra durante o período em estudo.

Enunciados os traços mais marcantes da indústria coimbrã, foquemos a atenção no conceito de *pré-indústria*. Que significado atribuir a este termo?

No contexto do processo de industrialização, “*pré-indústria*” designa um conjunto de atividades típicas do Antigo Regime (como por exemplo o artesanato e as manufaturas), que se destinavam essencialmente ao autoconsumo doméstico/familiar e ao mercado local/regional. Ora José Maria Amado Mendes referindo-se ao panorama industrial coimbrão no final do século XIX, defende precisamente a permanência da *pré-indústria*. Em seguida advoga que tal persistência se deveu essencialmente à

¹³¹ Para além destas atividades a universidade continuava a assumir-se como a instituição mais importante da cidade (em termos económicos) durante o período em estudo.

¹³² IDEM, *A área económica de Coimbra – estrutura e desenvolvimento industrial (1867-1927)*, Coimbra, Comissão da Coordenação da Região Centro, 1984, pp.40-41.

conjugação de dois fatores: à tecnologia e às condições de mercado existentes na época. Relativamente à componente tecnológica, Amado Mendes refere que durante o período em estudo «a aprendizagem, como o próprio equipamento, continuavam a ser predominantemente tradicionais. Neste sentido a aquisição de conhecimento fazia-se sobretudo de forma empírica, pela própria experiência ou com os mestres artífices. (...) O equipamento por seu turno, geralmente manual e de baixo custo, possibilitou a persistência das atividades artesanais, com investimentos (...) nulos ou bastante reduzidos.»¹³³ No contexto específico da cidade de Coimbra, a persistência dos fatores anteriormente apresentados, foi responsável pela permanência de atividades de carácter eminentemente doméstico/familiar de pequena escala/dimensão, englobando um número muito limitado de investimentos, instrumentos e de mão-de-obra, visando essencialmente a satisfação das necessidades locais/regionais.

Quanto às condições de mercado, Amado Mendes diz que apesar dos lentos e ligeiros progressos verificados no sistema de transportes e comunicações, os artigos produzidos continuavam a destinar-se (como referi anteriormente) de preferência ao autoconsumo e ao mercado local. Aos dois fatores acabados de explicitar que favoreceram a manutenção da pré-indústria em Coimbra, o autor acrescenta um terceiro igualmente relevante – a associação e a cooperação entre alguns produtores durante curtos períodos de tempo. No entanto, como reitera o autor, estas associações entre pequenos produtores raramente deram lugar à formação de empresas fabris. Em suma em Coimbra durante o período em estudo, as escassas e breves associações entre produtores, em vez de se assumirem como um impulso à modernização e à industrialização locais, acabaram por promover a manutenção/permanência de estruturas económicas pré-industriais.

Conhecido em linhas gerais o cenário industrial de Coimbra no final do século XIX, coloca-se uma questão: como e quando se processou a verdadeira “descolagem” da indústria coimbrã? Amado Mendes responde à questão afirmando que foi no período compreendido entre 1915 e 1925 «(...) que a indústria coimbrã entrou finalmente na modernização, de tal modo que, se se quiser falar de take-off ou descolagem em Coimbra, ter-se-á forçosamente que localizá-la neste período.»¹³⁴ É essencialmente durante este período que são introduzidas em Coimbra certas indústrias nomeadamente as de curtumes, cerveja (que analisaremos no próximo capítulo) e porcelana. Noutro

¹³³ IDEM, *ibidem*, p. 105

¹³⁴ IDEM, Coimbra no primeiro quartel do século XX, p.392

grupo podem juntar-se as indústrias que, embora não constituindo inovação, atingiram no referido período um progresso jamais alcançado até então como as da cerâmica, têxtil (algodoeira e de malhas), moagem e massas alimentícias. Que fatores promoveram o incremento da indústria em Coimbra no período histórico em estudo?

Em primeiro lugar, apesar do seu carácter irregular penso que não foi de somenos importância o crescimento demográfico, registado ao longo das primeiras três décadas do século XX.¹³⁵ Outro fator relevante para o incremento das relações económicas, comerciais e industriais, foi a inauguração da tração elétrica a um de Janeiro de 1911. O desenvolvimento da rede rodoviária¹³⁶, e paralelamente dos veículos motorizados, em particular nos anos vinte e seguintes, foi igualmente preponderante para o processo de industrialização local. Apesar da importância exercida pelos fatores indicados anteriormente, foi o final da Grande Guerra (1914-1918) que viria a contribuir de forma decisiva e marcante para o surto de industrialização coimbricense. Tal facto refletiu-se por exemplo no aumento da criação de sociedades industriais, sobretudo entre 1920 e 1924. Amado Mendes ilustra a influência do final da Primeira Guerra Mundial no arranque da indústria em Coimbra, afirmando que se verificou um salto qualitativo na vida económica da cidade após o referido acontecimento.

Descrito o processo de “descolagem” da indústria coimbrã, ao longo das primeiras décadas do século XX, é importante conhecer os principais problemas/constrangimentos com que as recém-criadas unidades industriais foram confrontadas. Como se financiavam as indústrias no contexto local? De onde provinham os capitais para o investimento industrial? Que papel desempenhou a banca no processo de industrialização coimbrã? Estas são algumas das questões que orientarão o conteúdo presente nas próximas linhas.

Relativamente às fontes do capital industrial, afirma Amado Mendes que «*a atividade industrial era a principal financiadora de si própria. A agricultura, sobretudo nos meios rurais e durante as primeiras décadas, constituía uma importante fonte do capital industrial. O capital proveniente do comércio, particularmente nos meios urbanos onde o fator mercado se destacava, desempenhou papel de certo relevo desde os finais do século XIX, e em especial, durante a Primeira Guerra Mundial e anos imediatos.*»¹³⁷ Das anteriores palavras do autor em estudo, podem-se retirar várias

¹³⁵ Apenas afetado pela Grande Guerra (1914-1918) e os efeitos da gripe pneumónica.

¹³⁶ A partir de 1927 foi visível um maior esforço na construção e reparação de estradas.

¹³⁷ **IDEM**, *A área económica de Coimbra*, pág. 330

conclusões: primeiramente é possível concluir que o **autofinanciamento** foi indubitavelmente a maior e mais importante (senão a única) fonte de capital industrial em Coimbra durante o período em estudo (últimas décadas do séc. XIX e início do séc. XX).¹³⁸ Em segundo lugar, destaca-se o contributo dado pelos capitais provenientes dos setores primário e terciário para o incremento da industrialização local, particularmente para as indústrias têxteis (algodoeira e de malhas), moagem, massas alimentícias, cerveja e curtumes. Em termos geográficos, a esmagadora maioria do capital investido nos empreendimentos industriais da área em estudo, provinha da própria cidade ou das zonas/localidades adjacentes bem como a mão-de-obra envolvida.

Compreendida a importância do autofinanciamento para o arranque da industrialização local, várias outras questões se impõem: e a banca? Como contribuiu para o processo em estudo? Que papel desempenhou no contexto particular da economia coimbrã? Seria frequente o recurso ao crédito bancário?

A este respeito Amado Mendes concede-nos uma resposta muito clara - *«pese embora a importância do capital investido na indústria, proveniente do comércio e da agricultura, a maioria das empresas na área de Coimbra praticava sobretudo o autofinanciamento, recorrendo ao crédito apenas esporadicamente.»*¹³⁹

As palavras do autor em estudo não deixam dúvidas: em Coimbra, à semelhança do que se verificava no resto do país durante o período em estudo, o recurso ao crédito bancário era bastante escasso/limitado, assumindo-se aos olhos dos investidores como o último recurso/opção.¹⁴⁰ Perante isto é fácil concluir que a banca teve um papel praticamente inexistente na promoção da industrialização coimbrã, ao contrário do que se verificou por exemplo, no papel exercido pela agricultura e o comércio respetivamente. Neste contexto podemos afirmar que o crédito industrial teve um papel muito mais secundário e subalterno no processo de industrialização, relativamente ao crédito comercial e agrícola.¹⁴¹

¹³⁸ Entre os principais motivos que justificavam o recurso/preferência pelo autofinanciamento contavam-se: o não agravamento dos encargos; a possibilidade de efetuar investimentos mais rapidamente e com menor burocracia; a escassez/limitação do crédito bancário. De acordo com Amado Mendes, a preferência pelo autofinanciamento ficava por vezes logo registada na escritura da constituição das sociedades, apenas se admitindo como última solução, o recurso ao crédito bancário. Em alguns casos nem sequer o recurso ao crédito externo era autorizado.

¹³⁹ **IDEM**, *ibidem*, p.335

¹⁴⁰ Em Coimbra, segundo Amado Mendes foi mais frequente a concessão de empréstimos a curto prazo, a pequenas e médias empresas, nos casos obviamente em que os empréstimos eram concedidos.

¹⁴¹ Relativamente a este assunto, Amado Mendes afirma que até à segunda metade do século XX, o crédito industrial (propriamente dito) como modalidade autónoma, não existia. Com efeito só a partir de 1918 em diante, se começou a praticar o referido crédito por parte da CGD (Caixa Geral de Depósitos), tendo esse sido um dos elementos mais importantes da recuperação do pós-guerra e dos anos vinte, embora sem grande êxito.

Concluído o papel secundário exercido pela banca no processo industrializador da cidade de Coimbra, poderemos tentar inventariar as razões a que se deviam tais limitações e constrangimentos. A esse nível, Amado Mendes salienta sobretudo a ausência de uma estrutura bancária adequada, que claramente não conseguia dar resposta à procura existente, sobretudo fora do concelho de Coimbra, pelo menos até meados dos anos vinte. Na sua tese de doutoramento, o autor em estudo dá conta destas dificuldades aludindo ao surgimento de queixas por parte da Associação Comercial de Coimbra que reivindicava a transferência da agência do Banco de Portugal da *alta* para a *baixa* da cidade, uma vez que aqui se concentrava a maioria do movimento comercial e industrial de Coimbra.¹⁴² Para além da inadequada instalação inicial das instituições bancárias e a sua deficiente cobertura do distrito, houve um outro importante fator que condicionou claramente o acesso ao crédito bancário – a prática de elevadas taxas de juro. Tal realidade fazia com que apenas as empresas de maior vulto/importância e que oferecessem maiores garantias, pudessem efetivamente recorrer e dispor do crédito bancário. Face ao que ficou exposto torna-se óbvia a conclusão de Amado Mendes relativamente ao facto da banca, na área económica e industrial de Coimbra, apenas ter sido muito limitadamente dinamizadora. No contexto específico em estudo, podemos assim concluir que a indústria foi ela própria muito mais financiadora, do que financiada por parte das instituições bancárias.

Termino o presente capítulo com uma afirmação de Amado Mendes que prima pela sua relevância e atualidade - «*em Portugal a escassez de capital investido na indústria e as reduzidas facilidades na obtenção de crédito têm sido apontadas como responsáveis (em grande medida), pela incipiente industrialização.*»¹⁴³ Ao avaliarmos a lenta e tardia industrialização não apenas nacional (mas também local), são estes os principais aspetos a ter em conta: a) escassez de capitais para investimento b) limitações/constrangimentos na obtenção de crédito bancário c) fraca intervenção/participação da banca na dinamização da indústria d) prática de elevadas taxas de juro. De forma muito resumida foram estes os principais fatores que condicionaram a industrialização na cidade de Coimbra, durante o período em estudo.

Ontem como hoje os problemas, as limitações e os condicionalismos à industrialização portuguesa repetem-se embora num outro cenário – o da globalização

¹⁴² Apesar das queixas apresentadas, segundo Amado Mendes, só seria encontrada uma solução em 1912 com a transferência da agência do Banco de Portugal para as novas instalações da Portagem, onde ainda hoje se mantém.

¹⁴³ **IDEM**, *ibidem*, p. 341

das atividades económicas e comerciais – sob pena de não cometermos anacronismos. Ontem como hoje as indústrias portuguesas curiosamente parecem ser confrontadas com os mesmos obstáculos e dificuldades, continuando à procura de novas soluções, caminhos e oportunidades. Talvez a experiência histórica possa conter parte dessas soluções, que as indústrias portuguesas ontem como hoje continuam a desejar para a garantia da sua sustentabilidade e sobrevivência, num mundo claramente marcado pela terciarização das sociedades contemporâneas.

13. Fábrica da Cerveja de Coimbra: Nascimento e Evolução

Analisado em linhas muito gerais o processo de industrialização nacional, e mais concretamente da cidade de Coimbra, na transição do século XIX para o século XX dispomos agora do enquadramento histórico e económico indispensável para compreender a instalação/fixação da fábrica da cerveja – tema central do presente relatório.

Como nasceu e evoluiu a indústria em estudo? Qual a origem dos capitais investidos? De que áreas e atividades económicas provinham os investidores? Como justificar o declínio e posterior encerramento de uma das fábricas mais importantes da cidade? Estas são as referências que orientarão o conteúdo das próximas linhas.

Relativamente à tradição da indústria cervejeira, afirma Amado Mendes que «*o fabrico da cerveja conheceu em Portugal algum desenvolvimento ainda no século XIX. Assim sendo em 1883 já havia em Lisboa seis fábricas de cerveja. Em 1890, sete fábricas de gasosas, licores, conhaques e cerveja do Porto reuniram-se para fundar a Companhia da União Fabril Portuense.*»¹⁴⁴ Apesar desta tradição, a indústria fabril cervejeira só viria a ser introduzida em Coimbra, no final do primeiro quartel do século XX, por intermédio da firma *Cerveja de Coimbra Lda* – dedicada ao fabrico e venda de cerveja, gelo e bebidas gasosas. Constituída em 1922, com o capital social de trezentos contos, a empresa viria a instalar-se na Avenida Emídio Navarro.¹⁴⁵ Contudo a fábrica

¹⁴⁴ **IDEM**, *ibidem*, p. 215

¹⁴⁵ Segundo Amado Mendes a formação desta sociedade por quotas foi uma iniciativa de carácter local, uma vez que residiam em Coimbra ou aqui tinham a sua sede, os **nove** sócios fundadores (sete indivíduos e duas firmas). Entre os sócios contavam-se: António Augusto das Neves, Francisco da Cruz, António Figueiredo, Cândido Sotto Mayor e Lopes Seco. Ver **anexo XV**. Dos sete sócios **cinco** eram comerciantes, **um** proprietário e **outro** industrial, constatando-se que grande parte do capital investido provinha do mundo dos negócios. A partir de 1924, a natureza da sociedade modificou-se (passa de sociedade por quotas a sociedade anónima de responsabilidade limitada), passando a designar-se por *Companhia da Cerveja de Coimbra* – contando com os investimentos de três novos sócios. Entre eles contava-se a sociedade bancária Pinto e Sotto Mayor (com sede em Lisboa), que em ações e dinheiro passou a subscrever 575 contos, isto é, 39,5% no conjunto total do capital social da Companhia da Cerveja. A este respeito diz Amado Mendes, que a participação bancária, mais do que uma iniciativa deveu-se a uma

só iniciaria a sua produção a partir de 1924, mantendo-se na referida avenida,¹⁴⁶ durante mais de três décadas. No contexto específico da Avenida Emídio Navarro, a fábrica da cerveja notabilizar-se-ia pelo convívio e sociabilidade da sua cervejaria, realidade bem presente na memória coletiva conimbricense. Relativamente aos últimos vestígios deixados pela primeira unidade fabril da cerveja, basta dizer que foram demolidos em 1982 dando lugar às atuais galerias Topázio bem como a uma unidade hoteleira – o Íbis¹⁴⁷. No entanto a cervejaria da fábrica permaneceu aberta ao público até 1992. Enfim foram estas as soluções adotadas num tempo em que a arqueologia industrial não era ainda devidamente valorizada. Relativamente ao valor simbólico dos edifícios Topázio, afirma Margarida Gomes que estes «(...) *perpetuaram uma marca, uma memória e um espaço de encontro que já reuniu várias gerações de conimbricenses.*»¹⁴⁸

Do que ficou registado relativamente à constituição/formação da fábrica da cerveja de Coimbra (em rodapé) podem retirar-se as seguintes conclusões: a) À semelhança do que se disse no capítulo anterior, a proveniência geográfica dos investimentos/capitais era de carácter local (ou seja da própria cidade ou áreas/zonas adjacentes) b) Na fábrica em estudo, como acontecia na maioria das indústrias da época, os capitais para o investimento industrial provinham essencialmente do comércio e da agricultura c) O autofinanciamento era a fonte de capital mais comum na época em estudo d) A intervenção da banca na indústria era limitada ocorrendo, no caso da fábrica em estudo, a pedido dos próprios industriais/investidores.

À medida que a fábrica em estudo foi evoluindo, as condições oferecidas pelo espaço em que se encontrava (na Avenida Emídio Navarro), foram deixando de corresponder às suas necessidades e exigências. É neste contexto que a três de Outubro

solicitação da firma para o maior desenvolvimento dos seus negócios e ampliação do objeto social. De maior alcance, foi no entanto o processo de concentração empresarial verificado nos anos trinta (1934), onde a Companhia da Cerveja de Coimbra juntamente com mais cinco empresas do ramo (Companhia Produtora de Malte e Cerveja Portugália, Companhia de Cervejas Estrela, Fábrica da Cerveja da Trindade, Companhia de União Fabril Portuense e Fábrica de Cerveja Jansen), vão dar origem à *Sociedade Central de Cervejas*. O capital social da fábrica da cerveja de Coimbra foi crescendo exponencialmente de 300 contos (em 1922), para 500 (em 1923) e depois para 1600 em 1924. Entre os principais motivos que levaram à concentração de todas as marcas na Sociedade Central de Cervejas, contam-se a grande concorrência entre os produtores nacionais agravada pela exiguidade do mercado interno e os efeitos da crise económica de 1929-1932 que se refletiram na redução de consumo e do respetivo poder de compra dos consumidores. No final o objetivo da SCC consistiu em transformar um conjunto de pequenas fábricas num grande grupo económico, constituído por unidades modernas conduzidas por especialistas nacionais.

¹⁴⁶ Ver **Anexo III**.

¹⁴⁷ Em 1989 o terreno da Av. Emídio Navarro foi vendido a uma empresa do grupo Amorim – a IMOBIS (Empreendimentos Imobiliários Amorim S.A). A IMOBIS ao adquirir o terreno teve como objetivo a edificação de um hotel e de um conjunto imobiliário para escritórios, comércio e estacionamento de viaturas ligeiras, designado por edifícios *Topázio*. A inauguração da parte hoteleira concretizou-se em Janeiro de 1994 enquanto a parte comercial e os escritórios seriam inaugurados em Dezembro do mesmo ano. Ver anexo **XVI**.

¹⁴⁸ **GOMES**, Margarida Maria Reis, *A reconversão de antigas espaços industriais*, Coimbra, IEG, FLUC, 1995, p. 121.

de 1959 são inauguradas novas instalações no Loreto.¹⁴⁹ Aqui a indústria dispunha não só de mais espaço para a sua expansão, tecnologia mais moderna bem como da proximidade da linha férrea e da estrada nacional nº 1, que estabelecia a ligação ao Porto e a Lisboa. No Loreto a empresa viria a ficar conhecida pela produção das famosas cervejas – Ónix e Topázio¹⁵⁰ – que beneficiavam da elevada qualidade das águas da cidade.

Quanto à estrutura/organização das novas instalações da fábrica da cerveja fixadas no Loreto, diz Bruna Ferreira, que «(...) a entrada era marcada por um grande átrio que distribuía as diversas funcionalidades da fábrica (...). O piso inferior era composto por quatro caves de guarda, que através de uma ampla escada dava acesso ao átrio de entrada e aos restantes pisos superiores. No piso principal da fábrica estavam instaladas as caldeiras geradoras de vapor, uma zona de empastagem e um armazém de lúpulo¹⁵¹ (...). No lado poente situava-se o cais de cargas e descargas e junto a esta área encontrava-se a receção de vasilhames, a expedição e receção de barris de cerveja e o depósito de barris cheios. Nos andares superiores do edifício dos silos situavam-se a aparelhagem de movimentação de maltes¹⁵², as bocas dos silos e o tanque de água.»¹⁵³ De acordo com a autora em estudo em termos gerais a volumetria do edifício pautava-se pela horizontalidade e pela clareza da sua organização interna.

Em termos temporais o período de maior expansão/evolução da fábrica em estudo, correspondeu ao final da década de sessenta do século passado. Por esta altura na zona industrial Loreto-Pedrulha funcionavam cerca de vinte unidades fabris. A fábrica da cerveja de Coimbra assumiu uma tal relevância, que chegou inclusivamente a formar uma equipa de futebol. Em 1962 a empresa sofreu uma ampliação nas suas instalações, com a construção de armazéns, gabinetes e oficinas de aparelhos de extração de cerveja. No ano seguinte seria construída uma sala de receção e mais dois gabinetes.¹⁵⁴

A partir da década de 1990, afirma Bruna Ferreira, «(...) a indústria entrou em decadência e encerraram várias unidades industriais. Neste âmbito, iniciou-se um

¹⁴⁹ Ver **Anexo XVII**.

¹⁵⁰ Ver **Anexo XVI**.

¹⁵¹ Planta trepadeira utilizada no fabrico da cerveja.

¹⁵² Cevada que moída serve para a produção de cerveja.

¹⁵³ **FERREIRA**, Bruna Daniela Caleiro, *A arquitetura industrial em Coimbra no século XX – a zona industrial da Pedrulha*, Dissertação de mestrado integrado em arquitetura apresentada á FCTUC, Coimbra, 2012, 227 p.

¹⁵⁴ De acordo com as informações de Bruna Ferreira que consultou o respetivo arquivo da Câmara Municipal de Coimbra.

*processo de total abandono da zona industrial da Pedrulha.»*¹⁵⁵ Indubitavelmente foi a partir das décadas de oitenta e noventa do século passado, que não apenas a fábrica da cerveja de Coimbra, mas toda a área industrial Loreto-Pedrulha, entrou numa fase de completo abandono e declínio que infelizmente permanece até aos nossos dias.

Acerca deste assunto Maria de Lurdes Roxo Mateus destaca «(...) *o facto do concelho de Coimbra ocupar, em 1981, o sétimo lugar em termos de população ativa afeta ao setor secundário dentre os concelhos do distrito, enquanto em 1970 estava em segundo lugar precedido apenas pelo da Lousã. A tendência para a terciarização das sociedades urbanas, em detrimento da função secundária, esteve aqui bem patente. De facto enquanto os concelhos vizinhos de Coimbra tentaram incentivar e desenvolver o seu parque industrial aquele estagna, deixando-se ultrapassar por autarquias que há cerca de um decénio não eram mais do que reservas de mão-de-obra, parte dela afeta às atividades transformadoras sedeadas no centro urbano.»*¹⁵⁶

A 21 de Novembro de 1991, a fábrica da cerveja encerraria a sua linha de produção no Loreto, e conseqüentemente, 120 trabalhadores foram convidados a sair com uma indemnização. Desde então a fábrica manteve apenas ativa a linha de engarrafamento, com uma capacidade de 70 milhões de enchimentos entre barris e garrafas da marca Sagres, empregando ainda cerca de 200 trabalhadores. Desde então as cervejas de Coimbra (Topázio e Ónix), nunca mais voltaram a ser fabricadas na cidade.

Em 1998, segundo Bruna Ferreira, entrou na Câmara Municipal de Coimbra um projeto de remodelação das instalações da fábrica da cerveja (mais concretamente de remodelação das fachadas principais do edifício), que embora tendo sido aprovado não chegou a ser concretizado. A situação da empresa foi-se deteriorando até que em 2002, a Câmara Municipal de Coimbra deu um parecer negativo em relação à licença de utilização, e a fábrica da cerveja acabou por encerrar, contando nesse momento com pouco mais de cinquenta trabalhadores. Desde então o edifício tem sido votado ao abandono e à degradação, sendo palco de sucessivos atos de roubo e vandalismo.¹⁵⁷ Finalmente em Agosto de 2006 iniciou-se um processo de demolição das antigas instalações da fábrica, que acabou pouco tempo depois por ser embargado por parte da Câmara Municipal de Coimbra. Desde então a degradação do edifício tem vindo a

¹⁵⁵ **IDEM**, *ibidem*, pág. 225

¹⁵⁶ **MATEUS**, Maria de Lurdes Póvoa da Fonseca Roxo, *Campos de Coimbra – do rural ao urbano*, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUC, Coimbra, 2009, p.181.

¹⁵⁷ Atualmente as instalações devolutas da fábrica servem também de espaço para a prática de atividades criminosas e ilegais como o desmantelamento de viaturas furtadas. Em Outubro de 2010 as antigas instalações da empresa foram alvo de um violento incêndio. Trata-se na verdade de uma autêntica “fábrica-fantasma”.

intensificar-se¹⁵⁸, sem que no horizonte se desenhem, novas perspetivas de recuperação ou reconversão ou até de aproveitamento museológico. Por todas estas razões a fábrica da cerveja de Coimbra, assim como toda a área industrial Loreto-Pedrulha, assume-se hoje como um verdadeiro desafio ao planeamento e ordenamento do território.

Do ponto vista da proteção, salvaguarda e valorização do património industrial existente a nível local, perdeu-se a oportunidade de construir um museu da cerveja em Coimbra, convertendo-o num ponto com interesse/importância não apenas turística e cultural mas também pedagógica e didática, aproveitando para isso os últimos vestígios presentes nas antigas instalações. Em termos práticos poderia ter sido aproveitada e preservada (por ex.) alguma maquinaria dedicada à produção da cerveja, senão de forma total pelo menos parcial. Numa outra perspetiva, e pensando em soluções mais vocacionadas para o aproveitamento turístico, seria importante apostar por exemplo na instalação de painéis nas antigas instalações (depois de devidamente requalificadas), através dos quais turistas e visitantes tomariam contato com a história da cerveja e da fábrica, os métodos de produção, o funcionamento das cadeias de produção, ou quem sabe, provar a bebida no próprio local em “primeira mão”. Enfim um mundo de oportunidades e perspetivas que poderiam ter sido equacionadas caso a fábrica em estudo não estivesse inevitavelmente condenada ao abandono, degradação e esquecimento por parte das diversas entidades e poderes responsáveis.

14. Relevância do Estudo do Património/Arqueologia Industriais

Uma vez que o presente trabalho é dedicado à temática do património industrial (sua preservação e valorização), penso fazer todo o sentido reservar um pequeno capítulo onde refletimos um pouco sobre estes aspetos ainda que de forma muito superficial e incompleta.

Relativamente ao aparecimento e afirmação do conceito de arqueologia industrial, afirma João Paulo Avelãs Nunes que *«foi no mundo do pós Segunda Guerra Mundial – e mais concretamente na Bélgica e no Reino Unido – países pioneiros em termos da Revolução Industrial, que surgiram as preocupações e empenhamentos, as personalidades e associações (ou entidades de outra natureza), as propostas e iniciativas fundadoras da arqueologia industrial.»*¹⁵⁹ Portanto torna-se claro que

¹⁵⁸ Ver **Anexo XI**.

¹⁵⁹ NUNES, João Paulo Avelãs, “Arqueologia industrial, património cultural, nova história regional e local” in *Revista Vértice*, II série, nº 73, Julho/Agosto de 1996, p. 103.

estamos na presença de um ramo/vertente da arqueologia muito recente. Apesar disso Avelãs Nunes defende que esta área do saber, estruturada nas décadas de quarenta e cinquenta do século XX, não colhe «(...) no universo dos especialistas em arqueologia industrial, unanimidade quanto aos limites temáticos e cronológicos, quanto à sua natureza e função sociais.»¹⁶⁰ Pelo que ficou exposto fica clara a ideia de que a arqueologia industrial na atualidade continua a ser alvo de inúmeras controvérsias a vários níveis. Que fatores contribuíram para a promoção/difusão do conceito em estudo?

Apesar de existir todo um quadro de acontecimentos responsável pela realidade em estudo, recorrerei novamente aos fatores avançados pelo autor mencionado anteriormente. No seu entender foram quatro os fatores que contribuíram de forma decisiva para a valorização da arqueologia e património industriais, a saber: a) as sequelas/consequências da Segunda Guerra Mundial (destruição, reconstrução e renovação/transferência de tecnologias em larga escala); b) o aumento da importância das classes trabalhadoras, classes médias e operariado e dos seus valores, ideologias, interesses, comportamentos, estruturas representativas e modalidades de organização e participação (sindicatos, partidos políticos e associações culturais); c) a renovação dos conceitos de “cultura” e de “função social da cultura” bem como a aceitação das exigências de democratização do acesso à cultura e à educação; d) por último a democratização ou o alargamento do conceito de património. De forma muito sumária foram estes os principais fatores que direta e indiretamente contribuíram para o nascimento e posterior expansão, difusão e afirmação do conceito de arqueologia industrial.

Dada a sua abrangência/dispersão geográfica e poder de destruição, sobretudo junto de instalações, estruturas, equipamentos e complexos industriais, obviamente que o impacto da Segunda Guerra Mundial contribuiu de forma decisiva para as questões da salvaguarda, proteção e valorização do património industrial e sua respetiva inventariação. A partir daí, como afirma o autor em estudo, a arqueologia industrial começou a dar os seus primeiros passos. Por outro lado não será errado afirmar que a arqueologia industrial evoluiu à medida que se foram alterando, sucedendo e transformando paradigmas de diversa ordem/natureza na transição do século XIX para o século XX (sobretudo a nível cultural, mental e social). Em termos concretos, podemos afirmar que o conceito de património refletiu/sofreu as mudanças e transformações

¹⁶⁰ IDEM, *ibidem*, p. 103

inerentes ao processo de transição do Antigo Regime para o Liberalismo. Avelãs Nunes ilustra esta realidade ao afirmar que «*de uma leitura monumentalista, elitista, nacionalista, etnocêntrica, alienante e socialmente discriminatória, dominante desde os finais do século XVIII e inícios do século XIX, o conceito de património cultural foi evoluindo para interpretações e vivências mais abrangentes e diversificadas, complexas, problematizantes e democráticas.*»¹⁶¹ Em suma o conceito de património sofreu de forma muito visível as transformações decorrentes das Revoluções Liberais, e assim sendo, da progressiva afirmação do papel e protagonismo das classes populares. Compreendido este contexto não é difícil perceber a evolução do conceito de arqueologia industrial. À medida que as classes populares e seus valores, formas de sociabilidade e organização e atividades foram adquirindo cada vez maior visibilidade na sociedade, reivindicando o acesso à cultura, à educação e ao saber, obviamente que os conceitos de património e de cultura se foram alargando, transformando e democratizando. Tal realidade foi-se tornando mais notória à medida que as sociedades contemporâneas se foram massificando e complexificando.

Se até ao período das Revoluções Liberais o acesso à cultura/saber e a fruição do património estavam reservados às elites (monarcas, Igreja, famílias da nobreza), funcionando como elementos de afirmação do poder e do status quo, com o advento dos Regimes Liberais e o fim dos privilégios, títulos e distinções nobiliárquicos, os conceitos em análise alteraram-se profundamente. Em suma os conceitos de cultura e património acompanharam o processo de democratização da sociedade contemporânea. Progressivamente tais conceitos passaram a integrar vários elementos/contributos oriundos não só das culturas eruditas como também das culturas populares e de massas, promovendo um maior intercâmbio/ diversidade culturais bem como o combate às desigualdades/diferenças socioeconómicas, socioculturais, sexuais, étnicas, geográficas e etárias. Em suma tal processo desembocou numa renovação do universo do património cultural.

Em virtude de todas as alterações descritas anteriormente a arqueologia industrial converteu-se no dizer de Avelãs Nunes numa área que visaria «*quer preservar e promover a fruição dos mais importantes vestígios (materiais e outros) produzidos pelas sociedades industriais e pós-industriais (património industrial), quer dinamizar a tomada de consciência crítica e o debate acerca das características e das hipóteses de*

¹⁶¹ IDEM, *ibidem*, p. 105

*evolução futura das economias e sociedades estruturadas ao longo da época contemporânea.»*¹⁶²

Relativamente à relevância do estudo da arqueologia industrial afirma José Maria Amado Mendes que «*o estudo do património industrial, por meio da arqueologia industrial e não só – possibilitará e facilitará a entrada na história do povo anónimo, de objetos do quotidiano, da tecnologia, de processos de trabalho, de saber-fazer, de artigos diversos, de meios de transporte e comunicações, ou mesmo de utensílios e equipamento doméstico, desde os mais tradicionais aos eletrodomésticos mais sofisticados das casas, também já chamados de inteligentes.*»¹⁶³ Por tudo isso a arqueologia industrial amplia a possibilidade de conhecimento do passado e aumenta a compreensão da experiência humana nos seus mais diversos aspetos.

Quanto às potencialidades inerentes ao património industrial poderemos enumerar de forma muito sintética as seguintes:

- I. Museologia/Centros de interpretação – para isso é indispensável a formação e qualificação de técnicos especializados bem como a respetiva inventariação, levantamento e respetiva divulgação do património a preservar/conservar (em parceria com as autarquias, escolas, Estado, comunidades locais etc.)
- II. Investigação e educação – o património industrial encerra/concentra inúmeras potencialidades didáticas e pedagógicas: como complemento ao ensino formal, à escola e aos manuais/programas escolares; como alternativa a um ensino demasiado expositivo, livresco e abstrato; como estratégia de motivação e de aprendizagem; como elemento de contacto com as fontes históricas, objetos de outrora e o património e história locais; como via de acesso à cultura e ao saber; como elemento de compreensão dos grandes fenómenos e acontecimentos históricos bem como das grandes transformações e inovações tecnológicas; como instrumento de ensino interdisciplinar.
- III. Memória, herança e identidade – o património industrial enquanto importante “cimento” de ligação entre o passado, o presente e o futuro da identidade e memória das populações e comunidades locais.

¹⁶² IDEM, *ibidem*, p. 104

¹⁶³ MENDES, José Maria Amado, “A Arqueologia Industrial ao Serviço da História Local” in *Revista de Guimarães*, nº 105, 1995, p. 214.

- IV. Turismo cultural e comércio – Elementos/vestígios do património industrial devidamente estruturados, sinalizados e tratados (como por exemplo oficinas, fábricas, gasómetros, centrais térmicas e hidroelétricas, complexos mineiros e mercados) se possível em plena atividade, podem transformar-se em produtos turísticos, geradores de capitais, capazes de atrair turistas e visitantes e dessa forma incentivar e dinamizar as economias, negócios e comércios locais (ex. serviços de hotelaria e restauração, lojistas etc.). A integração do património industrial nos circuitos e pacotes turísticos, poderá também constituir uma mais-valia para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das populações.

Em suma o património industrial poderá assumir-se como um importante fator de desenvolvimento, sobretudo a nível local, ao serviço das comunidades. Face ao que ficou exposto torna-se fácil concluir, no dizer de Amado Mendes, que o património industrial se assume como um precioso bem cultural ao alcance não só da escola como também de toda a comunidade.

15. Aplicação Didática

Só terá significado estudar os conteúdos deste relatório, se no final tivermos em conta a sua aplicação didática. Apesar de não ter aplicado em contexto letivo a proposta que apresentarei em seguida, dados os condicionalismos inerentes ao estágio, penso que a sua concretização seria perfeitamente exequível desde que fosse devidamente planificada e organizada pelo professor dinamizador em colaboração com os alunos, a direção da escola (representada pelo conselho diretivo) e o respetivo grupo disciplinar de História e Geografia. Neste sentido teria de ser previamente elaborada uma calendarização das atividades a desenvolver, bem como uma planificação atempada, sujeitas a aprovação por parte do conselho diretivo e/ou conselho pedagógico da escola. As iniciativas teriam ainda de ser devidamente inseridas no plano anual de atividades a desenvolver na escola ao longo do ano letivo.

Feitas estas considerações iniciais, avançarei então para a apresentação das possíveis/eventuais aplicações/atividades didáticas relacionadas com os conteúdos científicos em estudo. Em termos gerais, o meu objetivo consistia na

organização/montagem de uma exposição temática¹⁶⁴ de cartazes/cartolinas, a partir da elaboração de trabalhos de grupo. Esta exposição seria realizada no átrio de entrada da escola (utilizando o espaço e os placards aí existentes), beneficiando do apoio das técnicas/colaboradas da biblioteca. Obviamente que a realização desta atividade estaria dependente da autorização do conselho diretivo relativamente à ocupação do espaço, ao qual o professor dinamizador teria de dirigir um documento escrito¹⁶⁵. Ao conselho diretivo seria ainda solicitada uma lista de materiais necessários para a realização da atividade proposta.¹⁶⁶

A exposição seria realizada por três turmas de 9º ano (afetas ao núcleo de estágio) no contexto das disciplinas de História e Geografia, e a sua apresentação/organização coincidiria com o final de um período letivo. Em termos práticos a exposição estaria presente no átrio de entrada da escola durante uma semana.

A atividade proposta seria realizada conjuntamente com os dois colegas de estágio, no caso o Cláudio Brito e o Luís Santos, que desenvolveriam com as suas respetivas turmas diferentes temas de trabalho/investigação. No primeiro caso, o colega desenvolveria trabalhos relacionados com as transformações espaciais e urbanas ocorridas na cidade de Coimbra durante o século XX. Já o colega Luís Santos, desenvolveria trabalhos relacionados com as transformações económicas, funcionais e comerciais registadas na baixa da cidade durante o período assinalado. No meu caso seriam desenvolvidos trabalhos relacionados com as transformações industriais verificadas na cidade em estudo, desde os inícios do século XX até à atualidade. Face ao que ficou exposto, uma questão se impõe – porquê a escolha destas temáticas para a organização de uma exposição na escola?

Simplesmente porque se tratam dos temas a que dedicámos os nossos relatórios de estágio, no âmbito do 2º ciclo em ensino de História e Geografia. Portanto o tema geral da exposição a desenvolver seria – “As grandes transformações espaciais, funcionais e industriais da cidade de Coimbra durante o século XX” (sob uma perspetiva histórico-geográfica). Em termos práticos cada estagiário teria portanto de tratar um grupo de transformações ocorrido na cidade (de acordo com o objeto de

¹⁶⁴ Segundo Ana Maria Pessoa, «expor os trabalhos realizados pelos alunos em diversas épocas do ano, é uma tarefa a que quase todos os professores recorrem para mostrar à escola o resultado dos ensinamentos ministrados.» (PESSOA, Ana Maria, *Como organizar uma exposição?*, Setúbal, 1991, p.5). Esta atividade porém, nem sempre se enquadra na planificação anual da disciplina, e em vez de surgir como a realização prática da teoria, mais não é do que uma forma do professor se autovalorizar e uma ação paralela (sem com ela apresentar qualquer ponto de contacto) ao ensino ministrado na aula.

¹⁶⁵ Ver **Anexo XVIII**.

¹⁶⁶ Ver **Anexo XVIII**.

estudo do seu relatório), no contexto das suas respetivas turmas. Em termos de enquadramento curricular, a temática da exposição poderia ser enquadrada em qualquer unidade do programa de História do 9º ano, não necessitando de uma aplicação específica/particular. Contudo seriam estabelecidas (de forma preferencial) as devidas relações com o estudo/valorização da história, cultura, identidade e património locais¹⁶⁷.

Já no contexto da disciplina de Geografia, a temática das transformações industriais ocorridas na cidade de Coimbra, mais concretamente a problemática da desindustrialização e dos seus efeitos, poderia ser perfeitamente enquadrada no Tema 6 do programa curricular dedicado ao “Ambiente e Sociedade”, mais concretamente, no subtema relativo aos “Impactes Ambientais da Atividade Humana” e, por fim, na unidade didática correspondente aos “Problemas da Biosfera”. Numa outra perspetiva a temática poderia ser igualmente integrada na unidade didática dedicada às “Estratégias de preservação do património – A preservação do património cultural e natural da Humanidade”, uma vez que o património industrial também integra o designado património da Humanidade. No fundo esta exposição assumir-se-ia como um trabalho de projeto a desenvolver no contexto das disciplinas de História e Geografia ao longo do ano letivo, e teria como principal objetivo, dar a conhecer a toda a comunidade escolar um pouco da história, cultura, economia e património locais, sensibilizando para as principais transformações ocorridas na cidade de Coimbra ao longo do século XX, sobretudo a nível urbano-espacial¹⁶⁸, económico-funcional e industrial. Paralelamente seria um projeto onde seriam desenvolvidas algumas metodologias de trabalho específicas da Geografia como o trabalho de campo, o uso da imagem/fotografia, mapas bem como da cartografia – indispensáveis para a compreensão e domínio do espaço/paisagem. Numa outra perspetiva o projeto permitiria aos alunos obter uma outra perceção sobre a importância e o funcionamento das atividades económicas bem como

¹⁶⁷ Segundo Maria Cândida Proença, «o estudo da história local tem como principais objetivos: reconstituir as condições de vida dos diversos grupos sociais num determinado período histórico, analisando os aspetos de produção material, estruturação social ou de mentalidades.» (PROENÇA, Maria Cândida, *Didática da História*, Lisboa, Universidade Aberta, 1989, p. 201). Entre as principais potencialidades deste tipo de investigação contam-se: a compreensão mais profunda da unidade/diversidade nacional; o confronto das particularidades/especificidades regionais com a situação nacional; a inserção do aluno no meio em que vive e na realidade da sua comunidade; a participação, contacto e envolvimento com as instituições, coletividades e património locais; o contacto com as fontes históricas; a prática do método de investigação histórica; uma relação mais íntima com o passado traduzida numa melhor compreensão dos fenómenos históricos etc.

¹⁶⁸ No contexto da disciplina de Geografia, o interesse das temáticas em estudo reside no dizer de Raquel Soeiro de Brito, no facto do «*espaço ser o ponto de encontro entre a investigação histórica e a investigação geográfica.*» (BRITO, Raquel Soeiro de, *Didática da Geografia*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990, p. 163). Ou seja os temas propostos para os trabalhos de grupo são relevantes na medida em que se desenvolvem num mesmo espaço geográfico. Para além disso dão conta das consequências, efeitos e alterações provocados pelas atividades humanas no contexto da cidade de Coimbra, sob o ponto de vista urbano, funcional e industrial.

dos diferentes setores de atividade, sensibilizando-os para a relevância das dinâmicas espaciais bem como para conceitos como o capital, o trabalho, os meios de produção etc.

Em termos urbano-funcionais (temática a tratar pelo colega Cláudio Brito), a exposição daria conta do alargamento do espaço urbano da cidade e dos seus limites geográficos, em virtude do crescimento demográfico e industrial, e o seu impacto nos espaços rurais envolventes. Este grupo de transformações poderia ser perfeitamente conciliado com as alterações funcionais-económicas (desenvolvidas pelo Luís Santos). Neste aspeto a exposição incidiria sobre as principais alterações funcionais ocorridas nas ruas, lojas de comércio e serviços presentes na baixa de Coimbra ao longo do século XX (tendo em conta o seu passado histórico bem como as antigas funções aí existentes). Neste contexto seriam ainda avaliados os impactos/efeitos de todas as alterações funcionais na economia local. Do ponto de vista industrial, a exposição teria como principal objetivo analisar a evolução ocorrida na cidade de Coimbra, tendo em conta não só as atuais mas também as antigas unidades industriais existentes (com destaque para o caso da fábrica da cerveja), destacando os problemas associados à desindustrialização, ordenamento do território e à preservação/conservação do património industrial. De forma muito resumida seriam estes os principais temas de estudo/investigação que integrariam o conteúdo da referida exposição.

Como referi anteriormente a exposição seria composta por cartazes/cartolinas elaboradas pelos alunos¹⁶⁹ devidamente inseridos em grupos de trabalho – aspeto que desenvolverei na segunda parte desta aplicação didática. A divulgação da exposição estaria a cargo não só dos professores e turmas envolvidas, mas também das técnicas da biblioteca, através de publicações no site/blogue da escola. Paralelamente seriam afixados por toda a escola (bar, cantina, secretaria, átrio de entrada, corredores, biblioteca e sala de professores), convites alusivos à exposição de modo a alertar a comunidade escolar, bem como os respetivos encarregados de educação.¹⁷⁰ O arranjo, decoração e organização do espaço destinado à exposição contaria igualmente com o apoio das funcionárias da biblioteca.

¹⁶⁹ Segundo Ana Maria Pessoa, no contexto da realização de exposições o professor não deverá ter a tentação de tudo organizar. Ele é o apenas o orientador/consultor dos alunos (a quem deve ser dada inteira liberdade de atuação). Assim sendo é necessário que os jovens façam e os professores só apoiem. Mas para “saber orientar”, os professores têm de “já conhecer”. Portanto ao professor não cabe um papel ativo na construção de exposições, mas sim uma posição secundária, eminentemente condutora/orientadora.

¹⁷⁰ Ver Anexo XVIII.

A exposição seria inaugurada na última semana de um período letivo e contaria com a presença dos professores responsáveis, dos grupos disciplinares de História e Geografia bem como do diretor da escola. Todas as turmas envolvidas no projeto seriam devidamente convidadas para a referida inauguração. No final da exposição, seria colocado um pequeno livro/caderno para que os visitantes pudessem deixar as suas apreciações, comentários e sugestões. Os professores responsáveis pela organização da exposição, antes de procederem à sua desmontagem, fariam o respetivo registo fotográfico com vista à sua publicação no site/jornal da escola ou blogue da biblioteca.

Para que os professores se libertassem da maior parte do trabalho necessário à montagem da exposição, delegando-o nos alunos que deverão ser os principais “atores” neste tipo de metodologia de trabalho, convinha segundo Ana Maria Pessoa elaborar uma calendarização que permitisse definir todas as etapas/momentos de preparação da atividade. Em termos práticos tal calendarização deveria apontar datas/prazos primeiro para a apresentação dos temas para os cartazes, depois para a escolha dos temas, depois para a formação de grupos de trabalho, em seguida para a construção dos respetivos cartazes, depois para a entrega desses materiais ao professor para a respetiva correção, e finalmente, um prazo para a montagem/organização da exposição¹⁷¹ seguida da sua inauguração à comunidade escolar.

Durante todo o processo de elaboração dos cartazes/cartolinas para a exposição, os professores responsáveis dedicariam no máximo cerca de quinze minutos (por exemplo em cada aula de noventa minutos), para consultar/ouvir o porta-voz de cada grupo acerca da evolução dos trabalhos, esclarecer dúvidas, conceder orientações e efetuar também os seus registos. Cada grupo teria um guião de trabalho (tópico que desenvolverei na segunda parte da aplicação didática) que orientaria de forma sucinta (mas suficientemente esclarecedora) a elaboração dos cartazes/cartolinas. A organização destes materiais ficaria ao critério dos alunos que poderiam utilizar todo o tipo de recursos (imagens, tabelas, quadros, gráficos, fotografias, artigos de revistas e jornais etc.)

No final da exposição seria feita a auto e hetero avaliação em cada grupo de trabalho, para que os alunos sentissem a importância do trabalho desenvolvido, desenvolvessem as suas capacidades de avaliação e espírito crítico e percebessem o

¹⁷¹ Antes da montagem/organização da exposição, cada grupo de trabalho apresentaria à turma o produto final (no máximo durante cinco minutos), de preferência numa aula de noventa minutos. Com esta estratégia o professor estaria a promover a comunicação oral – competência específica da disciplina de História – bem como a valorizar o trabalho desenvolvido pela turma.

contributo da atividade realizada para a sua avaliação na disciplina. Explicitada a forma como seria organizada a exposição temática, dedicarei a segunda parte da aplicação didática à importância dos trabalhos de grupo que sustentariam o conteúdo da referida exposição.

Relativamente ao papel assumido pelo trabalho de grupo no contexto do processo ensino-aprendizagem, afirma Maria Cândida Proença¹⁷² que esta metodologia de trabalho, à semelhança da exposição, aposta fundamentalmente na liberdade/iniciativa de aprendizagem uma vez que grande parte dos trabalhos dos alunos é feita sem o controlo/intervenção direta do professor. Apesar disso afirma Ana Maria Pessoa, que o «*trabalho em grupo nem sempre é bem aceite porque muitas vezes, o professor e os alunos não estão habituados a pôr experiências em comum, a partilhar os saberes.*»¹⁷³ Já Raquel Soeiro de Brito afirma que «*a principal característica do trabalho de grupo diz respeito à partilha de tarefas que além de aumentar, naturalmente a exequibilidade do trabalho, constitui um constante apelo ao diálogo e troca de pontos de vista, o que embora encerre dificuldades muito próprias, vem aumentar a riqueza do conteúdo.*»¹⁷⁴

Pelas possibilidades de aprendizagem que promove, o trabalho de grupo encerra um conjunto variado e muito amplo de potencialidades. Entre elas destacamos as seguintes: a procura ativa de novos conhecimentos; a promoção do espírito crítico bem como da capacidade de auto e hetero avaliação; desenvolvimento das capacidades de expressão (escrita e oral); uma maior capacidade para a aceitação das opiniões de outros colegas; a partilha de conhecimentos e uma maior capacidade para resolver/solucionar problemas em grupo; uma melhor compreensão das matérias e sua respetiva aplicação; uma maior responsabilização individual e coletiva; desenvolvimento das capacidades de inter-relacionamento e socialização; fomento do espírito de equipa e de cooperação quer no interior quer no exterior da sala de aula etc.

No fundo o trabalho em grupo possibilita um conjunto de experiências e aprendizagens diferentes, uma vez que fomentam uma maior autonomia, confiança e motivação junto dos alunos. Apesar de todas as vantagens apresentadas, afirma Ana Maria Pessoa que o trabalho de grupo não deve ser utilizado de forma indiscriminada. Assim sendo existe a necessidade de adequar/adaptar esta metodologia de trabalho às

¹⁷² PROENÇA, *ob. Cit.*, p. 133

¹⁷³ PESSOA, Ana Maria, *ob. Cit.*, p. 7

¹⁷⁴ BRITO, Raquel Soeiro de, *Didática da Geografia*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990, p. 22.

caraterísticas/especificidades das turmas e aos conteúdos presentes no programa da disciplina. Sendo impossível analisar a importância de todas as fases/etapas do trabalho de grupo (dados os limites formais do relatório), focarei a atenção nos dois momentos que considero mais relevantes – a escolha dos temas de investigação e a formação dos respetivos grupos.

Relativamente aos temas dos trabalhos para as cartolinas, estes seriam apresentados a cada turma pelos respetivos professores estagiários.¹⁷⁵ No meu caso o tema geral de investigação para todos os grupos de trabalho seria – “As transformações industriais ocorridas na cidade de Coimbra ao longo do século XX”. No entanto seriam propostos à turma os seguintes subtemas de trabalho¹⁷⁶:

- “Coimbra nos inícios do século XX” (Caraterização económica, industrial e social; principais atividades económicas dominantes etc.) – tópico de trabalho essencial para a contextualização ao nível da história local.
- “Formação e expansão da zona industrial Loreto-Pedrulha” - tópico essencial para o domínio da espacialidade.
- “Obstáculos à industrialização de Coimbra ao longo do século XX” (Acesso ao crédito bancário, ausência de capitais para o investimento, deficiente estrutura bancária etc.)
- “O antigo panorama industrial de Coimbra” (Evolução, caracterização das antigas unidades industriais – fábrica da cerveja, porcelana, cerâmica, massas – breve reconstituição histórica.)
- “O tecido industrial de Coimbra na atualidade” (Causas do declínio e da desindustrialização, a problemática do abandono/degradação das instalações etc.)
- “A reconversão de espaços industriais desativados” (Objetivos, finalidades, problemas associados, exemplos concretos de aproveitamento do património industrial a nível local e nacional etc.)

¹⁷⁵ Dadas as limitações do relatório não irei desenvolver os temas, guiões e grupos de trabalho relativos às turmas dos meus colegas de estágio. Assim sendo os documentos que apresento no **anexo XIX** devem servir de referência para a compreensão da aplicação didática que apresentei.

¹⁷⁶ Segundo Maria Cândida Proença apesar de ser o professor a decidir previamente os temas dos grupos, este deverá estar preparado para alterar as suas intenções iniciais, caso a turma o exija, pois é importante que o professor não imponha a sua influência. Nesse caso o professor deve levar a turma através de um diálogo orientado, aos temas do seu interesse. Pois bem seria esta atitude que também eu adotaria em contexto letivo.

- “A indústria coimbrã em testemunhos e fotografias” (recolha de notícias, testemunhos ou fotografias sobre as antigas indústrias da cidade, privilegiando o contacto, tratamento e utilização de fontes históricas e orais relativas à história local.)

Em suma seriam tratados pelos diferentes grupos de trabalho vários aspetos/vertentes do mesmo tema, ou seja, a industrialização de Coimbra ao longo do século XX. Esta opção de trabalho é de acordo com Maria Cândida Proença, a mais proveitosa pois permite uma maior variedade de resultados – posição que também partilho. Após a apresentação dos subtemas de trabalho, o professor explicitaria os principais objetivos, tarefas e finalidades recorrendo ao auxílio de um guião. Explicitados os principais objetivos, tarefas e finalidades a desenvolver, o professor procederia em seguida à formação dos grupos de trabalho.

De acordo com a autora em estudo, «(...) o ideal é a formação de grupos pequenos de três a seis elementos, de modo a que sejam suficientemente numerosos para assegurar a realização das tarefas, e suficientemente restritos para permitir aos seus membros uma contribuição efetiva.»¹⁷⁷ No caso da aplicação didática apresentada, o projeto seria desenvolvido no contexto de uma turma composta por vinte e sete alunos que seriam divididos respetivamente em sete grupos de trabalho (seis grupos de quatro elementos e um grupo de três elementos). Obviamente que o professor concederia total liberdade/iniciativa aos alunos para formarem os grupos de trabalho, pois de acordo com a mesma autora, por um lado é importante que o docente não imponha a sua vontade, e por outro, é crucial que os elementos dos grupos de trabalho se conheçam e gostem de trabalhar em conjunto. Tal realidade não impediria o professor de intervir por exemplo no contexto de um grupo de trabalho onde existissem um ou mais elementos perturbadores, que comprometessem a concretização do trabalho proposto.

Após a formação dos grupos de trabalho seriam eleitos os respetivos porta-vozes – responsáveis por dar conta ao professor das atividades/trabalhos desenvolvidos pelo grupo nos momentos das aulas destinadas para o efeito. Constituídos os grupos de trabalho chegaria o momento da seleção dos temas de investigação. Mais uma vez os alunos teriam total liberdade para escolher os temas do seu interesse. No caso de vários grupos pretenderem trabalhar o mesmo tema, seria feito por exemplo um sorteio ou uma

¹⁷⁷ PROENÇA, *ob. Cit.*, p. 128

redefinição do tema em causa, de modo a resolver o diferendo. À medida que os grupos iam escolhendo os temas dos trabalhos, o professor efetuaria os respetivos registos.

Selecionados os temas dos trabalhos e os respetivos porta-vozes, o professor distribuiria os respetivos guiões¹⁷⁸ pelos grupos explicitando os principais objetivos, finalidades, atividades, referências bibliográficas, normas etc. Daí em diante competiria ao professor apenas o mero acompanhamento dos respetivos trabalhos e investigações, nunca assumindo um papel central. Maria Cândida Proença reforça esta posição afirmando que quanto mais o professor intervir e explicar, menos possibilidades têm os alunos de participarem, experimentarem e descobrirem por si próprios, o que é muito menos vantajoso em termos de aprendizagem. Na mesma linha de pensamento, Ana Maria Pessoa defende que o professor deve afastar-se o mais possível do trabalho em grupo. Portanto ao professor caberia apenas a resolução de pequenos conflitos e problemas metodológicos, o pedido sistemático de relatórios das atividades realizadas bem como registos de avaliação aos grupos de trabalho. No final cada grupo de trabalho teria a oportunidade de apresentar à turma o resultado final do tema sobre o qual investigou (de preferência durante uma aula de noventa minutos), de modo a desenvolverem-se competências no domínio da comunicação oral e também para que os alunos pudessem sentir a importância, contributo e interesse do trabalho realizado.

Conclusões

Sendo o conteúdo do presente relatório de estágio tão vasto e diversificado, dada a sua abrangência cronológica e a riqueza das problemáticas em estudo, torna-se difícil retirar conclusões que sintetizem satisfatoriamente todos os aspetos abordados. Contudo farei um esforço por resumir os seus pontos mais importantes e significativos, da forma mais elucidativa e esclarecedora possível.

Em termos temporais, podemos afirmar que a indústria moderna só se estabeleceu verdadeiramente no nosso país depois de terminadas as lutas liberais, com a progressiva penetração das relações capitalistas nos meios de produção, concretamente a partir do final do terceiro decénio de oitocentos. Vitorino Magalhães Godinho, autor citado ao longo do trabalho, confirma esta realidade ao afirmar que *«o surto de industrialização português não foi compatível com o Antigo Regime. Mas não apenas por razões políticas: é que não era possível multiplicar as manufaturas e fábricas sobre*

¹⁷⁸ Ver Anexo XIX.

*a base agrícola tradicional. A reestruturação agrária e a modernização da agricultura constituíam requisitos prévios. Ora só puderam iniciar-se a sério depois da vitória do Estado Liberal e da respetiva política de extinção de privilégios (...), logo só a partir de 1834.»*¹⁷⁹ Portanto no caso português só a partir deste momento específico é que se reuniram as condições propícias à industrialização, embora com um grande desfasamento e distanciamento relativamente aos países europeus mais desenvolvidos e avançados da época. Tal realidade porém não deve levar-nos a concluir que antes do período histórico mencionado, não existissem indústrias, ou pelo menos, atividades pré-industriais em Portugal.

O importante é perceber que o desfasamento do desenvolvimento industrial nacional face aos demais países europeus, é uma realidade histórica que ainda hoje se reflete na debilidade e fragilidade da estrutura económica portuguesa, com consequências mais notórias/evidentes, nos períodos de maiores constrangimentos económico-financeiros (como os que vivemos na atualidade), caracterizados pela diminuição dos investimentos, a recessão económica e a consequente retração no consumo. Portanto é essencial concluirmos que os problemas, obstáculos, dificuldades e condicionalismos que afetam a indústria portuguesa e as suas atividades não são recentes, mas possuem uma dimensão histórica e secular. Aceitando este pressuposto torna-se fácil concluir que o atraso industrial português se trata de uma problemática de natureza crónica e estrutural, sendo portanto difícil a sua resolução a curto prazo.

Entre os principais fatores que condicionaram, impediram e inviabilizaram a evolução da indústria portuguesa e suas atividades na transição do século XIX para o século XX contam-se os seguintes: as grandes dificuldades de escoamento da produção, devido entre outras razões, à insuficiência do sistema nacional de transportes e vias de comunicação, à exiguidade do mercado nacional e aos baixos rendimentos populacionais que se refletiam num reduzido poder de compra; a escassez de capitais e investimentos para a promoção/incremento do setor industrial em comparação com as somas canalizadas para a agricultura; os efeitos da concorrência externa; o peso das mentalidades e valores característicos do Antigo Regime (contrários à inovação e ao desenvolvimento); a fragilidade e inexpressividade da burguesia nacional; o domínio de uma produção em pequena escala/dimensão, muito dependente dos recursos naturais dado o fraco desenvolvimento dos transportes, de carácter familiar/doméstico

¹⁷⁹ GODINHO, Vitorino Magalhães, *Ob. Cit.*, p. 143

vocacionada quase exclusivamente para o mercado e consumo internos; a relativa escassez de matérias-primas e recursos naturais; o déficit de instrução (dado o peso do analfabetismo) evidente na ausência de recursos humanos qualificados; a lentidão da modernização agrícola e tecnológica etc.

Sobre estas problemáticas e obstáculos afirma Magalhães Godinho que *«apesar dos incontestáveis progressos, o século XIX não conseguiu realizar a Revolução Industrial em Portugal. (...) Sucessivas travagens bloquearam os sucessivos arranques (...). A economia industrial permaneceu limitada e sem força dinamizadora em relação ao todo da economia.»*¹⁸⁰ Entre os bloqueios que condicionaram o desenvolvimento industrial português, o autor aponta a lentidão das transformações agrárias e das inovações agrícolas (só tardiamente encetadas); persistências estruturais ao nível dos regimes de propriedade e de exploração, ou seja, a permanência de estruturas económicas arcaicas características ainda do período de Antigo Regime e a dependência face à Inglaterra e seus reflexos na lenta transformação da economia peninsular. Para além disso, o autor refere ainda a fraca intensidade/alcance das inovações empresariais e dos investimentos capitalistas nos setores tradicionais de atividade e o seu relativo isolamento, a ineficácia e relativa inércia renovadora dos focos de modernidade, a presença/persistência de técnicas de trabalho/produção rotineiras e rudimentares, a dependência nacional de uma estrutura económica rural, arcaica, tradicional e agrícola (comprometedora das inovações técnicas), e por fim, a ausência de verdadeiros polos/focos modernizadores e de desenvolvimento. Num outro plano o autor salienta ainda a existência de uma burguesia limitada, um campesinato dependente, um fraquíssimo operariado fabril e o peso excessivo da agricultura no rendimento nacional em detrimento da indústria. No final a conjugação de todos estes fatores foi responsável, no dizer do autor em estudo, por uma industrialização falhada, resultante em parte do fracasso e irrealização da sociedade burguesa. Magalhães Godinho ilustra de forma brilhante tal realidade ao afirmar que *«o século XIX português se pautou pelo drama das goradas tentativas industrializadoras e também pela impossibilidade da sociedade burguesa e da sua cultura, que não conseguiram eficácia social.»*¹⁸¹ No fundo a industrialização falhada e a ausência de uma autêntica burguesia, assumiram-se no dizer de Magalhães Godinho, como os dois grandes dramas do século XIX português – posição da qual também partilho.

¹⁸⁰ IDEM, *ibidem*, p. 145

¹⁸¹ IDEM, *ibidem*, p. 147

Uma das contribuições mais interessantes deste estudo consistiu precisamente em mostrar a permanência dos défices crónicos da indústria em Portugal, desde os finais do século XIX até à atualidade, tendo como referência o caso da cidade de Coimbra. Trata-se na verdade de uma problemática com raízes históricas, que só se compreende na sua totalidade se recuarmos no tempo e estudarmos os respetivos contextos. Pois bem foi esse o exercício que desenvolvi ao longo do relatório, estabelecendo os devidos paralelismos, comparações e ligações com a atualidade.

Para além dos condicionalismos anteriormente mencionados, outros problemas afetaram de forma marcante a evolução da indústria portuguesa. Entre eles o difícil acesso ao crédito bancário e a prática de elevadas taxas de juro, a fraca intervenção/investimento da banca no desenvolvimento industrial contrariamente ao contributo dado pelo comércio e agricultura, a ausência de uma estrutura bancária capaz de responder à procura existente etc. No final a conjugação de todos estes obstáculos fez com que o autofinanciamento se tivesse assumido como a principal fonte de capital industrial, durante o período em estudo. Curiosamente o setor industrial português continua a lamentar alguns dos problemas e condicionalismos apontados.

Com exceção das indústrias alimentares, dos tabacos, têxteis, metalurgia, conservas e cerâmica, dominavam as pequenas unidades de produção que empregavam um número muito reduzido/limitado de trabalhadores. Tratavam-se sobretudo de unidades industriais de carácter artesanal e familiar, que se desenvolviam em pequenas oficinas, onde os conhecimentos se transmitiam entre as diversas gerações e a produção se destinava preferencialmente ao mercado local/regional e ao autoconsumo. Direta e indiretamente, a conjugação de todos estes fatores foi responsável pelo carácter tardio, lento, desigual, descontínuo e incompleto da industrialização portuguesa.

Relativamente à evolução da indústria no caso concreto da cidade de Coimbra, é importante dizer que esta não diferiu muito do restante contexto nacional. Na segunda metade do século XIX e no princípio do século XX, Coimbra continuava a ser uma pequena cidade muito dependente economicamente da importância assumida pela Universidade, onde a indústria desempenhava um papel relativamente modesto. Durante este período as principais unidades fabris existentes (cerâmica, alimentares e têxteis) estavam concentradas essencialmente na baixa, e na margem esquerda do rio Mondego, mais concretamente em Santa Clara. À medida que os transportes e as vias de comunicação se foram desenvolvendo progressivamente, as indústrias acompanharam esse processo, descentralizando as suas instalações para a periferia da cidade.

As grandes mudanças relativamente ao incremento da industrialização em Coimbra, só começariam a surgir ao longo das primeiras décadas do século XX, em virtude de diversos fatores. Entre eles destacamos a inauguração da tração elétrica em 1911 e a progressiva difusão e aplicação da energia elétrica sobretudo na indústria.

Relativamente ao nascimento e posterior expansão da área industrial Loreto-Pedrulha, penso que as palavras de Lucília Caetano são bastante elucidativas - «*a expansão da área industrial em estudo foi essencialmente comandada pelas grandes vias de comunicação (eixos ferroviário e rodoviário), ligando os mais importantes centros urbanos e mercados do país. (...) O lugar do Loreto tinha feição puramente rural. Entretanto após a extensão da rede de transportes coletivos urbanos até à estação de caminho-de-ferro, observou-se a construção em ritmo crescente de habitações destinadas a classes sociais economicamente desfavorecidas e operários. (...) Esta construção de habitações privadas e de bairros económicos foi acompanhada de uma crescente implantação de unidades fabris (...).*»¹⁸²

De forma muito sumária foi assim que se processou o crescimento da zona industrial Loreto-Pedrulha. Esta área industrial, como tivemos oportunidade de constatar ao longo do trabalho, não nasceu ao acaso, e portanto, de forma espontânea. Como refere a autora citada «*a concentração industrial, vulgarizada zona industrial nos lugares de Loreto e Pedrulha, resultou da conjugação de forças aglomerativas tendo a sua posição geográfica atuado de modo significativo (...).*»

Se quisermos compreender verdadeiramente como surgiu a área em estudo é nesta afirmação que temos de atentar. De facto a área industrial Loreto-Pedrulha nasceu inequivocamente da conjugação de diversas forças de natureza eminentemente geográfica-espacial. Não foram elementos de natureza histórica que ditaram o aparecimento do espaço industrial em análise. Foram sim condicionalismos geográficos que contribuíram para o incremento deste polo industrial, convertendo-o num espaço estratégico a vários níveis. Que condicionalismos geográficos?

Pois bem condicionalismos associados à Geografia dos transportes, e à Geografia das atividades económicas, de modo muito particular. Na minha perspetiva, a área industrial em questão foi fruto do somatório de fatores de diversa ordem. Entre eles destaco a disponibilidade e o baixo preço dos terrenos, a proximidade das vias de comunicação (rodoviária e ferroviária) e de empresas de transporte especializado (Jaime

¹⁸² CAETANO, Lucília, “A terciarização das zonas industriais – o caso da zona industrial Loreto-Pedrulha em Coimbra” in *Atas do IV Colóquio Ibérico de Geografia*, Coimbra, 1986, pp. 481-490.

Dias e Unacel), a disponibilidade de mão-de-obra etc. Nestas circunstâncias não foi difícil assistir ao crescimento industrial do Loreto e da Pedrulha pois aqui estavam de facto reunidas todas as condições necessárias.

A área industrial Loreto-Pedrulha é na minha opinião um excelente exemplo das relações que o Homem estabelece com o meio (espaço) que o rodeia, através das inúmeras atividades que nele desenvolve. Pois bem o Homem soube potencializar ao máximo as condições oferecidas pela área do Loreto-Pedrulha. Hoje contudo os desafios são outros...

É certo que a cidade de Coimbra tem vindo a perder grande parte do seu tecido industrial ao longo das últimas décadas, bem como a sua centralidade económica e comercial. Entre os principais fatores responsáveis por esta realidade, podemos apontar o impacto da crise económica, que tem afetado de modo muito particular o sector secundário, os efeitos da desindustrialização bem como os problemas decorrentes da integração europeia e no conhecido “mercado global”. Mas serão somente estes fatores? Não existirão outros interesses que justifiquem o atual enfraquecimento, senão mesmo desaparecimento, do tecido industrial coimbrão? A que se deveu a desindustrialização de uma das cidades com maior protagonismo e importância económica e comercial a nível nacional? As questões sucedem-se. As respostas são difíceis de encontrar...

Através das questões anteriormente apontadas pretendi concretizar um dos grandes objetivos deste trabalho – problematizar a decadência de uma das mais importantes áreas industriais, comerciais e económicas da cidade de Coimbra. Mais concretamente foi minha intenção questionar o desaparecimento de uma unidade industrial que ficou conhecida a nível nacional pela qualidade das cervejas que produzia – Ónix e Topázio – em virtude das excelentes condições e propriedades da água coimbrã.

A fábrica da cerveja, inserida no contexto particular da zona industrial Loreto-Pedrulha, assumiu uma dupla importância ao longo do presente estudo. Por um lado, tratou-se de uma indústria que acompanhou a evolução do espaço urbano coimbrão, sobretudo a partir do momento em que a baixa da cidade deixou de ter capacidade para albergar no seu interior todas as unidades industriais, fruto da escassez de espaço e do aumento dos preços locativos. Assim se justifica de forma muito sumária a mudança de instalações da Avenida Emídio Navarro para o Loreto, onde a “atração” exercida pelo caminho-de-ferro, assumiu uma importância decisiva. Por outro lado, a indústria em estudo ilustra muito bem algumas das características do modelo de industrialização

desenvolvido na época, nomeadamente o recurso ao autofinanciamento como principal fonte de capital industrial, o contributo dado pelo comércio e pela agricultura para a dinamização do setor industrial, e por fim, a escassa e limitada intervenção bancária no processo de industrialização local.

Atualmente a fábrica da cerveja, conjuntamente com as antigas unidades industriais envolventes, encerra uma outra importância e interesse. Acima de tudo trata-se de um local de interesse arqueológico/patrimonial, suscetível de musealização. Pela importância que desempenhou na vida económica e social da cidade, a fábrica da cerveja faz parte da identidade e da memória dos conimbricenses. Atualmente qualquer habitante da cidade, que tenha conhecido minimamente a evolução e desenvolvimento da área em estudo, associa de uma ou outra forma a área industrial do Loreto ao período de maior pujança económica da cidade. Contudo a memória desta área industrial está cada vez mais em risco de ser irremediavelmente perdida.

Por um lado porque ainda não existe no seio da sociedade portuguesa, mais concretamente junto dos decisores políticos, uma verdadeira sensibilização e consciencialização relativamente ao interesse e valor do património/arqueologia industriais. Por outro lado, é evidente que em pleno contexto de crise económica, faltam os recursos financeiros suficientes para a reconversão e revalorização (por ex.) de antigos espaços industriais, que se vêm assim condenados ao abandono, ruína e degradação, que por sua vez originam novos problemas em termos de ordenamento/planeamento do território, desterritorialização, problemas sociais, poluição etc. Em Coimbra dispomos contudo de bons exemplos de reconversão de antigos espaços industriais – a antiga central térmica dos HUC transformada na conhecida “Casa das Caldeiras” - espaço para exposições, debates, conferências, entrevistas, colóquios e apresentações de livros e ainda a musealização da antiga central dos serviços municipalizados. As soluções são muito variadas e diversificadas. Basta apenas que se verifique o necessário interesse para as aplicar e dinamizar.

Tudo poderá começar por exemplo no contexto de sala de aula, alertando os alunos para a riqueza histórica, patrimonial e identitária presente nas antigas fábricas degradadas e abandonadas, existentes nas suas áreas de residência. Pequenos passos podem ser dados se os alunos forem devidamente sensibilizados para a importância da história local, contactando com o seu património, a sua cultura, os seus testemunhos históricos. Para isso é necessário incentivar por exemplo a realização de visitas de estudo, trabalhos de grupo e exposições, onde os alunos tenham oportunidade de estudar

e conhecer a História ao “ar livre”, sem estarem obrigatoriamente confinados ao espaço da escola e da sala de aula. Para isso é necessário promover o contacto dos alunos com fontes históricas presentes em museus, arquivos, juntas de freguesia, câmaras municipais, conservatórias etc. Numa outra perspetiva poder-se-á promover o contacto dos alunos com personalidades das suas localidades que viveram um ou outro acontecimento histórico importante, contribuindo com os seus testemunhos, pareceres e experiências de vida. Em suma muitas soluções poderão ser inventariadas para consciencializar as atuais gerações da importância da conservação/preservação do património industrial. Obviamente que são alternativas muito mais exigentes para os professores, que dispõem de uma carga horária e de compromissos profissionais muito exigentes e pouco flexíveis. No entanto são alternativas dotadas de muito mais significado e importância para os alunos, do que propriamente dois ou três parágrafos contidos num manual escolar.

Ainda neste contexto porque não organizar visitas de estudos a espaços que outrora assumiram uma função industrial, como por exemplo o museu da eletricidade em Lisboa, ou as instalações da UBI (Universidade da Beira Interior) na Covilhã? Porque não organizar um debate/fórum na escola com a presença de industriais, historiadores, políticos, autarcas, economistas e operários (por ex. na biblioteca ou no auditório) sobre a problemática da degradação e abandono de antigos espaços industriais, avançando com possíveis soluções/estratégias de conservação e de reaproveitamento económico? Porque não criar um blogue onde os alunos fossem capazes de reunir fotos das antigas indústrias da cidade, testemunhos/entrevistas de antigos diretores, fornecedores e trabalhadores, listas com a tecnologia/maquinaria existente e bens produzidos destinados à exportação bem como pequenas resenhas históricas de cada unidade industrial? Porque não organizar um pequeno roteiro das antigas unidades industriais existentes na cidade, passível de aproveitamento turístico? Porque não reconstituir o antigo tecido industrial coimbrão, tentando apurar os estabelecimentos que ainda continuam em funcionamento? Porque não incentivar os alunos a criar pequenas monografias sobre as indústrias (abertas ou já encerradas) existentes nas suas áreas de residência? Porque não levar a problemática do abandono industrial e o seu potencial ao nível da criação de eventuais novos empregos e empresas para o espaço do Parlamento Jovem?

A nível local, porque não recuperar uma parte da fábrica em estudo para criar (por exemplo) um museu da cerveja dedicado à produção e consumo da bebida “ao

vivo”, à semelhança do que se verifica na cervejaria “Praxis”? Porque não recuperar essas antigas instalações para a localização de novos polos ligados ao ensino ou à saúde? Porque não devolver a estas áreas a sua “primitiva” função industrial? Enfim as propostas de valorização do património sucedem-se a um ritmo infundável. Basta apenas vontade para as concretizar não apenas numa dimensão pedagógica, mas sim e sobretudo, numa dimensão cívica. Acima de tudo é importante saber desenvolver cada uma destas soluções de forma consciente, adaptando-as às características, níveis etários e culturais, exigências, necessidades e expectativas dos alunos.

As propostas/soluções anteriormente mencionadas levam-nos por sua vez a colocar novas questões: Porque é que Coimbra continua a não investir/apostar num novo ciclo/surto industrial, beneficiando da sua localização geográfica e do conhecimento e inovação da sua instituição de ensino superior? Porque é que a cidade se centralizou nas funções educativa e hospitalar? Que interesses motivaram a desindustrialização de Coimbra? Porque não voltar a apostar na importância económica e industrial de Coimbra? As questões sucedem-se e devem fazer-nos pensar no destino/futuro que queremos dar aos nossos antigos espaços industriais, antes mesmo de estes desaparecerem. Fica no entanto a certeza de que Portugal tem ainda “um caminho a percorrer” no sentido de um maior aproveitamento e valorização do seu património industrial. Nesse sentido novos contributos e investigações terão de ser desenvolvidos de forma a alterarmos um pouco da nossa atitude e consciência face à temática em estudo.

Termino reconhecendo o enorme gosto e satisfação sentidos ao longo desta pequena investigação bem como do estágio pedagógico supervisionado, apesar de todas as dificuldades inerentes à sua realização e concretização. Reconheço ainda que os objetivos inicialmente propostos foram integralmente cumpridos, sobretudo a intenção de contribuir para um maior conhecimento e divulgação da história, cultura, património e indústria locais, tendo como horizonte o contexto escolar e didático. Ainda que o presente trabalho não faça mais do que o “ponto da situação” sobre a história da indústria em Portugal e em Coimbra particularmente, dos finais do século XIX aos inícios do século XX, tendo como referências a área industrial Loreto-Pedrulha e a fábrica da cerveja penso que consegui recuperar e aprofundar as temáticas de forma suficientemente satisfatória e exigente, evidenciando preocupações ao nível didático/pedagógico e alertando simultaneamente para problemáticas de carácter patrimonial, social, económico e cultural não só a nível local como também nacional.

Finalizo com o sentimento de dever cumprido e satisfeito por ter contribuído, ainda que de forma bastante superficial e humilde, para o debate, discussão e sensibilização de algumas problemáticas que na atualidade, e num futuro muito próximo, afetarão e influenciarão de forma determinante a economia, sociedade e cultura nacionais. Se com a realização desta pequena investigação tiver contribuído, ainda que por breves momentos, para a discussão de alguns dos desafios da sociedade contemporânea, fomentando um maior esclarecimento, sensibilização e conhecimento, valeu a pena todo o esforço e labor dedicados. É que na realidade são estes pequenos diálogos, experiências, trabalhos e momentos que à sua medida poderão contribuir direta e indiretamente para o despertar de consciências, a mudança de atitudes e formas de ação e intervenção, e quem sabe, para a mobilização de entidades, instituições e responsáveis a vários níveis. Por último saliento que esta experiência foi bastante marcante, enriquecedora e gratificante sobretudo por me ter proporcionado uma relação mais próxima, atenta e rigorosa com o conhecimento geográfico e as suas técnicas/métodos de investigação. Daí resultou um maior gosto, curiosidade e interesse pelo estudo da disciplina em estreita articulação com a ciência histórica. Indubitavelmente esta foi uma das maiores conquistas pessoais resultantes da presente investigação.

FIM

Bibliografia

BRITO, Raquel Soeiro de Brito e **POEIRA**, Maria de Lourdes, *Didática da Geografia*, Lisboa, Universidade Aberta, 1991, 281 p.

CAETANO, Lucília de Jesus, *A zona industrial Loreto-Pedrulha da cidade de Coimbra*, Tese de licenciatura apresentada à FLUC, Coimbra, 1968, 128 p.

IDEM, “Desindustrialização, reconversão e terciarização: algumas reflexões” in *Atas das II Jornadas de Geografia Humana – Terciarização e Desenvolvimento*, Coimbra, IEG, FLUC, 1991, pp. 59-97

IDEM, “A promoção pública de solo industrial na sub-região do Baixo Mondego” in *Cadernos de Geografia* nº 8, Coimbra, IEG, 1989, pp. 11-38

IDEM, “O impacto da CEE na indústria em Portugal Continental” in *Atas do IV colóquio ibérico de Geografia*, Coimbra, IEG, FLUC, 1987, pp. 281-292

CAETANO, Lucília e **GAMA**, Rui, “Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento – a indústria na região Centro” in *Cadernos de Geografia*, nº 21/23, Coimbra, FLUC, 2002-2004, pp. 259-268.

IDEM, “A Terciarização das Zonas Industriais” in *Atas do IV Colóquio Ibérico de Geografia*, Coimbra, IEG, FLUC, 1986, pp. 481-490

COSTA, Leonor Freire, **LAINS**, Pedro e **MIRANDA**, Susana, *História económica de Portugal 1143-2010*, Lisboa, Esfera dos livros, 2011

DERRUAU, Max, *Geografia Humana*, 2 vols., Lisboa, Editorial Presença, 1977.

ESTRELA, Edite et al., *Saber escrever uma tese e outros textos*, Lisboa, D. Quixote, 2009, 128 p.

FERNANDES, Rui Gama, *Dinâmicas industriais, inovação e território: abordagem geográfica a partir do centro litoral de Portugal*, Tese de Doutoramento apresentada à FLUC, Coimbra, 2002, 553 p.

FERREIRA, Bruna Daniela Caleiro, *Arquitetura Industrial em Coimbra no Século XX – A Zona Industrial da Pedrulha*, Dissertação de mestrado integrado em arquitetura apresentada à FCTUC, Coimbra, 2012, 239 p.

GARNIER, Jacqueline Beaujeu, *Geografia Urbana*, 2ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, 525 p.

GARRIDO, Dulce e **COSTA** Rui, *Dicionário breve de geografia*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, 239 p.

GEORGE, Pierre, *Geografia Económica*, Rio de Janeiro, Editora Bertrand-Brasil, 1988.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Editora Arcádia, 1975, 318 p.

GOMES, Margarida Maria Reis, *A reconversão de antigos espaços industriais – estudo da área central de Coimbra*, Coimbra, FLUC, 1995.

LACOSTE, Yves, *Dicionário de Geografia – da geopolítica às paisagens*, Lisboa, Teorema, 2005.

MATEUS, Maria de Lurdes Póvoa da Fonseca Roxo, *Campos de Coimbra – do rural ao urbano*, Dissertação de doutoramento apresentada à FLUC, Coimbra, 2009.

MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal, vol. V, O Liberalismo*, coord. Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

IDEM, *História de Portugal, vol. VII, O Estado Novo*, coord. Fernando Rosas, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

MEDEIROS, Carlos Alberto, *Esboço breve de geografia humana*, Lisboa, Editora Terra Livre, 1976, 150 p.

MENDES, José Maria Amado Mendes, *A área económica de Coimbra – estrutura e desenvolvimento industrial (1867-1927)*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984, 562 p.

IDEM, *Estudos do património – Museus e Educação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009

IDEM, *A Indústria em Portugal na Segunda Metade do Século XIX*, Coimbra, FLUC, 1990

IDEM, “Coimbra no Primeiro Quartel do Século XX – aspectos económicos e sociais” in *Revista Biblos*, vol. LX, Coimbra, 1984, pp. 385-394

IDEM, *Subsídios para a Arqueologia Industrial de Coimbra*, Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro, 1983, 29 p.

IDEM, “A Arqueologia Industrial ao Serviço da História Local” in *Revista de Guimarães*, nº 105, 1995, pp. 203-218

IDEM, *A Arqueologia Industrial: uma nova vertente de conservação do património cultural*, Coimbra, 1990

IDEM, “Uma nova perspetiva sobre o património cultural: preservação e requalificação de instalações industriais” in *Revista Gestão e Desenvolvimento*, nº 9, pp. 197-212, 2009

NUNES, João Paulo Avelãs, “Arqueologia industrial, património cultural, nova história regional e local” in *Revista Vértice*, II série, nº 73, Julho/Agosto de 1996, pp. 103-110

PESSOA, Ana Maria, *Como organizar uma exposição na escola?*, Setúbal, Centro de Recursos Educativos da Escola Superior de Educação, Fev. de 1991, 12 p.

IDEM, *Como organizar um trabalho em grupo?*, Setúbal, Centro de Recursos Educativos da Escola Superior de Educação, Fev. de 1991, 18 p.

PLANS, Pedro, *Didática da Geografia*, Porto, Col. Ponte, Livraria Civilização Editora, 1969, 242 p.

PROENÇA, Maria Cândida, *Didática da História*, Lisboa, Universidade Aberta, 1989, 227 p.

IDEM, *Ensinar/Aprender História – questões de didática aplicada*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, 167 p.

REIS, António (Dir.), *Portugal Contemporâneo*, 3 vols., Lisboa, Publicações Alfa, 1996

REIS, Jaime, “O atraso económico português em perspetiva histórica (1860-1913)” in *Revista Análise Social*, Vol. XX, Lisboa, 1984, pp. 7-28

IDEM, *O atraso económico português em perspetiva histórica: estudos sobre a economia portuguesa na Segunda Metade do Século XX (1850-1930)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993, 255 p.

RIBEIRO, Orlando, **LAUTENSACH**, Hermann, **DAVEAU**, Suzanne, *Geografia de Portugal*, 4 vols, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1991

RODRIGUES, Manuel Ferreira e **MENDES**, José Maria Amado. *História da indústria portuguesa: da Idade Média aos nossos dias*, Porto, Publicações Europa-América, 1999, 489 p.

SALGUEIRO, Teresa Barata, *A cidade em Portugal: uma geografia urbana*, Lisboa, Edições Afrontamento, 1999, 433 p.

SANTOS, Lusitano dos, *Planos de Urbanização para a Cidade de Coimbra*, Coimbra, Museu Nacional Machado de Castro, 1983, 95 p.

SCHOUMAKER, Bernadette Mérenne, *Didática da Geografia*, Lisboa, Col. Horizontes da Didática, Edições Asa, 1998, 238 p.

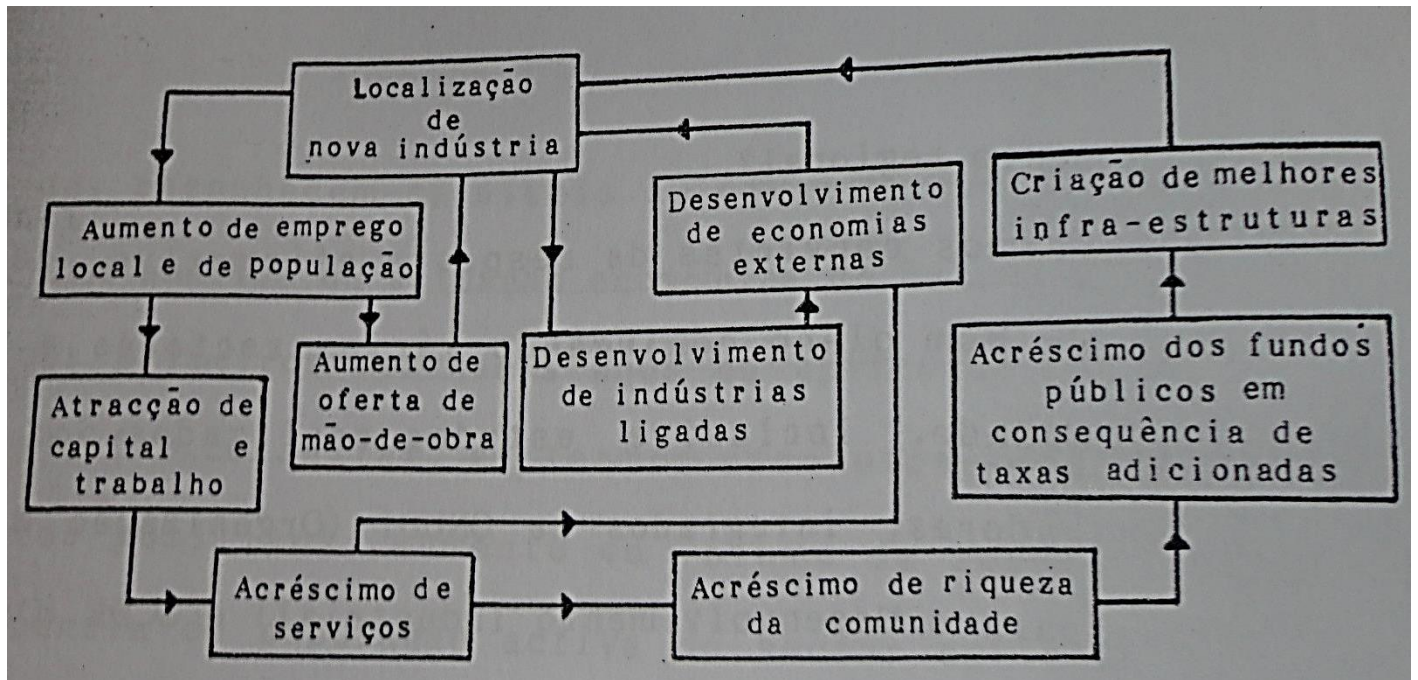
SERRÃO, Joel e **MARTINS**, Gabriela, *Da indústria portuguesa: do Antigo Regime ao Capitalismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, 387 p.

Internet

- <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2010/07/cervejas-em-portugal.html> (acedido a 16/6 às 15:39)
- <http://www.cacadevolutos.pt/fabrica-de-merceja-de-coimbra/> (acedido a 16/6 às 15:45)
- <http://www.lugaresesquecidos.com/forum/viewtopic.php?f=13&t=78> (acedido a 16/6 às 15:46)
- <http://www.publico.pt/local/noticia/antiga-fabrica-de-merceja-de-coimbra-alvo-de-incendio-1462451> (acedido a 16/6 às 15:47)
- <http://mikoslab.blogspot.pt/2013/01/fabrica-de-merceja-de-coimbra.html> (acedido a 16/6 às 15:49)
- <http://encontrogeracoesbnm.blogspot.pt/2011/02/documentario-sobre-fabrica-de-merceja.html> (acedido a 16/6 às 15:51)
- <http://www.diariocoimbra.pt/noticias/viaturas-desmanteladas-na-antiga-fabrica-da-merceja> (acedido a 16/6 às 15:52)
- <http://www.forumbtt.net/showthread.php?31515-Central-de-Cerceja-abandonada-em-Coimbra> (acedido a 16/6 às 15:55)

Anexos

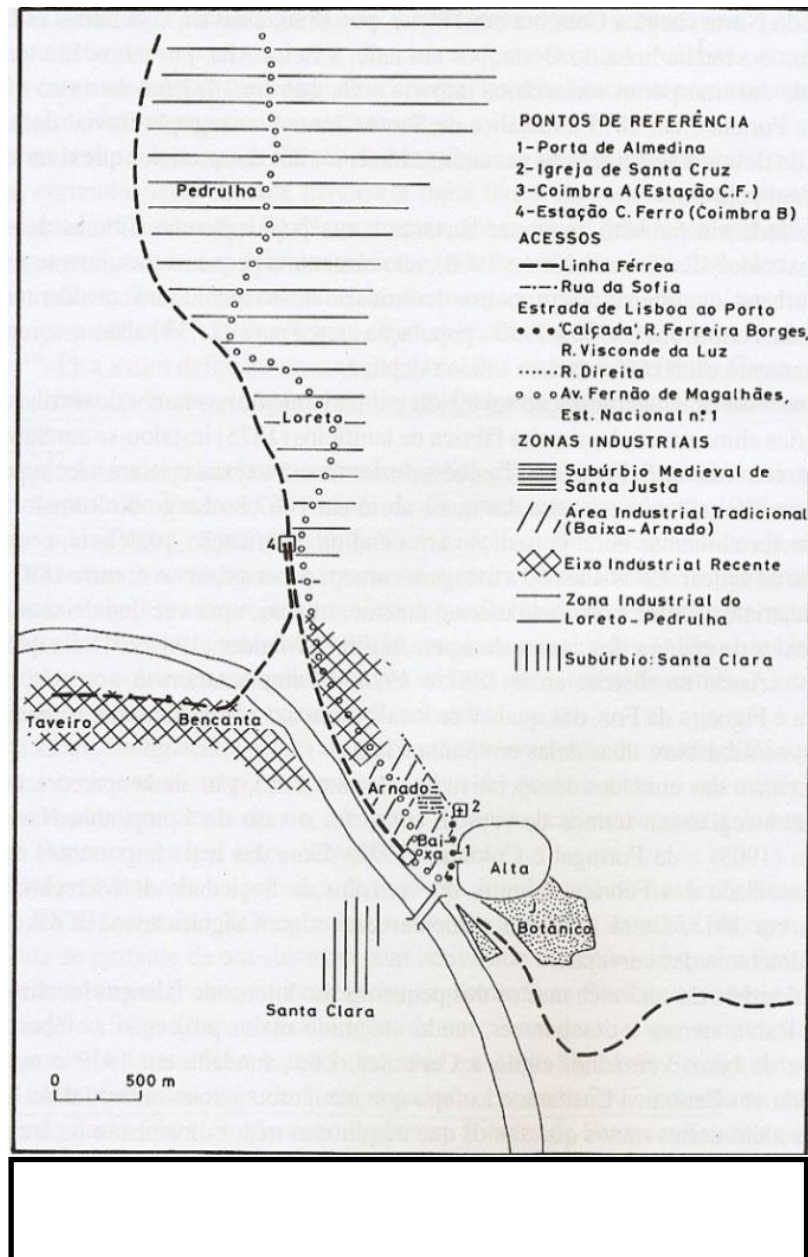
Anexo I



Efeitos multiplicadores da indústria na economia de uma região

Autor: Lucília Caetano

Anexo II



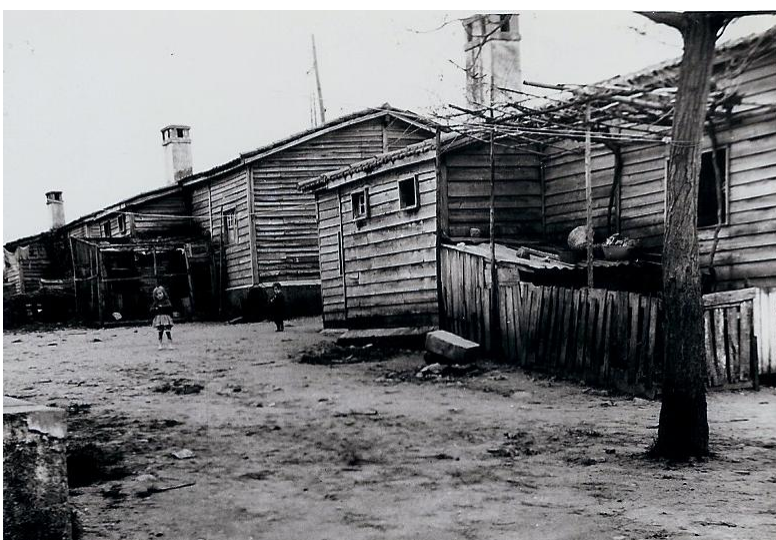
Anexo III



Antiga cervejaria de Coimbra, Avenida Emídio Navarro, Coimbra
Autor: Sérgio Campos Namorado

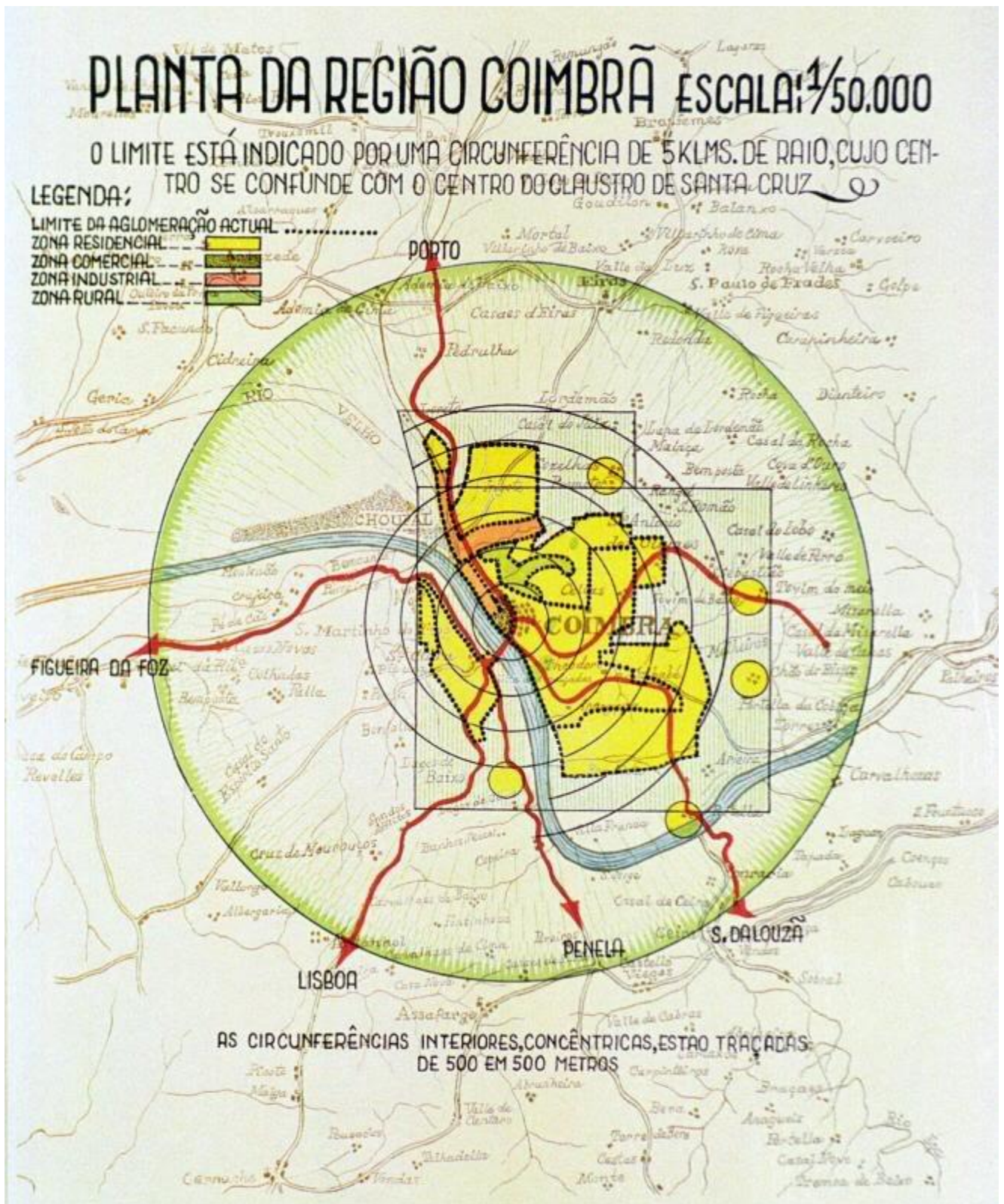


Anexo IV



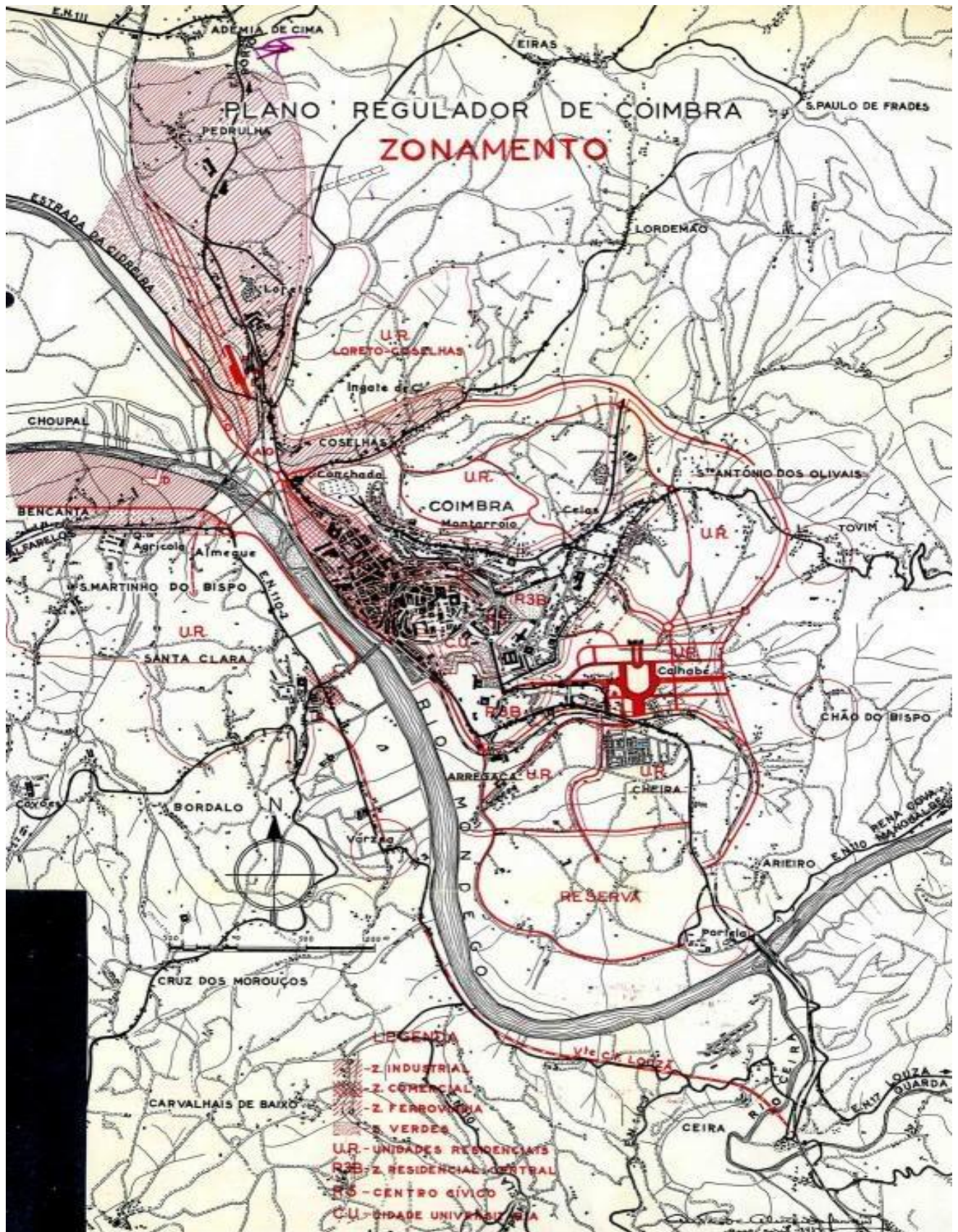
O caráter rural e agrícola dos lugares do Loreto e Pedrulha
Autor: Lucília Caetano

Anexo V



Conceito de cidade-jardim de Howard aplicado a Coimbra
Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

Anexo VI



Plano Regulador de Almeida Garrett
Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

Anexo VII



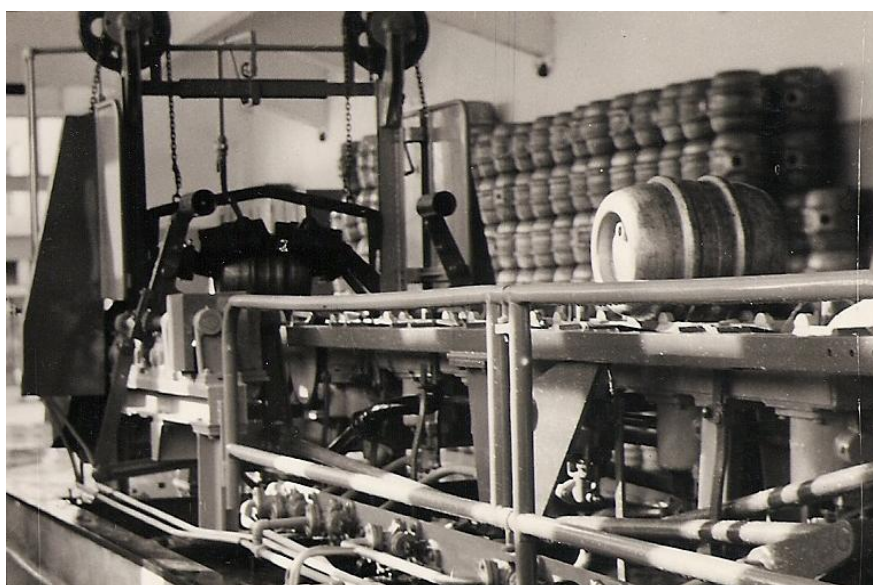
A importância da Estrada nacional nº 1 e da linha ferroviária para a área industrial Loreto-Pedrulha
Fonte: <http://mikoslab.blogspot.pt>

Anexo VIII



A atração exercida pelo caminho-de-ferro e a fixação de unidades industriais no Loreto
Autor: Lucília Caetano

Anexo IX



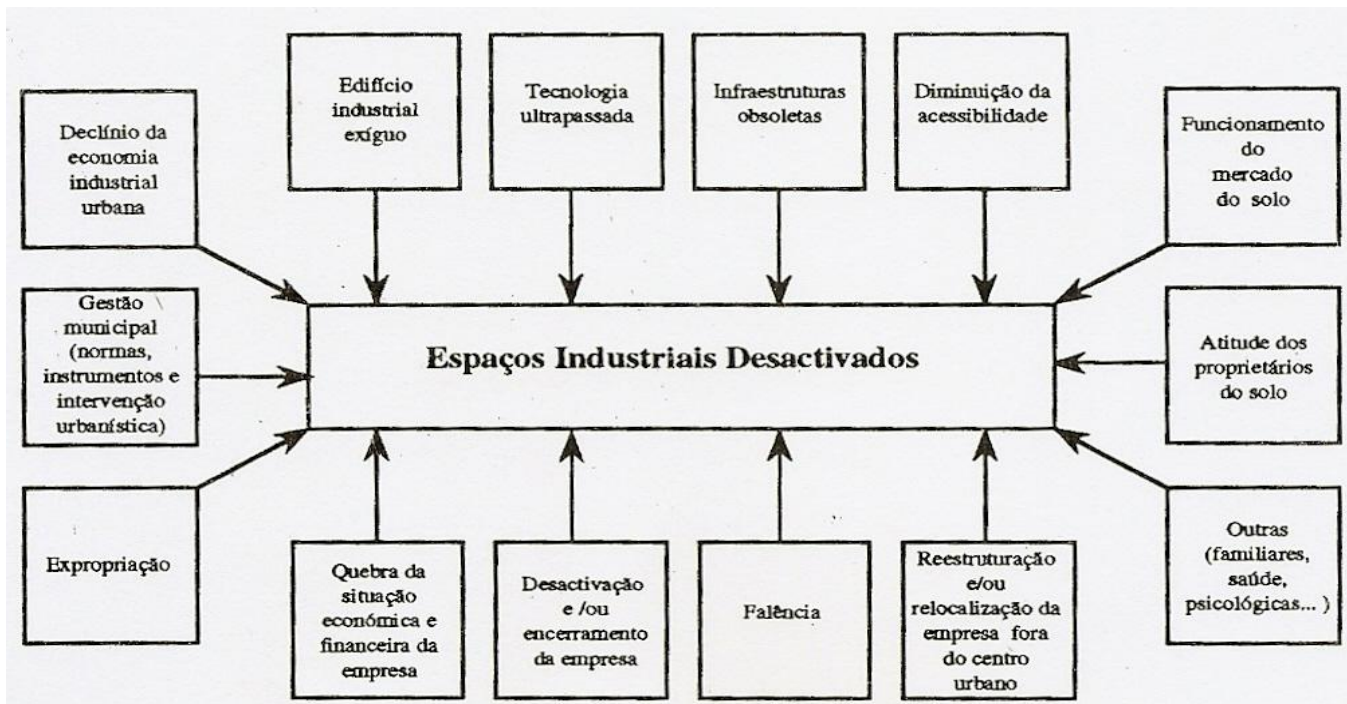
Operária da fábrica da cerveja de Coimbra e respetiva maquinaria
Autor: Lucília Caetano

Anexo X



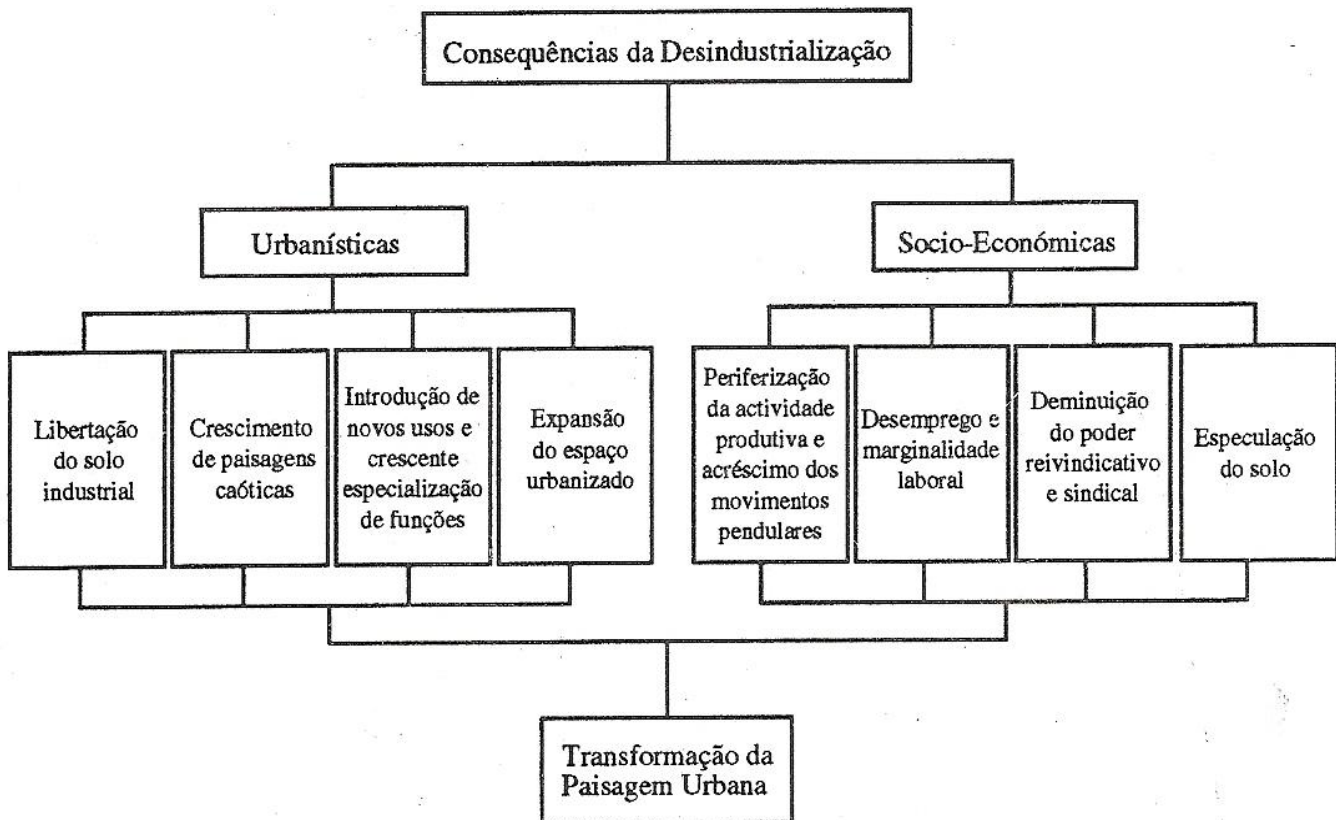
Deslocação de trabalhadores da área industrial Loreto-Pedrulha
Autor: Lucília Caetano

ANEXO XI



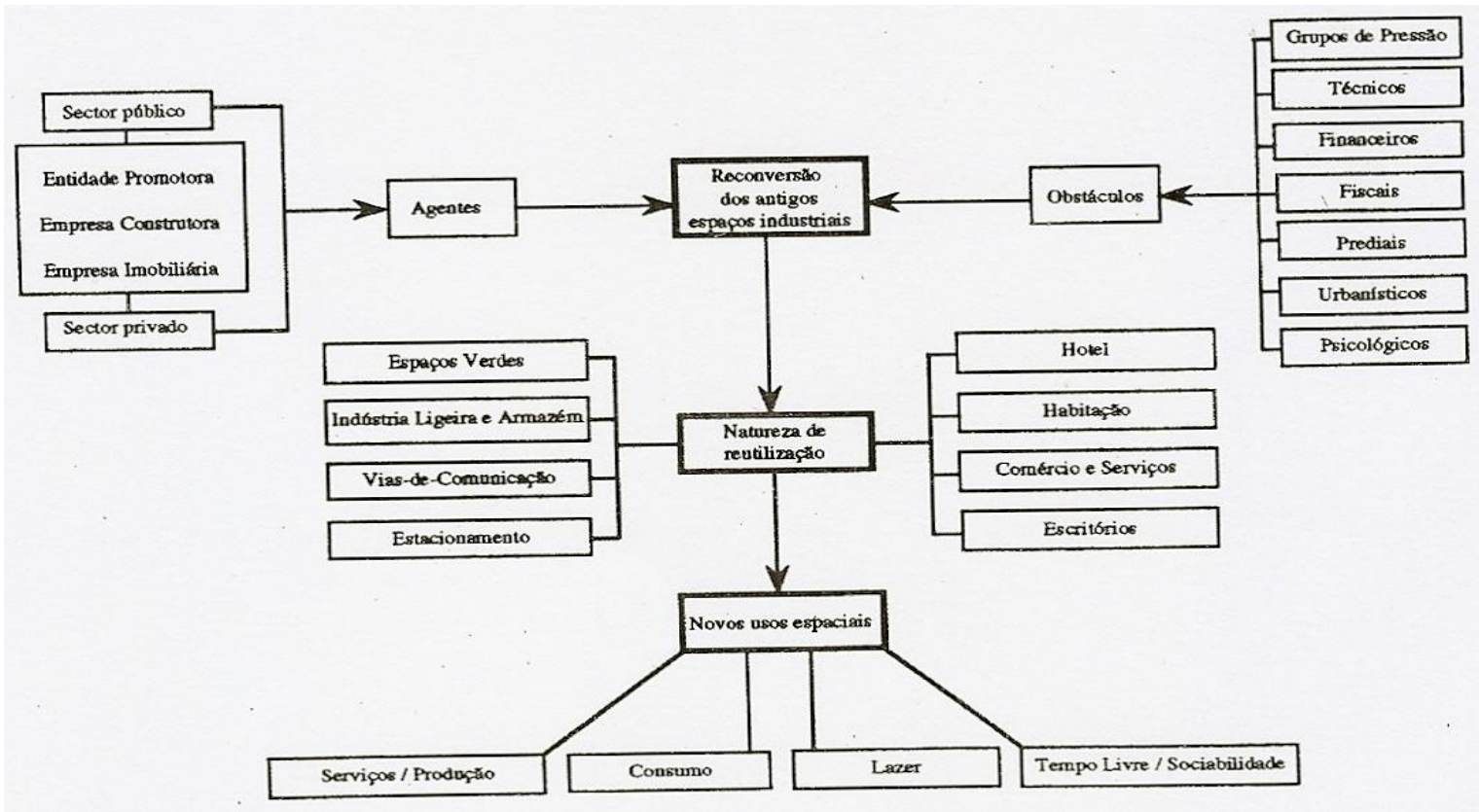
Causas da formação de espaços industriais desactivados

Autor: Margarida Gomes



Consequências urbanísticas e socioeconómicas da desindustrialização

Autor: Margarida Gomes



A reconversão dos antigos espaços industriais
Autor: Margarida Gomes

ANEXO XII





Estado atual das antigas instalações da Fábrica da cerveja de Coimbra







Fonte: <http://mikoslab.blogspot.pt>

Anexo XIII

Fábrica de Cerveja de Coimbra (Notícias)

PEDRO MELO, 18 DE OUTUBRO DE 2011

A Fábrica de Cerveja de Coimbra nasceu em 1930 e fechou em 2002. Teve um papel muito importante na formação da atual SCC – Sociedade Central de Cervejas em 1934, que surge da associação da Companhia Produtora de Malte e Cerveja Portugália, da Companhia de Cervejas Estrela, da Companhia da Fábrica de Cerveja Jansen e da Companhia de Cervejas de Coimbra.

Nestes últimos anos, teve como destino, o abandono, sendo mais um edifício com história entregue a atos de vandalismo e a servir de teto provisório para sem abrigo. Em Agosto de 2006, a demolição do edifício estava em curso, mas foi embargada pelo então vereador João Rebelo:

“Parecia o Líbano, depois dos bombardeamentos”. João Rebelo não esconde o espanto pelas obras de demolição, na antiga fábrica da cerveja, que logo mandou embargar.

A fiscalização municipal detetou situações “anormais”, nas obras de demolição na antiga fábrica da cerveja, ao Loreto. Daí que o vereador João Rebelo tenha sido obrigado a impor embargo imediato à intervenção. Ontem, na reunião do executivo, o responsável pelo pelouro do Urbanismo questionou, mesmo, a legitimidade e a oportunidade do “bota-abaixo” numa edificação industrial com história e valor patrimonial relevantes...

In Jornal “As Beiras”, 22/8/2006
Consultado em 16/10/2012 às 00:05

Viaturas desmanteladas na antiga Fábrica da Cerveja

Jornalista: José João Ribeiro

Edição: Quinta, 2 de Agosto de 2012

Carrinha que tinha sido furtada em Maio na Estação Velha e automóvel ligeiro foram encontrados desmantelados na antiga Fábrica da Cerveja, no Loreto.

A antiga Fábrica da Cerveja, no Loreto, estará transformada numa “oficina” onde são desmantelados carros furtados. O Diário de Coimbra esteve ontem no local e encontrou carros desmontados e até as ferramentas utilizadas para o efeito. Uma das viaturas, uma carrinha, Toyota Hiace, de nove lugares, furtada no passado dia 8 de Maio, foi ali encontrada desmantelada na terça-feira.

In Jornal “Diário de Coimbra”, 2/08/2012
Consultado em 16/10/2012 às 00:17

Antiga fábrica de cerveja de Coimbra alvo de incêndio

Um incêndio deflagrou esta tarde nas instalações da antiga fábrica de cervejas de Coimbra, na Pedrulha, na periferia norte da cidade, tendo sido dado como extinto pelas 16h00. Desactivada nos finais da década de 1990, a antiga fábrica de cerveja mantém ali as instalações abandonadas e em ruína, admitindo fonte dos Sapadores de Coimbra, em declarações à agência Lusa, que as chamas tenham sido provocadas por frequentadores ocasionais das instalações.

“Esta não é a primeira vez que ali ocorre um incêndio”, sublinhou a mesma fonte, recordando que os bombeiros já foram chamados a combater incêndios ali “algumas vezes”. Com origem “entre paredes, revestidas a cortiça e alcatrão”, o incêndio, que teve início pelas 12h15, demorou “mais de três horas” a ser combatido, dadas as características dos materiais inflamados, acrescentou a mesma fonte. As chamas, de causas “ainda não determinadas”, obrigaram à intervenção de duas equipas dos Sapadores e uma equipa dos Bombeiros Voluntários de Coimbra, que tiveram de “perfurar paredes”, para, através dessas aberturas, injectar água e combater o fogo.

O incêndio foi dado como extinto perto das 16h00, mas às 17h30 os bombeiros ainda mantinham no local alguns elementos e meios, para controlarem alguns reacendimentos, adiantou a mesma fonte.

23.10.2010
Agência Lusa

Anexo XIV

| A indústria em Portugal em 1896 | | | |
|--|-----------------------------------|-----------------------------|---|
| Setores industriais | Número de estabelecimentos | Operários empregados | Média de operários por estabelecimento |
| Algodão | 125 | 11 732 | 94 |
| Faianças | 64 | 2 081 | 33 |
| Chapelaria | 40 | 1 698 | 42 |
| Cortiça | 70 | 4 380 | 63 |
| Curtumes | 70 | 865 | 12 |
| Cutelaria | 27 | 134 | 5 |
| Conservas | 76 | 4 653 | 61 |
| Fundição de metais | 74 | 2 717 | 37 |
| Moagem | 54 | 1 417 | 26 |
| Lãs | 234 | 8 895 | 38 |
| Papel | 27 | 1 464 | 54 |
| Refinação de açúcar | 41 | 301 | 7 |
| Sabão | 24 | 211 | 9 |
| Tabacos | 4 | 4 776 | 1 194 |
| Vidros | 7 | 630 | 90 |
| Total | 937 | 45 954 | 49 |

Fonte: Archives des Ministère des Affaires Étrangères, “Correspondance commerciale, Lisbonne, 1897, Janv. Juil.”, vol. 89, fls. 268 (Também já publicado em José M. Amado Mendes, “Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX” e Jaime Reis et al., “O séculos XIX em Portugal”, p. 38)

| Estrutura da indústria portuguesa (c. 1910) | | | | |
|--|----------------------|--------------------|---------------------------|--------------------|
| Setor | Trabalhadores | | Valor Acrescentado | |
| | Número | Percentagem | Contos | Percentagem |
| Algodões | 20 264 | 27.1 | 2 792 | 17.5 |
| Lanifícios | 11 647 | 15.6 | 2 947 | 18.6 |
| Linhos | 2 678 | 3.6 | 630 | 4.0 |
| Alimentação | 4 568 | 6.1 | 1 823 | 11.4 |
| Cortiça | 6 634 | 8.9 | 1 105 | 6.9 |
| Tabaco | 3 372 | 4.5 | 1 123 | 7.0 |
| Metalurgia | 9 134 | 12.2 | 2 791 | 17.5 |
| Papel | 2 100 | 2.8 | 352 | 2.2 |
| Conservas de Peixe | 9 688 | 12.9 | 1 478 | 9.3 |
| Cerâmica | 3 968 | 5.3 | 615 | 3.9 |
| Sabão | 764 | 1.0 | 277 | 1.7 |
| Total | 74 817 | 100.0 | 15 932 | 100.0 |

Fonte: Jaime Reis, “A produção industrial portuguesa, 1870-1914: primeira estimativa de um índice”, in *Análise Social*, XXII, n° 94 (1986), p. 920.

Anexo XV

| Crescimento industrial acelerado (1914-1930) | | | | |
|--|------------------|---------|-----------|---------|
| Ano | Estabelecimentos | Aumento | Operários | Aumento |
| 1914 | 5693 | | 112 862 | |
| 1917 | 8425 | 47.9% | 142 000 | 25.8% |
| 1921 | | | 170 000 | 19.7% |
| 1924 | 25 000 | 196.7% | 217 000 | 27.6% |
| 1930 | 50 233 | 100.9% | 278 109 | 28.2% |

Fonte: José de Azeredo Perdigão, *A Indústria em Portugal*, pp. 68-81; *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 116, 1926 (Estatística relativa a 1917); *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 150, 1931 (Estatística relativa a 1930); A. H. Oliveira Marques e Fernanda Rolo, *História de Portugal* (dir. A. H. Oliveira Marques e Joel Serrão), vol. XI, pp. 127-131.



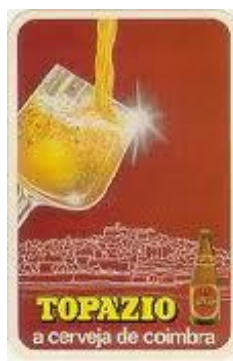
Antigos sócios fundadores da fábrica da cerveja de Coimbra
Autor: J. Gaspar

Anexo XVI



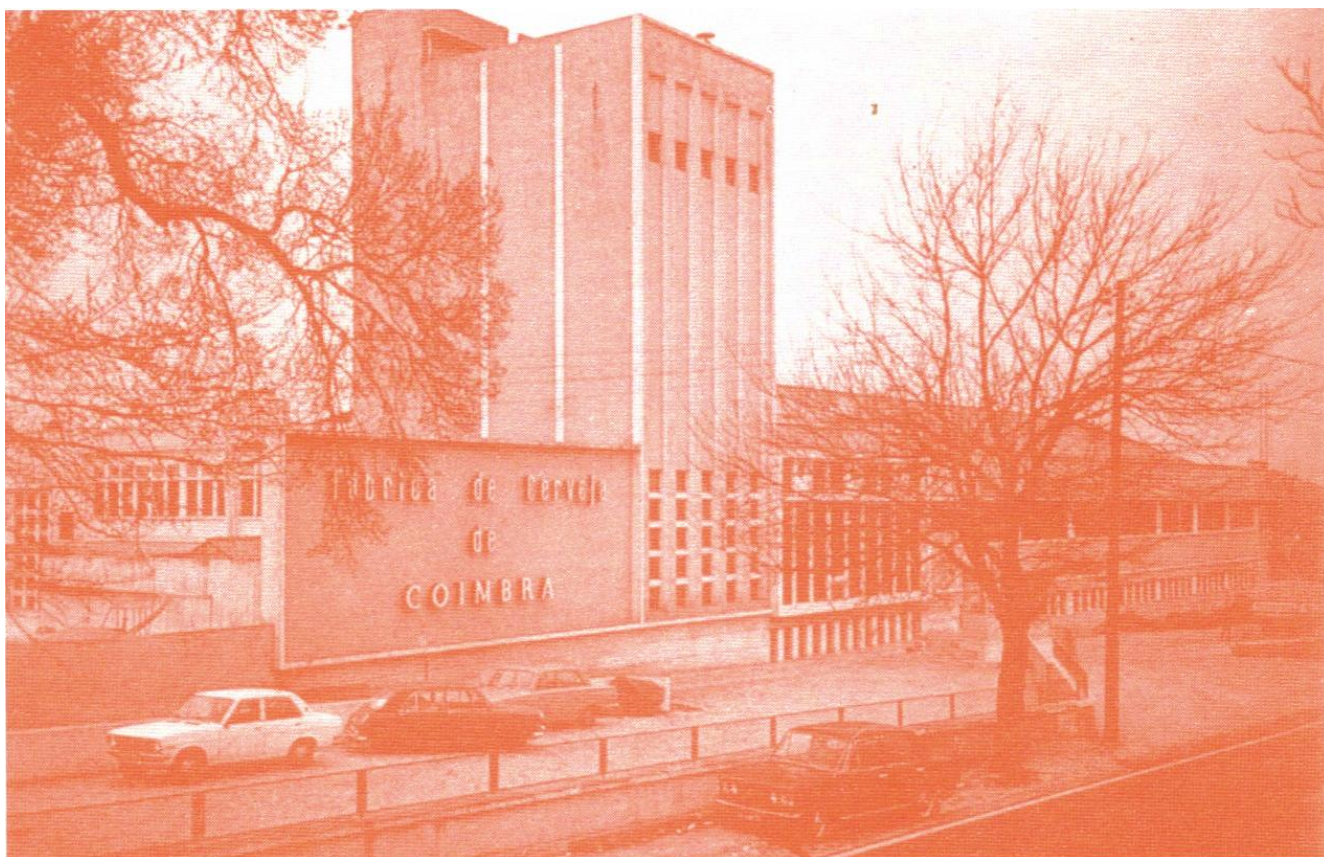
Galerias Topázio
Fotos do autor





Marcas produzidas pela fábrica da cerveja de Coimbra

Anexo XVII



Fábrica da cerveja de Coimbra no Loreto

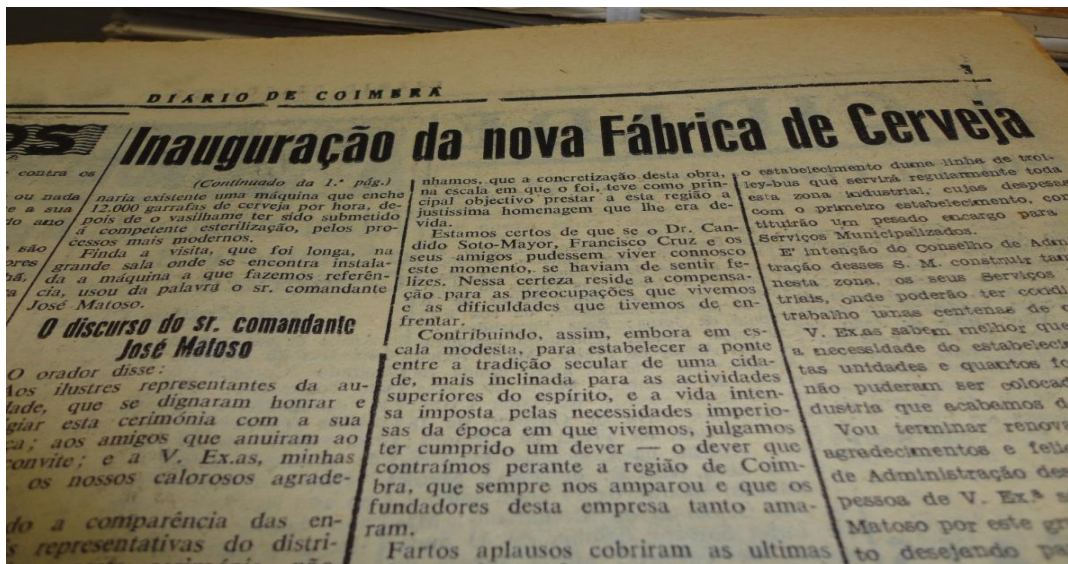




Notícia do jornal Diário de Coimbra relativa à inauguração das novas instalações da fábrica da cerveja no Loreto (3/10/1959)

Segundo os dados contidos na notícia do Diário de Coimbra, a inauguração das novas instalações da fábrica da cerveja no Loreto contou com a presença do bispo auxiliar de Coimbra - D. Manuel de Jesus Pereira - que procedeu à bênção das instalações, bem como do presidente do conselho de administração - Comandante Sr. José Mattoso.

À data da inauguração a nova maquinaria tinha capacidade para encher 12. 000 garrafas de cerveja por hora. Projetada por Sebastião de Oliveira e o seu colaborador António da Fonseca, a nova indústria empregava cerca de cem operários. Na sequência deste novo investimento na área do Loreto, o presidente da Câmara Municipal prometeu o alargamento da linha do trolei de modo a melhorar a acessibilidade a este espaço industrial. A construção da fábrica da cerveja no Loreto iniciou-se a 16 de Março de 1956 e ocupou uma área de 19. 000 M2.



ANEXO XVIII

REQUERIMENTO (a dirigir ao diretor da escola)

O núcleo de estágio de História e Geografia representado pelos professores Cláudio Brito, João Tavares e Luís Santos em colaboração com os grupos disciplinares de História e Geografia e a biblioteca, irão organizar uma exposição subordinada ao tema – “As transformações espaciais, funcionais e industriais da cidade de Coimbra durante o século XX”.

Esta iniciativa integrada no plano anual de atividades, será dinamizada pelas turmas A, B e D do 9º ano no contexto das disciplinas de História e Geografia, e visa sensibilizar a comunidade escolar para a importância da história, património e cultura locais. Neste sentido solicitamos a disposição do espaço do átrio de entrada da escola, para a organização da referida exposição entre os dias ... e ... de 2013. Solicitamos ainda a concessão de todo o material necessário à realização da atividade junto dos serviços de papelaria e reprografia, aos alunos envolvidos no projeto.

Sem mais assunto agradecemos a atenção dispensada e aguardamos o deferimento do presente requerimento com a maior brevidade possível.

Informamos ainda que desejaríamos contar com a sua presença na sessão de inauguração da exposição que se realizará no dia ... de 2013 pelas ... horas.

Com os melhores cumprimentos,

O Núcleo de Estágio:

.....
.....
.....

CONVITE

(para a inauguração da exposição)

O núcleo de estágio de História e Geografia em colaboração com os grupos disciplinares de História e Geografia e a biblioteca, têm o prazer de convidar toda a comunidade escolar para a inauguração da exposição – “As transformações espaciais, funcionais e industriais da cidade de Coimbra durante o século XX” – dinamizada pelas turmas A, B e D do 9º ano.

A iniciativa terá lugar no átrio de entrada da escola pelas ... horas do dia ... de 2013 e contará com a presença do diretor que proferirá um breve discurso de apresentação do evento. Para além de se tratar de uma exposição dedicada à cidade, a atividade visa contribuir para um maior conhecimento da história, cultura e património locais.

Contamos com a presença de todos!

O Núcleo de Estágio:

.....
.....
.....

LISTA DE MATERIAL NECESSÁRIO PARA A EXPOSIÇÃO

- Cartolinas
- Placards
- Pioneses
- Impressões
- Tubos de cola
- Fita-cola

Anexo XIX

EXEMPLO DE UM GUIÃO DE TRABALHO

Orientações para os trabalhos de grupo

Tema: “A reconversão de espaços industriais desativados”

Indicações:

No cartaz deve constar o título do trabalho bem como o nome e o número dos alunos que compõem o grupo.

Na composição do trabalho podem usar imagens, textos, trechos de obras, fotografias, etc. O recomendado é que usem a vossa imaginação e criatividade. Acima de tudo aproveitem ao máximo o conteúdo dos materiais de apoio. Para qualquer dúvida ou esclarecimento podem usar o seguinte mail: tavares.joao.20s@gmail.com

Questões chave:

- Em que consiste o processo de reconversão industrial?
- Quais os seus objetivos/finalidades?
- Que obstáculos se colocam à reconversão de espaços industriais?
- Que exemplos de reconversão industrial conheces a nível local? Que funções/atividades ocupam hoje esses espaços?

Materiais de apoio:

Texto 1

“No contexto da reorganização de um território desindustrializado (regional ou urbano), a reconversão tem por objetivos reestruturar o tecido industrial em conformidade com a nova ordem da economia, solucionar o desemprego e o relativo despovoamento (sobretudo com a “emigração” de jovens ativos) e melhorar a qualidade de vida das populações através da beneficiação das infraestruturas e do ambiente. (...) É com efeito, prioritário criar uma ambiência agradável para empresários, investigadores e cientistas motivando-os a instalarem-se na região e nela habitarem. (...) Finalmente impõe-se adaptar a população ativa, incluindo os mais jovens, às novas exigências da atividade económica (...).” (CAETANO, Lucília, “Desindustrialização, reconversão e terciarização: algumas reflexões” in *Atas das II jornadas de geografia humana*, Coimbra, IEG, FLUC, 1991, p. 73)

Texto 2

“ (...) A reconversão tem sido orientada para novas funções urbanas: conservação do património arquitetónico, numa perspetiva de testemunho histórico, construção de habitações e espaços públicos (...). Observa-se, na generalidade dos casos, que a reconversão quer de espaços quer de edifícios industriais em funções urbanas mais especulativas é predominante (comércio, bancos, escritórios, armazéns, estacionamento, hotelaria, serviços alojamentos etc.) ” (CAETANO, Lucília, “Desindustrialização, reconversão e terciarização: algumas reflexões” in *Atas das II jornadas de geografia humana*, Coimbra, IEG, FLUC, 1991, pp. 79-80)

Texto 3

“A reconversão de antigos espaços industriais não se efetua de forma pacífica. As ações de reconversão envolvem dispêndios financeiros que se relacionam principalmente com os custos das demolições (totais ou parciais), a conservação/remodelação dos edifícios e o valor dos terrenos. A maior parte dos empresários/investidores não desejam instalar-se/fixar-se em áreas onde abundam edifícios abandonados. Para além disso a falta de informação sobre o património imobiliário industrial constitui igualmente uma contrariedade à reconversão.” (GOMES, Margarida Maria, *A reconversão de antigos espaços industriais – estudo da área central de Coimbra*, Coimbra, FLUC, 1995, pp. 43-45)

As imagens apresentadas em seguida representam dois exemplos de reconversão industrial. O objetivo consiste em realizarem uma pequena investigação relativa a cada um dos edifícios, tentando apurar as atividades outrora aí exercidas. No final indiquem as funções desempenhadas nesses espaços atualmente.



Casa das Caldeiras - Coimbra



Universidade da Beira Interior – Covilhã

BOM TRABALHO!

EXEMPLO DE UM GUIÃO DE TRABALHO

Orientações para os trabalhos de grupo

Tema: “O tecido industrial de Coimbra na atualidade: problemáticas e desafios”

Indicações:

No cartaz deve constar o título do trabalho bem como o nome e o número dos alunos que compõem o grupo.

Na composição do trabalho podem usar imagens, textos, trechos de obras, fotografias, etc. O recomendado é que usem a vossa imaginação e criatividade. Acima de tudo aproveitem ao máximo o conteúdo dos materiais de apoio. Para qualquer dúvida ou esclarecimento podem usar o seguinte mail: tavares.joao.20s@gmail.com

Questões chave:

- Como se encontra o tecido industrial de Coimbra na atualidade?
- Que fatores contribuíram para o declínio/abandono industrial em Coimbra? E a nível nacional?
- Quais as consequências do abandono e degradação de espaços industriais?
- Que exemplos de indústrias desativadas conheces a nível local? Que funções/atividades ocuparam esses espaços?

Materiais de apoio:

Texto 1

“O fenómeno da desindustrialização não é atual nem exclusivamente europeu (...). As causas mais próximas do atual declínio industrial europeu são a perda de competitividade da produção tradicional, estruturas industriais fracas e antiquadas comportando métodos e processos de produção inadequados, produtos pouco adaptados ao mercado, o envelhecimento das empresas, a escassez de espaço para a expansão, o preço elevado do m² do solo, edifícios fabris envelhecidos e desajustados à tecnologia moderna, e finalmente, as deficientes condições de circulação criadas a veículos de carga de grandes dimensões conjugadas com medidas restritivas quer de circulação que de estacionamento automóveis.” (CAETANO, Lucília, “Desindustrialização, reconversão e

terciarização: algumas reflexões” in *Atas das II jornadas de geografia humana*, Coimbra, IEG, FLUC, 1991, pp. 61-72).

Texto 2

“ (...) Em resultado da desindustrialização, os problemas socioeconómicos agudizam-se: aumento do desemprego, decréscimo da população ativa (sobretudo jovem), acréscimo da mobilidade laboral, degradação e ruína dos sítios industriais abandonados e dos próprios bairros operários, subutilização das infraestruturas existentes (...). Uma percentagem crescente de empregos criados no setor terciário, após a desindustrialização, está sujeita a regime part-time, de contratos de curta duração, de emprego precário e baixos salários. Na generalidade das regiões desindustrializadas, o acréscimo do emprego no setor terciário não absorveu a perda de postos de trabalho na indústria.” (CAETANO, Lucília, “Desindustrialização, reconversão e terciarização: algumas reflexões” in *Atas das II jornadas de geografia humana*, Coimbra, IEG, FLUC, 1991, pp. 73-95).

As imagens apresentadas em seguida ilustram dois exemplos de espaços industriais abandonados presentes na cidade de Coimbra. Com base nos textos de apoio e nos testemunhos de familiares, elaborem uma breve recolha das principais causas/fatores que contribuíram para o abandono das indústrias em estudo e dos problemas/consequências daí derivantes, a nível geográfico, patrimonial, social e económico.



Fábrica Triunfo - Coimbra



Fábrica da cerveja de Coimbra

BOM TRABALHO!



EXEMPLO DE UM GUIÃO DE TRABALHO

Orientações para os trabalhos de grupo

Tema: “Formação e expansão da zona industrial Loreto-Pedrulha”

Indicações:

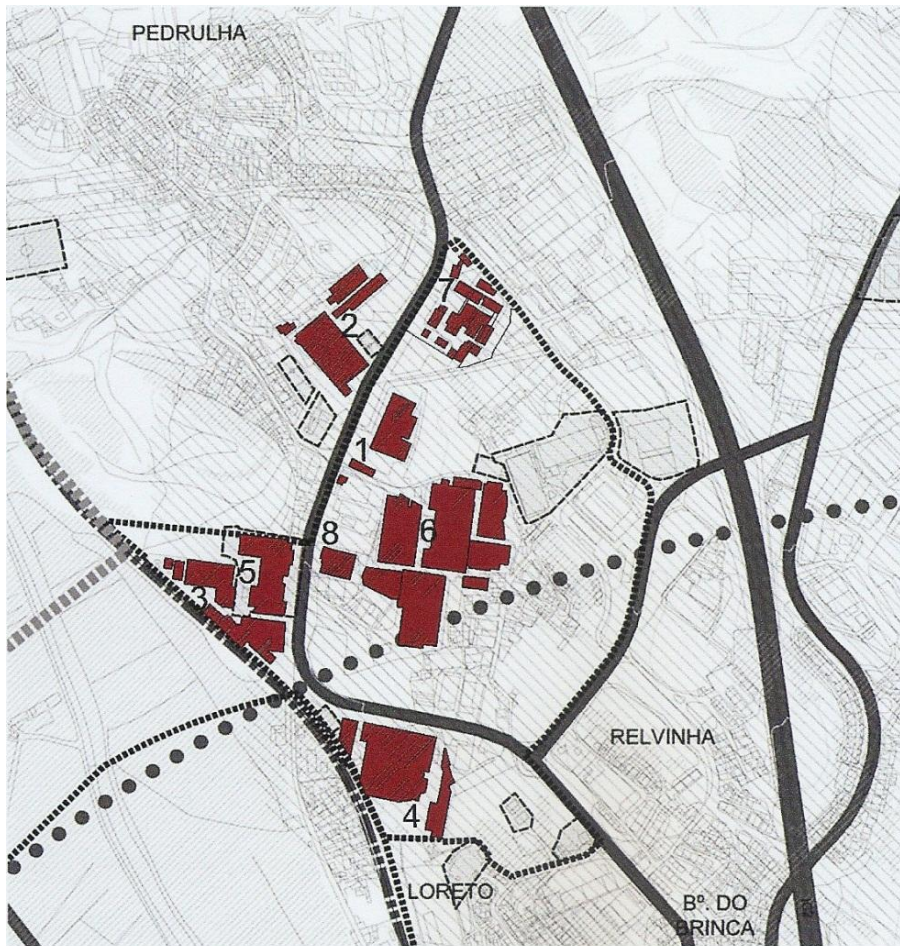
No cartaz deve constar o título do trabalho bem como o nome e o número dos alunos que compõem o grupo.

Na composição do trabalho podem usar imagens, textos, trechos de obras, fotografias, etc. O recomendado é que usem a vossa imaginação e criatividade. Acima de tudo devem tentar aproveitar ao máximo os materiais de apoio presentes neste guião. Para qualquer dúvida ou esclarecimento podem usar o seguinte mail: tavares.joao.20s@gmail.com

Questões-chave:

- Que fatores promoveram o nascimento da área industrial Loreto-Pedrulha?
- Porque se fixaram indústrias nesta área? Quais as condições oferecidas pelo espaço?
- De que modo os meios de comunicação proporcionaram o aparecimento desta área industrial? Qual a sua importância?
- Como se caracterizava o espaço onde se instalou a área industrial Loreto-Pedrulha?
- Que unidades industriais se fixaram neste espaço e a que atividades se dedicaram?
- Como evoluíram essas indústrias? Ainda existem na atualidade?

Materiais de apoio:



- 1. Fundação Gomes Porto.....1949
- 2. Triunfo Bolachas1953
- 3. Triunfo Rações.....1956
- 4. Fábrica da Cerveja.....1956
- 5. FIACO.....1956
- 6. Estaco.....1958
- 7. Matadouro Municipal.....50-60
- 8. Litografia Coimbra.....1965



“A expansão da área foi essencialmente comandada pelas grandes vias de comunicação (eixos ferroviário e rodoviário), ligando os mais importantes centros urbanos e mercados do país. A primeira unidade fabril a ser instalada no Loreto, junto da linha de caminho-de-ferro (estação Coimbra-B), foi a cerâmica de barro vermelho e mosaicos em 1926. (...) O lugar do Loreto tinha feição puramente rural. Entretanto após a extensão da rede de transportes coletivos urbanos até à estação de caminho-de-ferro, observou-se a construção em ritmo crescente de habitações destinadas a classes sociais economicamente desfavorecidas e operários. (...) Esta construção de habitações privadas e de bairros económicos foi acompanhada de uma crescente implantação de unidades fabris (...).”

(in CAETANO, Lucília, “A terciarização das zonas industriais – o caso da zona industrial Loreto-Pedrulha em Coimbra” in *Atas do IV Colóquio Ibérico de Geografia*, Coimbra, 1986, pp. 481-490.)

BOM TRABALHO!